

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARCELO FERNANDES BRENTAN

**DO OUTRO LADO DO ALTAR: PADRES CASADOS E MILITÂNCIA
CATÓLICA**

São Carlos - SP

Março, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARCELO FERNANDES BRENTAN

**DO OUTRO LADO DO ALTAR: PADRES CASADOS E MILITÂNCIA
CATÓLICA**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de São Carlos para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.**

**Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de
Souza**

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Ricardo de Souza

Prof. Dr. Massimo Bonato

Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi

São Carlos – SP

Março, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação


Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Marcelo Ferrandes Brentan, realizada em 07/03/2017.



Prof. Dr. André Ricardo de Souza
UFSCar



Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi
UFSCar



Prof. Dr. Massimo Bonato
USP

AGRADECIMENTOS

A jornada de pesquisa se faz concomitante ao auxílio de pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo e de minhas experiências sociais durante os dois anos de mestrado. Assim, encontrar e conhecer pessoas como Belkiss Maria Maciel Kudlavicz e seu marido Mieceslau Kudlavicz, são de muita alegria e aprendizado. Ao ser recebido em sua casa para as realizações das entrevistas, sendo ambos, muito atenciosos, foram fundamentais para o desenvolvimento e reflexividade da pesquisa, pois contribuíram no campo da memória e na constituição das experiências sociais na região do Alto Paraná.

Agradecer a grande contribuição de Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT), que foi a primeira pessoa do IAJES que conheci e entrevistei, sua primeira entrevista onde tudo começou, abriu um leque de possibilidades e experiências na pesquisa e na minha vida, e novamente no mestrado foi enriquecedor, auxiliando e elucidando as ações das mulheres do Instituto e de seu esposo Giancarlo Oliveri.

Pessoas como os Padres René Parren; Pe. José Vanin e Maria Lúcia Parren; Maria Vanin, em conjunto com os membros do IAJES como Maria do Anjos, são importantes mesmo havendo um contato em menor grau, desejando futuramente maior proximidade. Estendo aos membros do movimento de padres casados no Brasil (MPC), em especial a José Edson da Silva e Maria Lúcia de Moura meus agradecimentos.

Agradecer aos professores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), do programa de pós-graduação da sociologia (PPGS), em especial a orientação do Prof. Dr. André Ricardo de Souza. Agradeço ao Prof. Dr. Massimo Bonato e a Prof. Dra. Samira Feldman Marzochi por compor a banca examinadora no processo de qualificação e defesa desta dissertação, e as valiosas orientações no desenvolver da pesquisa.

Meus agradecimentos aos professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em especial a Prof. Dr. Maria Celma Borges e ao Prof. Dr. Victor Wagner Neto de Oliveira, por possibilitar pousa em sua casa em Três Lagoas no momento da realização das entrevistas e na procura de documentos no arquivo do IAJES e dos procedimentos arquivísticos, dentre outras orientações. A Prof. Ms. Mariana Esteves de Oliveira pelo auxílio no início do projeto de iniciação científica e no contato com os sujeitos do IAJES. E ao Prof. Dr. Lourival dos Santos, que me orientou na

graduação no PIBIC-UFMS por dois anos. Agradecimento póstumo a Renan Bressan, que não pode ver a materialização desta pesquisa, mas deixou sua contribuição em vida no título, “Do outro lado do altar”, obrigado meu amigo, descanse em paz.

A turma 015 do PPGS-UFSCAR, em especial aqueles que nos Gts Marivas bar e Bar do Alex se fizeram presente, grande aprendizado além-sala de aula. Tempo bom, que não volta nunca mais, nostalgia boa. A meu amigo de apartamento Edgar, quantos debate teóricos e políticos pesados – afora as risadas sob efeito ou não. A meus amigos de S.J Rio Preto, Thiago-PM, Avner-Carlton, Will-Pinoquio, Rodrigo-PM, Luiz-Pôneis- crise meia idade, obrigado pelas bebedeiras, abstrações e procrastinação do fazer, foi importante.

A Tatiana Marquiori que fez parte desde o início na construção do projeto, do meu desejo de passar, fez várias cópias dos livros para prestar o processo seletivo, corrigiu parte da língua portuguesa desta dissertação, afora as críticas sobre minha escrita, e as diversas cervejas para corrigir esta dissertação, obrigado.

A família Tavares, o meu lisonjeiro sentimento, por toda receptividade e carinho que sempre fui tratado, afora a música e a comida, ambas deliciosas. A Georgia Tavares, que muito ajudou em diversas partes e momentos da pesquisa, me pediu um parágrafo nos agradecimentos uma vez, isso é o de menos Flor de Margarida, você tem uma infinidade de linhas na minha vida, obrigado por ter dividido esse tempo e espaço sorriso bonito, Je t’aime ma fleur.

A Família Fernandes e Brentan, aos meus pais Mauro e Sandra, que muito me ajudaram em toda vida, e nestes dois anos não seria diferente, amo vocês. Se estende a minha irmã Tatiani e meu sobrinho Leonardo. E claro, a minha flor de café, Isabelinha minha filha, sempre momentos bons, você me faz tão bem, divertidos nossos dias, te amo linda, obrigado por existir. “Brindo a casa, brindo a vida, meus amores, minha família, família” (Rappa). Brindo a mim, por que ter dois trabalhos e fazer mestrado, não foi fácil, se perdeu muita gente e experiências importantes neste tempo, houve muitas conquistas, porém há uma morte em vida. Novos tempos, vidas e mortes virão no paralelo da experiência, metamorfoseando-se no mundo vivido.

DO OUTRO LADO DO ALTAR: PADRES CASADOS E MILITÂNCIA CATÓLICA

MARCELO FERNANDES BRENTAN

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de Souza

RESUMO

Esta dissertação aborda, por um lado, as ações políticas dos padres casados e suas esposas do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), no contexto da ditadura militar entre 1970 a 1985, sob influência da Teologia da Libertação e o funcionamento das comunidades eclesiais de base (CEBs), tendo o período de formação e término do Instituto (1969 a 1996) na região do Alto Paraná, nos municípios de Andradina-SP e Três Lagoas-MS. Por outro lado, o trabalho se volta para a condição de tais indivíduos atualmente, verificando os desdobramentos da militância religiosa e política na região e o desenvolvimento do Movimento de Padres Casados do Brasil (MPC). Para isso analisou-se a estrutura organizacional do IAJES e do MPC, seu funcionamento e como se posiciona diante da simbologia da igreja em relação aos padres casados e suas esposas. O trabalho decorre da análise do rompimento de indivíduos com o celibato clerical e suas formas contemporâneas de legitimação.

Palavras-chave: celibato clerical; casamento de padres; política; religião.

THE OTHER SIDE OF THE ALTAR: MARRIED PRIESTS AND CATHOLIC MILITANCE

MARCELO FERNANDES BRENTAN

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de Souza

ABSTRACT

This research studies by Oral History of Life, recordkeeping and theoretical procedures of sociology of religion, the political actions of married priests and their wives from the Administrative Institute of Jesus the Good Shepherd (IAJES) in the context of the military dictatorship between 1970 and 1985, under influence of the Liberation's Theology, and the operation of the base ecclesial communities (BECs), between its beginning and ending period (1969-1996) in the Alto Paraná region, in the cities of Andradina-SP and Três Lagoas-MS, organizing and constituting religious and political militancy in the region and in Brazil in the past, and currently remains through branches as the Married Priests Movement of Brazil (MPC). For this we analyzed the organizational structure of IAJES and MPC, its operation and how do they positioned in front of the church's symbolism in relation to married priests and their wives. Thus, we analyze the break with clerical celibacy imposed by the priestly-traditional catholic power and its legitimation and distinctions in contemporary Brazil.

Keywords: clerical celibacy; wedding of priest; politics; religion.

SIGLAS

AC (Ação Católica)

ACO (Ação Católica Operária)

ALN (Ação Libertadora Nacional)

AL (Aliança Liberal)

ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

CCC (Catholics for a Changing Church)

CCNE (Comunidade Cristã Nova Esperança)

CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)

CERIS (Estatística Religiosa e Investigações Sociais)

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

CODI (Centro de Operações de Defesa Interna)

CPT (Pastoral da Terra)

CRB (Conferência dos religiosos do Brasil)

DOI (Destacamento de Operações de Informações)

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

FICCC (Federação Internacional de Padres Católicos Casados)

FMI (Fundo Monetário Internacional)

FSSPX (Fraternidade Sacerdotal São Pio X)

FSSP (Fraternidade Sacerdotal São Pedro)

IAJES (Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas)

ISER (Instituto de Estudos da Religião)

LSN (Lei de Segurança Nacional)

MDB (Movimento democrático Brasileiro)

MOCEOP (Movimento pelo Celibato Opcional, Espanha)

MOMMY (Movement for the Ordination of Married Men)

MPC (Movimento de Padres Casados do Brasil)

NEREP (Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política)

NUMEN (Revista de Estudos e Pesquisa da Religião)

PCB (Partido Comunista do Brasil)

PT (Partido dos Trabalhadores)

PUC (Pontifícia Universidade Católica)

REVER (Revista de Estudos da Religião)

UFG (Universidade Federal de Goiás)

UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)

UNB (Universidade de Brasília)

UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)

USP (Universidade de São Paulo)

VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – Percursos dos padres casados	28
1.1 Antecedentes históricos	28
1.2 Contextos históricos do IAJES	29
1.3 O “Povo em movimento”	34
1.4 O bom pastor.....	38
1.5 A teologia da libertação na igreja e a CEBs.....	43
1.6 Contextos históricos do movimento de padres casados.....	50
1.7 Associação Rumos (MPC).....	58
1.8 Documentos oficiais da igreja e a Bíblia.....	62
Capítulo II – Os padres hoje	73
2.1 Os padres atualmente.....	73
2.2 Padres casados na imprensa	80
2.3 As práticas sociais e o perfil.....	85
2.4 “Quem chegar por último é a mulher do padre”	93
2.5 Ciências sociais e os militantes da igreja hoje.....	99
Capítulo III – Experiências e transformações do celibato: o sujeito, a moral e o Papa Francisco	106
3.1 Celibato clerical: da reforma ao concílio.....	106
3.2 A conduta religiosa sobre o matrimônio	112
3.3 Tabu: construção da pureza e impureza	119
3.4 A construção do sujeito e da subjetividade	124
3.5 A experiência de ser padre.....	129
3.6 Transformações e permanências da igreja no Brasil	132
3.7 O Papa Francisco.....	143
Considerações finais	147
Referências bibliográficas	150

Introdução

Esta dissertação decorre de pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, porém aproveitando também dados colhidos e sistematizados na iniciação científica feita durante o curso de graduação em História na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), entre 2008 e 2010. Nas páginas que seguem, através da resposta aos itens propostos, são apresentados os resultados de tal investigação sociológica.

O celibato, clerical enquanto norma institucionalizada da Igreja Católica Apostólica Romana é um dos temas de debate mais inflamados e suscetíveis a questionamentos ao longo da história e também na atualidade. Algo que ilustra isso é o episódio acontecido em 10 de fevereiro de 2015. Durante a costumeira missa na Domus Sancta Marta, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, abordou o tema do matrimônio dos sacerdotes. À pergunta do, padre Giovanni Cereti sobre a questão dos sacerdotes casados, na qual ele abordou o caso das igrejas orientais, onde os homens casados podem ser ordenados sacerdotes e também dos milhares de padres casados em ritos latinos e que, não podem celebrar missas e outros trabalhos eclesiais, Bergoglio respondeu surpreendentemente: “O problema está presente na minha agenda”¹.

Acredita-se que as polêmicas que circundam a imposição e a manutenção do celibato clerical pela igreja, tidas como fundamentais na ortodoxia católica refletem, segundo Edlene Oliveira Silva (2008), sobretudo nos dias atuais, o grande crescimento do número de padres que quebraram e continuam quebrando o voto sacerdotal de celibato, seja para contrair matrimônio ou para dar vazão aos desejos sexuais. Tal crescimento é evidenciado por alguns dados do Anuário Pontifício². Entre 1964 e 1996, foram outorgadas 57.791 dispensas do celibato a sacerdotes do clero secular e regular, porém o número de padres que deixam o ministério sem pedido de dispensa se mostra cada vez maior. Calcula-se que entre 1964 e 2005 esse número era de aproximadamente cem mil. A maioria se casou – uma grande parcela, entretanto, já faleceu - e hoje, fontes asseguram que exista no mundo entre 70 e 80 mil padres casados. No capítulo 2 deste

¹A reportagem é do jornal **La Repubblica**, 19-02-2015. A tradução é de **Moisés Sbardelotto**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540054-o-problema-dos-padres-casados-esta-na-minha-agenda-a-ultima-abertura-do-papa-francisco> Data de acesso: 30/06/2015.

² Disponível em: http://www.oraetlabora.com.br/mail_recebidos/impatient_letter.htm. <http://www.padrescasados.org/archives/238/uma-estatistica-inquietante/> Data de acesso: 30/06/2015.

trabalho, são feitas observações sobre esse ponto especificamente, conforme os números que seguem:

Padres dispensados, de 1964 a 1996:			
Ano	Diocesanos	Religiosos	Total
1964	371	269	640
1965	579	549	1.128
1966	730	688	1.418
1968	1.059	1.133	2.192
1969	1.780	1.425	3.205
1970	1.848	1.647	3.495
1971	2.038	1.834	3.872
1972	2.112	1.635	3.747
1973	2.009	1.729	3.738
1974	1.912	1.686	3.598
1975	1.673	1.446	3.119
1976	1.452	1.350	2.802
1977	1.429	1.077	2.506
1978	1.253	784	2.037
1979	1.056	520	1.576
1980	901	660	1.561
1981	800	460	1.260
1982	685	541	1.226
1983	603	655	1.258
1984	601	448	1.049
1985	546	456	1.002
1986	633	424	1.057
1987	620	366	986
1988	612	415	1.027
1989	583	405	988
1990	562	392	954
1991	608	359	967
1992	635	410	1.045
1993	679	413	1.092
1994	645	387	1.032
1995	677	444	1.121
1996	714	379	1.093
Total	32.405	25.386	57.791

(Fonte: *Ministerium Novum*, n. 25/1999 apud Associação RUMOS).

O celibato eclesiástico é o resultado de uma moral disciplinar que objetiva o governo dos homens, segundo Luciano R. Pinto (2009). Nesse sentido, um ex-sacerdote

desenvolveu ampla pesquisa sobre a sexualidade dos padres no Brasil. Nela, são apontados alguns dados que devem ser considerados:

77% dos padres ouvidos disseram ter conhecimento de algum tipo de contato sexual, abusivo ou não, entre os sacerdotes de sua diocese. Destes, 35% foram com parceiros do mesmo sexo, 50% com mulheres, [...] 2% com freiras [...]. Apenas 20% dos entrevistados conseguiram reverter a situação e continuaram a ser padres, outros 23% deixaram o sacerdócio, 21% mantiveram uma mesma relação por no mínimo 3 anos, 32% ainda mantêm algum tipo de relacionamento sexual e 4% após um intervalo de tempo voltaram a ter vida sexual ativa (NASINI, 2001, p. 27).

Entre decretos e excomunhões os padres católicos nunca deixaram de se relacionar afetiva e sexualmente, como destacado acima. Hoje, parte daqueles que deixaram o ministério e se casaram, está organizado em associações como o Movimento de Padres Casados no Brasil (MPC), o Movimento pelo Celibato Opcional da Espanha (MOCEOP) dentre outros. No capítulo I deste trabalho, consideramos tal levantamento. Destacamos ainda, a formação do MPC e sua maneira de se organizar.

O Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), gestado nos fins da década de 1960 e que entre os anos 1970 a 1996 realizou atividades pastorais na região do Alto Paraná³, perpassou o período militar e reabertura democrática. O IAJES contém em sua história um fenômeno semelhante que nos chama a atenção: o casamento dos padres de sua paróquia na década de 1970. Para tratar deste assunto, analisei a origem e a manutenção do celibato clerical e seus desdobramentos institucionais e simbólicos na sociedade atual. Isso levanta à questão a respeito do casamento dos padres na cidade de Andradina-SP⁴ e em Três Lagoas MS⁵, possibilitando entender à formação de lideranças religiosas e políticas no passado e na atualidade. Cabe ressaltar a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶ e da reflexão proposta pela Teologia da Libertação⁷ (LÖWY, 2000; MAINWARING, 1989; PRANDI, 2015).

³ Esta região é composta por cidades como: Andradina-SP, Castilho-SP, Ilha Solteira-SP, Mirandópolis-SP, Araçatuba-SP, Birigui-SP, Selvíria-MS, Três Lagoas-MS, etc. Nelas, o IAJES conseguiu agrupar militantes e por em luta contra a desigualdade social local. Essa região do Oeste paulista é denominada Alto Paraná, pois é onde confluem os rios: Paraná, Tiete, Sucuriú.

⁴ A cidade de Andradina possui 55.334 habitantes em uma área de 924, 226 Km², segundo dados do IBGE de 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=350210&search=andradina> Data de acesso: 10/08/2016.

⁵ A cidade de Três Lagoas possui 101.791 habitantes em uma área de 10, 206,949 Km², segundo dados do IBGE de 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500830&search=mato-grosso-do-sul/tres-lagoas> Data de acesso: 10/08/2016.

⁶ CEBs: É um tanto difícil precisar o que são as Comunidades Eclesiais de Base, por não se referir à uma igreja em sua totalidade. Em suma, são grupos de pessoas divididos por bairros ou microrregiões (Comunidades) discutindo os problemas da comunidade, inspiradas da fé católica e da Bíblia (Eclesiais),

A partir de fontes do IAJES e de entrevistas com os sujeitos centrais da pesquisa de iniciação científica, descobri que houve uma assembleia das comunidades de base cuja pauta da discussão era a permissão de casamento para os padres do IAJES. Foi decidido que os padres do Instituto poderiam se casar e continuar os trabalhos eclesiais, se colocando do outro lado do Altar. Assim, propor um aprofundamento e análise da magnitude desse fenômeno atípico, implicou nas intenções desta pesquisa. Feito esse preâmbulo, passemos ao problema da pesquisa e à delimitação de seu objeto.

Questão investigativa

Em que medida a ruptura do voto celibatário dos padres do IAJES, no período militar de 1970 a 1985, influenciou na formação de lideranças religiosas e políticas da atualidade e quais seus desdobramentos no campo estrutural e simbólico visíveis na sociedade contemporânea.

Objeto da pesquisa

A pesquisa enfoca o casamento dos padres do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), na Igreja Nossa Senhora das Graças da cidade de Andradina no período do regime militar brasileiro (1970 a 1985) na região do alto Paraná.

O propósito investigativo consiste, no segundo capítulo, identificar os dispositivos da construção institucional do celibato clerical na estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana e sua regulação. No primeiro capítulo, tendo em vista a tensão estabelecida pelos desdobramentos da proibição do sexo e do casamento ao clero, tencionaremos avaliar em que medida a ruptura do celibato por parte dos clérigos membros do IAJES, na década de 1970, influenciou na formação das lideranças religiosas e políticas atuais⁸, e ainda, entender qual o grau de atuação religiosa e política

com pessoas leigas (Base), inspiradas pela renovação pós-Concílio Vaticano II e na América Latina pela Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006).

⁷ A Teologia da Libertação começou a ser gestada na América Latina a partir das interpretações do Concílio Vaticano II, em 1963, com preocupações sociais, econômicas, políticas e culturais, e seu ponto chave de desenvolvimento intelectual foi a conferência de Gustavo Gutierrez em julho de 1968, em Chimbote, Peru, remetendo com isso a ruptura entre as práticas desenvolvimentistas e de libertação. A Teologia da Libertação teve forte influência na Igreja católica brasileira. Foi quando ocorreu uma abertura da Igreja propiciando uma maior aproximação das culturas locais, baseando-se na experiência histórica do povo e ouvindo suas comunidades de base (OLIVEIRA, 2006).

⁸ Consideramos a possibilidade de os padres largarem a batina e os trabalhos eclesiais, mas não o trabalho pastoral e a militância por direitos sociais. Tendo em vista que o padre Miecslau Kudlavec é membro da Pastoral da Terra.

e qual a distorção estrutural e social provocada, hoje, pelo casamento de um padre que continua no trabalho pastoral e constrói uma família concomitantemente.

De acordo com Pierre Bourdieu (2003), o *habitus* expresso em um estilo de vida é resultado de um capital cultural herdado, incorporado desde a infância e constitui-se em uma dada disposição interiorizada, que se reproduz em condições de existência liberadas de urgência. Não é definido por poder aquisitivo, mas sim por instrumentos de apropriação transmitidos, que resultam em um poder simbólico próprio das camadas dominantes e, portanto, reconhecido pelas camadas populares. Nas palavras do autor:

Gerado em um tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos e estéticos, exprime, segundo sua lógica, a necessidade dessas condições em sistemas de preferência, cujas oposições reproduzem, sob forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação, assim transmutadas em distinções simbólicas (BOURDIEU, 2003, p. 74).

O valor simbólico de um bem que têm maior intimidade com a cultura dominante, e cujas oposições distorcem e apropriam, nesse sentido detalhamo-nos a seguir os objetivos/ metas de pesquisa, de acordo com as diferenças ligadas à posição na estrutura de distribuição dos valores simbólicos e dos instrumentos de apropriação dominante que analisei:

- Dispositivos institucionais (Concílios; Encíclicas;) de imposição do voto celibatário; pesquisa documental;
- A regulação e rejeição da esfera erótica;
- A ruptura do celibato clerical dos padres membros do IAJES;
- A formação das lideranças religiosas e políticas atuais que romperam com o celibato clerical por meio do IAJES;
- Formação política e estrutural do MPC;
- Práticas e representações simbólicas de um ex-padre hoje;
- Práticas e representações simbólicas de ser a mulher do padre hoje;
- A construção do sujeito;
- Os jogos de poder;
- A constituição das experiências;
- O Papa Francisco.

Nesse sentido, para fazer a pesquisa e analisar a vida social dos padres e de suas esposas utilizando métodos científicos, propondo um fazer científico a partir do método. Para isso, apresento um modelo analítico de planejamento da pesquisa empírica que consiste em síntese em uma teoria epistemológica e da experiência do sujeito. Segundo Bourdieu (2004) a empiria e a teoria devem ser indissociáveis, tendo em vista que são evidenciados a partir das inter-relações e articulações em relação ao objeto estudado. Dessa forma, compreendo por:

[...] estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos [...], estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, os quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004, p. 149).

Nesse sentido, a experiência estabelece o valor, a origem e os limites do conhecimento. A partir disso, observo que as pesquisas qualitativas não buscam a generalização, mas sim o entendimento das singularidades. Na perspectiva qualitativa de abordagem do problema, há o pressuposto da existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo dos fenômenos e a subjetividade do sujeito — subjetividade esta que não pode ser traduzida em números, mas sim no processo descritivo (intenção desta pesquisa).

A dimensão individual, o agente social – e daí decorre a importância neste trabalho o conceito de *habitus*, pois se internalizam regras e normas sociais, como também aspectos de condutas não casuais. É um jogo que sabemos as regras e o sentido, mas que também expande a libertação, a negociação e os conflitos internos e externos. A noção de *habitus* contribui para o entendimento da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, permitindo recolocar o papel do agente no mundo social (Bourdieu, 1989). Assim, a ruptura do celibato clerical dos padres da igreja Nossa Senhora das Graças na região do Alto Paraná,

[...] se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. [...] Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. [...] fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer”. Isso porque, abandonando-se às intuições de um “senso prático” que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo. (BOURDIEU, 2004, p. 21-23)

Dessa forma, o autor constrói o conceito de campo: que procura dar conta dos aspectos permanentes das estruturas sociais. Estes dois conceitos, que estão relacionados, auxilia metodologicamente a pesquisa. O campo é considerado um campo de forças, pois coage os agentes inseridos, como um campo de lutas, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo e modificando sua estrutura (BOURDIEU,

1996), os membros do IAJES no passado e do MPC na atualidade correspondem a esse marco analítico, tendo em vista que o movimento de padres casados tem como principal característica organizar os padres casados em território nacional contra a marginalização deles e em favor, organizando encontros e assembleias que contestam algumas bases do catolicismo. Como dito, pode ser comparado a um jogo, tendo os princípios dominados pelos indivíduos integrantes. Identificamos os conceitos guias (celibato, voto de castidade; esfera erótica; matrimônio, sexualidade.), elucidamos as principais categorias empíricas para elaborar um ou mais marcos analíticos dentro do campo.

O espaço social está inserido no campo, e desta forma é compreendido como sistemas de posições sociais e se definem umas em relação às outras, num determinado espaço e tempo. Os espaços sociais podem abranger campos distintos que se inter-relacionam, como por exemplo, o campo religioso e político, no qual esse trabalho se insere. Segundo Bourdieu,

Os campos sociais mais diferentes [...] só podem funcionar na medida em que haja agentes que invistam neles, nos mais diferentes sentidos do termo investimento, e que lhes destinem seus recursos e persigam seus objetivos, contribuindo, assim, por seu próprio antagonismo, para conservar-lhes as estruturas, ou, sob certas condições, para transformá-los (2003, p. 51).

Dessa forma, o desenho em história oral se faz necessário nesta pesquisa, de acordo com metodologia e as intenções de estudo propostos por Bourdieu, debatido em páginas anteriores, para o desenvolvimento e análise deste fenômeno, e a validação e conclusão deste estudo.

Pensando a epistemologia da pesquisa e tentando posicionar de acordo com Burrell e Morgan (1979), uma das bases de conhecimento para compreender e comunicar aos outros, já se pressupõe uma base epistemológica de uma experiência puramente subjetiva da experiência para a criação do mundo social. Assim, a preocupação central será a compreensão das formas, como o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo social. Como dito, este estudo se volta para a rejeição e negação da sexualidade e do matrimônio aos clérigos católicos, bem como a ruptura celibatária no passado possibilitou a formação de lideranças religiosas e política atuais, que pensando e considerando suas experiências, tenham aberto a hipótese para a pesquisa. Se por meio da reflexão da Teologia da Libertação tenham criado, modificado e interpretado distorcidamente a estrutura social de acordo com Burrell e Morgan (1979) e *habitus* simbólico, de acordo com Bourdieu (2003). Consideramos no segundo capítulo, as formas desta distorção.

Nesse sentido, identifico o fenômeno do casamento de padres no Alto Paraná com o pressuposto ideográfico de Burrell e Morgan (1979). Tendo em vista compreender o mundo social por meio dos conhecimentos de primeira-mão dos sujeitos – podendo ser estes sujeitos membros do IAJES – fizemos entrevistas para aproximar dos sujeitos e explorar detalhadamente o seu *background* e sua história de vida, assim como analisar os relatos subjetivos gerados a partir das situações/ histórias dos membros do objeto investigativo. E dessa forma, no segundo capítulo, destacamos um importante marcador social: ser a mulher do padre.

Em suma, o estudo conta com a análise detalhada dos *insights* gerados pelos encontros com os sujeitos e os dados obtidos a partir dos relatos encontrados em fontes documentais e teóricas, que podem expressar sua natureza e característica científica enquanto tal. Segundo Creswell (2010), se tencionarmos o olhar como análise primária às entrevistas e aos dados gerados à priori e depois, analisarmos os dados gerais oriundos das fontes documentais escritas por terceiros, isso nos possibilitará estabelecer direções, como estamos apresentando agora, para fazer a pesquisa e identificar as informações.

Convém destacar o lugar da história de vida na sociologia contemporânea e a notável inclinação desta pesquisa neste sentido. Segundo Howard Becker (1994), o ponto de vista subjetivo evidencia a história de vida de um indivíduo, o autor pontua ainda o valor da “experiência pessoal” e/ ou da ‘história própria’ dos sujeitos, que nas palavras do autor:

[...] é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas vinham se abrindo para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das sub-culturas delinquentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento [...] (p. 103).

Nesse sentido, a história de vida tem como foco o sujeito. Aqui o sujeito é o agente do processo interpretativo e de questões mais abrangentes que compõem análises mais complexas, como o eixo temático que norteia a pesquisa (sínodos católicos, voto celibatário, formação de lideranças religiosas e políticas). Compreender e aprofundar a análise do sujeito, segundo Becker (1994), a partir da vivência e da experiência do mesmo, em conjunto com documentos oficiais, dentre outros, são fundamentais para entendermos as práticas e representatividade dos fenômenos ocorridos na década de 1970, como os casamentos dos clérigos da Igreja Nossa Senhora das Graças em Andradina. A imagem do mosaico que o autor elucida é útil, para orientar a

compreensão do quadro na atualidade, e fornece uma visão subjetiva dos processos institucionais e seus construtos reguladores ao longo do primeiro e do segundo capítulo.

No segundo capítulo, abordamos o relacionamento desses sistemas de significados com os processos sociais, políticos e religiosos, ao discutir o papel do sagrado e do profano, na base jurídica religiosa. Segundo René Rémond (2003), a ligação íntima entre religião e política, desde a década de 1920, levou a estudos sobre os componentes religiosos do voto, bem como os diferentes tipos de atitudes políticas, segundo o grau de ligação com a Igreja Católica e com o protestantismo. Isso só foi possível em virtude da convergência de vários movimentos. O mérito pertence em primeiro lugar à história religiosa, por que a história da religião não é mais estritamente eclesiástica ou, apologética, ela se estende a todos os domínios da vida religiosa e de suas expressões culturais e sociais, ela: “apreende a permanência e a mudança da Igreja numa sociedade em transformação” (p. 331). Pois o “cristão qualquer”, se tornou tão importante e digno de interesses quanto os bispos ou as ordens religiosas, ele é revivificado nas condições concretas de sua existência, que escreve a igreja em estado de missão, marcando a sociedade como instituição inovadora.

Em segundo lugar, é a sociologia da religião, que a partir dos anos de 1930, implica uma vontade de realismo no olhar voltado para as realidades religiosas, por exemplo, uma análise das sociedades de crentes em sua globalidade: é introduzida uma dimensão quantitativa e qualitativa através da contagem sistemática dos praticantes. Religião e política não são da mesma natureza e é exatamente por serem distintas que podemos interrogar a relação entre elas. Por isso analisei quão interdependentes são.

Segundo Pierre Bourdieu (1989), há uma relação oposta entre poder religioso e poder político, mas ao mesmo tempo, justaposta. Mesmo no contexto de uma igreja “libertadora”, embasada na Teologia da Libertação, que é o caráter do IAJES, é possível verificar as disputas com as estruturas dominantes, dentro e fora da igreja, como se pode observar em relação ao casamento dos padres na cidade de Andradina. Igreja essa que se volta contra as injustiças sociais, discursivamente a favor da igualdade, é a mesma que contesta as relações conjugais dos membros do seu clero, inquietando as comunidades de base, a igreja e também os pesquisadores.

As relações estabelecidas pela igreja são reflexos das frações dominantes das estruturas das relações de classe que contribuem para manter a ordem política por meio da reprodução da ordem religiosa. Porém, tal relação não elimina os conflitos entre

poder político e religioso, assim como há conflitos dentro do campo religioso e do campo político (BOURDIEU, 1989). Esses aspectos são importantes para entender a formação das lideranças religiosas e políticas na atualidade, oriundas talvez da reflexão da Teologia da libertação que lutava por uma igreja progressista no contexto da ditadura militar e no de reabertura democrática – dadas as devidas proporções –, estes conflitos e relações no campo político e no campo religioso, na cidade de Andradina a partir da década de 1970 até os dias atuais com o Movimento de padres casados no Brasil (MPC), consideramos que são frações estruturais e institucionais presentes no arranjo social da cidade em tela.

A metodologia adotada é a história oral, de acordo com Paul Thompson (1992), “a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas, ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem seu significado” (p. 18). A autora ressalta que primeiramente, a história oral é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante. Em segundo lugar, destaca que a melhor pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto à análise das sociedades mais amplas. Em outras palavras, ela une a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Em termos de temas, Paul Thompson (1992) estabelece as forças e potencialidades especiais do trabalho de pesquisa com história oral, são quatro: Vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais, e conexões através das vidas. As vozes ocultas: “de fato, todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc.” (p. 20). A autora salienta que a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas. Em segundo lugar, as esferas ocultas: “os aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos” (p. 20). Em terceiro lugar, existe a esfera dos mitos e das tradições orais. Estes podem ser vistos de muitos ângulos diferentes: “como instâncias da constituição social da memória, como folclore, como deformações da verdade histórica, como invenções da tradição, etc” (p. 21). Finalmente, em termos

de potencial temático, a autora enfatizaria o poder especial das entrevistas de história de vida e da história oral em estabelecer conexões através das vidas: “[...] a maioria da documentação tende a ser separada em diferentes categorias que não são fáceis de se conectar, somente uma história de vida pode conectar os dois numa explicação narrativa que faz sentido (p. 21).

Assim, a história de vida, lançou luz sobre a ruptura do celibato clerical e os dispositivos institucionais e estruturais da imposição, bem como as práticas e representações sobre igreja e a política na atualidade. Realizamos três entrevistas neste período de mestrado com os padres casados e suas esposas, compondo agora o total de sete entrevistas, tendo em vista a realização de quatro entrevistas no período de graduação por meio de uma iniciação científica (PIBIC-CNPq/ UFMS/ 2008-2010) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Ao entrevistar o padre Mieceslau Kudlavicz e sua ex-esposa Belkiss Maria Maciel Kudlavicz duas vezes, cada um deles em sua residência em Três Lagoas, de maneira bem descontraída. Entrevistei também em sua casa por duas vezes a solícita Maria Isabel Prates Oliveri, viúva do padre João Carlos Oliveri, na mesma cidade. A sétima entrevista foi na casa da agente de pastoral Maria dos Anjos, pessoa ligada ao movimento negro de mulheres e da saúde do IAJES, não sendo casada com nenhum dos padres.

Cabe destacar que a intenção da pesquisa visava entrevistar, ainda por fazerem parte do mesmo contexto e situações matrimoniais e de militância: Maria Vanin e seu conjugue José Vanin, bem como Maria Lúcia Espicaski Parren e seu ex-marido o Pe. René Parren. A tentativa de colocar em evidência as vozes desses sujeitos, elucidando suas experiências de vida, infelizmente foi dificultosa, principalmente em termos de agenda e disponibilidade dessas pessoas em nos receber para a realização das entrevistas. Chegamos a marcar com Maria Lúcia e com René, porém, por duas vezes as entrevistas foram desmarcadas. Já em relação com à família Vanin, com os contatos (telefone; email) passados não foi obtido sucesso de aproximação para a realização das entrevistas e uma possível análise aprofundada das falas destes colaboradores para pesquisa.

Convém ressaltar outra dificuldade que tivemos: realizar entrevistas com o casal presidente José Edson da Silva e Maria Lúcia de Moura e/ou casal vice-presidente José Colaço Martins Dourado e Maria do Socorro Santos Martins, dentre outros membros do secretariado do Movimento de Padres Casados no Brasil (MPC). Devido ao fato de o

presidente residir em Fortaleza, inicialmente originou-se um diálogo por email, posteriormente encaminhamos uma entrevista semiestruturada na qual utilizamos com as pessoas que entrevistamos, com algumas perguntas norteadoras desta pesquisa, porém, não obtivemos retorno deste documento até a atualidade, bem como respostas por email. Segue abaixo esse roteiro norteador das entrevistas no trabalho de campo:

- Qual seu entendimento sobre a família?
- Qual seu entendimento sobre amor?
- Qual sua concepção política? Qual a diferença política no período militar para hoje?
- Atua como membro da Igreja? Pastoral? Comunidades ou outro?
- Qual sua concepção sobre o sexo? E de sexo como membro da Igreja?
- Participa de algum movimento de padres casados? Qual? Quando? Por quê?
- Como era ser um padre casado no período militar? E ser um padre casado membro do IAJES? E hoje o que mudou?
- Como é ser um padre casado hoje? Como é ser uma mulher de um padre? Há preconceitos, intolerância?
- Qual sua visão da proibição do celibato clerical e do voto de castidade na Igreja católica?
- Se pudesse casar e continuar os trabalhos eclesiais continuaria padre? Por quê?
- Qual motivo o fez romper com a Igreja?
- Vê mudanças no interior da Igreja em relação ao casamento de seus padres?
- Vê mudanças em torno do casamento e da sexualidade aos clérigos com o Papa Francisco?
- Qual a diferença da Igreja no período militar e na atualidade? Há diferenças? Qual? Por quê?
- Autoriza a publicação desta entrevista para fins acadêmicos, revistas, livros periódicos e outros?

Utilizamos a forma semiestruturada, contudo, contribui para o conhecimento básico do desenvolvimento, da compreensão, da situação local e da relação entre os atores nestas relações, tendo sempre como objetivo “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2000, p. 65).

Ainda segundo Gaskell (2000), além da preparação e do planejamento, devemos selecionar os entrevistados, fizemo-lo (na Iniciação Científica como supracitado e neste desenho metodológico nas páginas anteriores) de modo que eles nos permitam explorar os pontos significativos das opiniões sobre o assunto em questão, lembrando que maior número de entrevistados não significa maior qualidade na representação dos sujeitos participantes.

O método de História de Vida se insere dentro de metodologias qualitativas que surgem com a Escola de Chicago. Segundo Aline Pacheco Silva (2007) o método de História de Vida objetiva apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva, uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social. Convém evidenciar também o vínculo entre pesquisador e sujeito, dimensão priorizada no

método. Essa dimensão não invalida o método, nem tampouco o desclassifica como método científico, ele é visto com a mesma validade e eficiência de outros métodos, sendo que o compromisso maior do pesquisador é com a realidade a ser compreendida (SILVA, 2007). Por parte das entrevistas⁹ que serão utilizadas/ analisadas nesta pesquisa foram realizadas no período de graduação, este fator possibilitou uma relação previa como pesquisador, possibilitando, assim, nossa relação com os sujeitos de pesquisa, e disso surge as inquietações de solucionar novas problemática neste estudo.

Esta pesquisa utilizará os procedimentos teóricos do livro *História Oral: como fazer como pensar*, de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2007). Isso só é possível tendo em vista que a História Oral transforma a entrevista em fonte histórica quando passado do código oral para o código escrito.

A História Oral é um conjunto de fontes orais manifestadas nas entrevistas. Convém ressaltar que a apreensão da fala não é uma ação isolada, e o que é verbalizado na oralidade como risos, lágrimas, silêncios ou gestos serão integrados na transcrição literal para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista, sendo este um dos desafios da História Oral, e desta pesquisa, bem como narrar às recordações que remetem ao passado, aflorando lembranças alegres e outras dolorosas (MEIHY; HOLANDA, 2007).

A escolha da forma de entrevista é fundamental nesse processo de pesquisa, e para tal selecionamos a forma "semiestruturada", que consiste na elaboração prévia de parte das perguntas que foram feitas aos entrevistados. Estas perguntas seguiram um critério definido por nós pesquisador sob orientação do professor André Ricardo de Souza, a fim de obter respostas que nos auxiliaram/ direcionaram no decorrer do trabalho. Após a escolha da forma de entrevista (semiestruturada, como citada no § acima) e do perfil do grupo (padres do IAJES e suas esposas) de candidatos a serem estudados, realiza-se a avaliação das respostas, verificando a validade das mesmas, de uma das três maneiras seguintes, conforme aponta Lodi (1977, p. 19): “[...] comparando-a com uma fonte externa; comparando-a com a de outro entrevistado; observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelo entrevistado”.

⁹Entrevista realizada no dia 21/05/2008, na residência da colaboradora Maria Isabel Prates Oliveri; Entrevista formal realizada dia 29/10/2008, na residência da colaboradora Maria Isabel Prates Oliveri; Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz; Entrevista formal realizada no dia 30/07/2009, na residência do colaborador Mieceslau Kudlavicz; Entrevista formal realizada no dia 31/07/2009, na residência da colaboradora Maria Aparecida dos Anjos.

Após esse processo, realizamos a fase de “transcrição”, que é a adequação do discurso oral às normas do código escrito, ela pode ser comparada destacam Meihy e Holanda (2007) aos processos de produção literária. Seria, a “recriação”, um tipo de “transcrição criativa” sem perder o fato, nem sentimentos e percepções desse sujeito frente a determinado período e contexto histórico. Isso só é possível após a realização dos passos anteriores: gravação da entrevista e transcrição literal. Consta em todos os áudios e transcrições a autorização por parte das pessoas que entrevistamos para utilizarmos em eventuais publicações e nesta pesquisa de sociologia da religião.

Para analisar o IAJES e o questionamento do celibato clerical na igreja Nossa Senhora das Graças em Andradina e Três Lagoas, conta-se com a documentação do instituto datada desde meados de 1969 até 1996. Atualmente, esses documentos encontram-se disponíveis para a pesquisa no Núcleo de Documentação Histórica: “Honório de Souza Carneiro”, na UFMS, Campus de Três Lagoas, desde meados de 2007, após acordo entre a universidade e membros do instituto. Em 2008, iniciou-se a organização, higienização e arquivamento dessa documentação. Para realizar esse processo, utilizou-se procedimentos arquivísticos, que, consistem nos aspectos formais e de conteúdo do documento, possibilitando a elaboração de instrumentos de pesquisa. Isso estimulou a criação do fundo “Giancarlo Oliveri”, em homenagem ao padre João Carlos Oliveri, sendo este dividido em GRUPOS¹⁰ que correspondem as grandes funções da entidade, assim como em SUBGRUPOS¹¹ e SÉRIES¹². No entanto, este é um processo crescente do padrão descritivo contido no arquivo, em que o diagnóstico geral das informações condicionou novas problemáticas, como as consideradas nessa pesquisa, bem como as bandeiras levantadas pelo Instituto e suas preocupações políticas e sociais na região do Alto Paraná, pois o Instituto criou seu próprio centro de documentação.

¹⁰ Divisão do fundo, definida de acordo com o método estrutural ou funcional. Até o momento existem Grupos pré-estabelecidos: saúde, mulheres, trabalho, política, Igreja, economia, agrária, movimento negro, dentre outros, como juventude, educação popular, menores carentes etc. E é a partir daí que surgem o SUB GRUPOS e SÉRIES.

¹¹ Divisão do grupo, definida em razão da complexidade estrutural ou funcional da entidade produtora de documentos.

¹² Sequência de unidades de um mesmo tipo documental.

Neste acervo há uma grande diversidade de documentos¹³ para a pesquisa. Soma-se a isto a biblioteca do próprio instituto. Utilizamos aqui documentos publicados em Puebla sobre a Teologia da Libertação orientando os padres latino-americanos.

Nesse sentido, trabalhamos em três etapas: Etapa 1: análise teórica; compreender os dispositivos estruturais do celibato; gerar dados a partir da bibliografia referente aos concílios e outras formas de regulação documental. Etapa 2: entrevistas semiestruturada; base metodológica história oral; procedimento: história oral de vida; geração de dados. Etapa 3 – análise secundária: imergir no centro de documentação em busca de fontes documentais diversas; internet: artigos; dados quantitativos coletados.

Fizemos uma análise sistemática das etapas supracitadas, contudo, entre as diferentes estratégias analíticas os processos e os termos diferem, e a análise de conteúdo também apresenta diferenças. Em relação à escolha do procedimento de análise de dados: a descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cunhadas sobre o celibato clerical.

Os métodos desta pesquisa, que possam gerar os dados, podem ser além da entrevista aberta em profundidade: diário, cartas, caderno de formação, imagens, relatos autobiográficos gravados em vídeo ou som como fizemos. Utilizamos ainda documentos como: atas de reunião, discursos, artigos de revistas, dentre outros que encontramos no núcleo de documentação “Honório de Souza Carneiro” e pela internet os documentos do MPC¹⁴. O objetivo como pesquisador que usa a história de vida para gerar os dados é registrar fielmente o que contam os sujeitos. Para isso, poderei utilizar os registros públicos ou registros pessoais, como os referidos. Segundo Denzin (2006) a história de vida abrangente toma a vida do sujeito pesquisado desde suas memórias mais antigas até o dia em que se escreve o documento, juntamente a isso, a história de vida interessa-se por um segmento da vida do sujeito, possibilitando, assim, a caracterização pelo fato de tentarmos dar explicações de caráter sociológico, fazer comentários ou questionar os materiais gerados no decorrer da pesquisa. A pesquisa ao perceber a memória de acordo com Michael Pollak (1989):

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim

¹³ Atas (1969-1996); Boletins de Informação Política, religiosa e social (1969-1996); Caderno de Formação Política e religiosa; Caderno para Debates sobre Teologia; Cartas; Estatuto (1985); Relatórios de Atividades (1969-1996); Jornais (1969-1996);

¹⁴ <http://www.padrescasados.org/>

como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (1989, p. 05).

Convém ressaltar ainda, que os sujeitos da pesquisa (entrevistados) estão propensos a todas as sortes e agruras no cotidiano de suas vidas em seu tempo em espaço, corremos o risco de no decorrer da pesquisa ter os entrevistados doentes ou até que os mesmos venham a óbito, rompendo assim, a rede de contatos e dados sobre o social.

Portanto, a partir dessas afirmativas nas páginas acima, busquei apresentar os sujeitos que fazem parte da pesquisa. Assim como, uma introdução ao tema e a metodologia em história oral e fontes documentais que utilizamos neste trabalho, como aporte para análise das experiências destes homens e mulheres e, para a compreensão do social e do campo religioso em que os membros do IAJES no passado e do MPC na atualidade estão envolvidos, em relação à constituição do celibato clerical perpetrado no catolicismo.

No terceiro capítulo apresento à problemática entorno da experiência do ser. Pensar o diálogo entre ser social e consciência social por meio da categoria experiência em Edward Palmer Thompson (1981). A noção de experiência torna-se chave para entender a contradição entre determinação e agir humano, na formação do sujeito, para sua militância católica e política. As maneiras de pensar e agir em relação às leis, a economia, as religiões, ao celibato clerical, por exemplo, nos dá elementos para refletir por meio das experiências novas problemáticas e refutar antigos sistemas conceituais vigentes em sociedade em relação ao passado.

A análise na formação do sujeito e das relações de assujeitamento em Michel Foucault (1996), as relações que temos que entender é que o sujeito se constitui segundo o autor pelos “jogos de verdade”, aos quais se encontra assujeitado e com certa liberdade, podendo romper assim com os assujeitamentos. Nesse sentido, jogos de verdade dizem respeito a um arcabouço de regras de produção da verdade e de alterações das regras que produzem tal verdade em relação aos padres casados e em ser a mulher do padre.

Dessa forma, destaco as obrigações no casamento e no celibato, os *ritus* de iniciação sexual, e a sexualidade como condições para pensar a vida social, a partir do campo religioso. Assim como a rejeição do mundo da esfera erótica imposto na negação

do matrimônio aos seus clérigos. De acordo com Max Weber (1979) que, quanto mais sublimada é a sexualidade, tanto mais aguda é a tensão entre sexo e a religião. Nesse sentido, observaremos as questões de contágio, pureza e impureza em Mary Douglas (1991), na distinção entre os conjugues.

Por fim, analiso as relações entre a igreja na época do IAJES em período militar para a atualidade, para entender a militância na constituição desses sujeitos, utilizo as entrevistas para analisar essas transformações. Considero ainda a prática pastoral do papa Francisco, quanto às questões de moralidade sexual e celibato, para verificar até o momento se o pontífice pode ser considerado progressista ou conciliador.

CAPÍTULO I

PERCURSOS DOS PADRES CASADOS

1.1 Antecedentes históricos

Tendo em vista a intervenção do Exército no período militar de 1964 a 1985 no Brasil, a região do Alto Paraná, que contempla a cidade de Andradina e Três Lagoas, essa última considerada área de Segurança Nacional, por fazer divisa dos Estados de São Paulo com o Mato Grosso do Sul e fazer fronteira com Bolívia e Paraguai. Os aspectos históricos, derivados das intervenções militares na História no Brasil, nos ajudam a refletir os aspectos sociais oriundos da presença dos militares na região do Alto Paraná, no qual membros do IAJES exerceram militância política durante o regime militar. Arelado a esses fatores está à presença e atuação das comunidades eclesiais de base na região. Antes de prosseguir na análise, vejamos um pouco da história de intervenções militares no Brasil do século XX até o período ditatorial aqui em foco.

No processo sócio-histórico, a corrupção, subornos, fraudes e negociatas permeavam o poder político quando nas mãos dos militares destes contextos. Porém, na base militar, sob o comando dos tenentes, sucede-se o levante Tenentista e a Coluna Prestes na década de 1920. Em 1930, lança-se Getúlio Vargas para a presidência da República. Neste ano, setores dissidentes das oligarquias rurais criaram a Aliança Liberal (AL), rejeitando a fraude eleitoral e impondo pelas armas seu apossamento. O novo governo é formado por alianças das velhas oligarquias rurais e setores industriais emergentes. Mais uma vez, temos a participação dos militares. Neste momento, o Estado e o Exército formaram os dois grandes blocos detentores do poder no Brasil. Com tal ânimo repressivo, a hierarquia do Exército e o governo se agruparam em torno de Getúlio Vargas e instauraram a ditadura sem tapumes, sob o nome de Estado Novo, em 1937.

Deflagrada a segunda Guerra Mundial, acirrou-se a corrida por alianças políticas, sendo o Brasil uma peça importante na corrida das potências. A princípio, ao lado dos nazistas, posteriormente, quando a situação internacional começou a refletir em perdas significantes para o país, penderam para os aliados. Porém, as conquistas nacionalistas feriram interesses estadunidenses, que passaram a conspirar com setores

nacionais para depor Getúlio Vargas. Convém ressaltar que Vargas é deposto com o fim da guerra, em 1945, em um Golpe de Estado liderado pelo general Góis Monteiro.

Assim, o período de 1946 a 1964, representa uma etapa de desenvolvimento e mudanças sociais que geraram modificações profundas na sociedade, fossem elas nacionalistas, democráticas ou autoritárias de cunho fascista e repressiva, ou até mesmo de experiência religiosa.

No curto governo de João Goulart (1961-1964) emerge no país um novo contexto político-social. Suas características foram crises econômico-financeiras e político-institucionais, expressas em sistemas partidários, mobilização política das classes populares, ofensiva político-autoritária dos setores militares, ações do operariado, movimentos de organização de trabalhadores do campo e um acirramento da luta ideológica de classes. No final de 1963, deu-se o fracasso do *Plano Trienal*, pois não ocorreu nem desaceleração da inflação nem aceleração do crescimento, o que houve foi inflação sem crescimento. Goulart ateava a bandeira das reformas de base (agrária, bancária, fiscal etc.), que para o capitalismo industrial era indispensável, e as camadas populares também apoiava essas reformas que poderiam talvez promover melhor à distribuição de renda e diminuir as desigualdades regional-nacional. Porém, isso não ocorreu. Por imposição dos dispositivos militares, buscou-se impor ao Congresso o *Estado de Sítio*, e mais uma vez Goulart fracassou.

Nota-se, portanto, que nossa história republicana e anteriormente a ela, coexistem golpes contra as instituições políticas brasileiras, e nos parece que está ocorrendo outro em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff. Dessa forma, talvez o governo de Goulart estivesse sempre sob temores de golpe de Estado. Em 1964, o golpe de Estado, reivindicado por setores da sociedade civil, como, por exemplo, empresários e religiosos foi implantado, assim como na atualidade.

1.2 Contextos históricos do IAJES

Podemos observar que o autoritarismo precede a repressão em diversas formas. Refletimos então que as torturas, as mortes, os desaparecimentos de pessoas e a intimidação corriqueira na época, estabeleciam as formas de imposição do poder na sociedade. Criava-se, a partir daí, aparelhos repressivos como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações

– Centro de Operações de Defesa Interna), para garantir a “Segurança Nacional” e manter a “ordem social”¹⁵, em combate as práticas comunistas e a favor da democracia brasileira. Estes órgãos institucionais do Estado se impunham, portanto, através de Atos Institucionais que legitimavam ações como a censura que restringia o saber público e colocava os subversivos na posição de terroristas.

Esses governos¹⁶ ficaram marcados como “ferro em brasa” pelo arbítrio e violência contra os direitos humanos, descritos em chavões muito conhecidos e repetidos, a pretexto da lendária proteção ao povo. Não havia mais limites para os atos arbitrários. Nessa guerra sem tréguas ficam explícita que a palavra de ordem é a prisão, a tortura e morte aos contestadores da Lei de Segurança Nacional. É daí que surgem os motivos para a criação de tribunais de emergência, as milícias de repressão, instalam-se os campos de triagem e as casas de tortura, praticam-se as prisões, os sequestros, os banimentos e as mortes “acidentais”. Os militares no poder transformaram os quartéis em cadeias, improvisaram cemitérios clandestinos, extinguiram o poder legislativo, (ou) restringiram o seu poder decisório, fechando o Congresso Nacional e introduzindo os decretos que passaram a vigorar como leis imprescindíveis à manutenção do sistema repressivo. Nesse sentido, consideramos os escritos do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, ao pontuar que:

Em nome da ‘democracia’, caberia rasgar a constituição, depor o presidente eleito, João Goulart, fechar o Congresso Nacional, suspender garantias dos cidadãos e prender, torturar e assassinar, como terminou ocorrendo no regime inspirado pela doutrina de Segurança Nacional (1985, p. 71).

Em meio a este contexto político-social que o Brasil se encontrava, ocorriam formas distintas de resistência que foram se agrupando ao longo dos anos de regime militar. Podemos pensar, de acordo com Arns (1985), que houve seis setores sociais visivelmente atingidos pela ditadura: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. É este último um dos focos da pesquisa, ou seja, analisar as e compreender os fatores determinantes da relação entre igreja e política.

¹⁵ O golpe de Estado, aplicado pelos militares no Brasil, ou como qualquer golpe de Estado é ilegal, pois o governo não é instituído por meio do sufrágio universal. Assim, os militares no poder apreendem a ilegalidade e a transformam em uma ação legal, sob justificativa que o país estava em desordem, cabendo ao Exército restabelecer a ordem. Nota-se aí uma arbitrariedade entre política, valores e práticas sociais e legalidade legislativa.

¹⁶ Quando pontuamos ‘esses governos’, fazemos referência ao período que governaram o General Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Médici e Figueiredo, entre 1964 a 1984, até a lenta abertura em 1985 com a eleição de Tancredo Neves no movimento das “diretas já”.

Parece-nos que coexistem relações de macro e micro-poderes, e suas hierarquias estabelecidas no regime militar. Analisando esses dispositivos hierárquicos multifacetados das relações de poder do período militar e dos grupos subversivos a esses governos, que se opunham à tortura, à opressão, à falta de emprego, à fome que ocorria no país, consideramos que:

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes invenções técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que trás consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema integrado, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e literalmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’, é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Essa vigilância ocorre ainda, na relação aos padres da teologia da libertação e suas comunidades eclesiais de base. A justiça, os órgãos de tortura e repressão, a censura, a polícia, dentre outros foram instrumento de manutenção do sistema autoritário, fazendo da violência, coerção e arbitrariedade suas características. Os Atos Institucionais eram impostos por violência onde tinha resistência, e ideologicamente, principalmente onde não tinha coação, que segundo Foucault (1999, p. 146): “Na realidade a impressão que o poder vacila é falsa, por que ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares...e a batalha continua”.

Dessa forma, o anticomunismo foi o caminho para o autoritarismo, atrelado a uma longa tradição intervencionista que remonta os séculos anteriores da nossa história. E se considerarmos que o homem na sua “[...] condição humana desce às profundidades da obsessão e do fanatismo político e na confusão de um raciocínio desordenado e isento de bom senso, torna-se um homem ambicioso pelo poder, o poder que lhe dá força e a força que lhe vai dar o autoritarismo” (Serviço Nacional Justiça e Não-Violência – SERPAJ – Brasil, 1984)¹⁷.

¹⁷ DOCUMENTO 1: *Boletim Informativo Internacional n° 1*, ‘Serviço Nacional Justiça e Não-Violência – SERPAJ – Brasil, março de 1984. Encontra-se no arquivo do IAJES, no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

É nesse sentido, que se consolidou o Estado autoritário no Brasil, em um momento em que toda América Latina passava por mudanças e muitos países estavam inseridos em governos ditatoriais e repressivos. Formou-se, portanto, a vigilância hierarquizada com novas mecânicas de poder, em que se integram todos os segmentos vigentes do Estado autoritário.

Assim:

Já se viu que, entre as inúmeras ferramentas legais utilizadas pelo Regime para complementar o campo de repressão garantido pela LSN, ocupou papel de destaque a Lei de Imprensa, de fevereiro de 1967, que cerceava gravemente o direito de informar. Apesar da existência dessa lei específica, regularmente aplicada contra profissionais da imprensa que divulgam críticas ou notícias incômodas às autoridades, foi muito freqüente a exacerbação do procedimento acusatório, que deixava de lado a Lei de Imprensa para invocar a Lei de Segurança Nacional. [...] O uso dessa lei especial valia, na verdade, como espantinho todo-poderoso para coibir o direito de informar, o direito de criticar e o direito de discordar. E na outra face da moeda: como manobra para tornar inatacáveis as autoridades públicas – das altas esferas federais aos pequenos caciques municipais (ARNS, 1985, p. 144).

Segundo Marilena Chauí (2000), a ditadura militar desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas fundamentais: a primeira, “A integração nacional” (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais); a segunda, “A segurança nacional” (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes); a terceira, “O desenvolvimento nacional” (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalista). A autora destaca ainda que o período colonial foi regulamentado e construído com decretos, alvarás e ordens régias. Tais questões podem sugerir algo um tanto quanto parecido com a ditadura militar com seus atos institucionais. Talvez seja um *mito fundador*, que se rearranja de acordo com o contexto social, político e econômico, esse ato de imposição e autoritarismo, que se intersecciona mais uma vez, na atualidade em que vivemos.

A República exprime as lutas de classe socioeconômica e os rearranjos de poder no interior da classe dominante, com a expansão da urbanização e a percepção de que o país precisava ajustar-se à conjuntura internacional da revolução industrial. No plano ideológico, o regime ditatorial aparece não como instituição do Estado pela sociedade, e sim como reforma de um Estado já existente. De fato, vimos que com o “princípio da nacionalidade”, o poder político constrói o semióforo “nação”, na disputa com outros poderes: os partidos políticos (sobretudo os de esquerda), a religião (ou as Igrejas) e o mercado (ou o poder econômico privado). Convém ressaltar que o campo de construção

do semióforo é mítico, e neste caso nada mais faz do que manter vivo o mito fundador do Brasil¹⁸, e na região do Alto Paraná não foi diferente.

Em 1967, depois de três anos de recessão, o Brasil iniciou o chamado “milagre econômico”, tendo o produto interno bruto (PIB) em uma taxa anual de 10% ao ano segundo Scott Mainwaring (2004). Esse modelo econômico conhecido como “internacionalismo” por ser ligado ao capital externo, que foi utilizado no período militar para o desenvolvimento interno, em que o Brasil ofereceu mão-de-obra e matéria-prima, para o capital estadunidense e seu imperialismo, subsequente da expansão capitalista pelo mundo, segundo Gustavo Guitiérrez (1984). Assim, podemos pressupor que a dívida externa brasileira tenha se iniciado neste período, sob altos e renovados empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Partimos da premissa de que a ditadura militar brasileira teve seu início, como pontuamos, sobre o viés do anticomunismo e a aplicação de práticas repressivas embasadas na retirada da liberdade de expressão, dominação e o extermínio por forças opressoras assessoradas pelo imperialismo norte-americano, que deram o apoio logístico e de capital, para o interesse dos exploradores capitalistas como parte de um programa anti-subversivo. Gerou com isso uma falsa noção de Brasil – potência associada com o ciclo de governantes de 1964 a 1985, mas principalmente com a gestão do governo Médici (1969 a 1974), que conduziria as atividades de expansão brasileira no âmbito internacional, formando uma dinâmica econômica e política e dando ênfase à política externa (DEL VECCHIO, 2004).

Portanto, se a política econômica é voltada para o âmbito internacional, aferem na base nacional, regional e setorial. Isto é, o capital é acumulado e não fica no país, que possuía na época, e nos dias de hoje, altas taxas de desemprego, pessoas que não tem onde morar, não tem o que comer ou vestir. Uma brutal e dolorosa desigualdade social, em que a burguesia capitalista comprime os menos favorecidos economicamente. E na política, é perceptível a corrupção, suborno, propina e descaso com o dinheiro público. Em outras palavras, uma ditadura de alianças, de interesses próprios em detrimento do outro, do povo.

¹⁸ “Entendemos como mito fundador, a maneira que se impõe um vínculo interno com o passado, como origem, isto é, que não cessa nunca, que se conserva, limitando a compreensão do presente enquanto tal. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se em novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quando mais parece ser outras coisas, é a repetição de si mesmo” (CHAUI, 2000, p. 09).

1.3 O “povo em movimento”

Para compreender o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) e seus militantes católicos na região do Alto Paraná, bem como o movimento de padres casados na atualidade faz-se necessário pensarmos nos movimentos de esquerda no Brasil. Temos que entender o ciclo de rupturas que ocorreu no início do século XX, e que se estende até os dias atuais, mas que na ditadura militar de 1964 a 1985, ganha um papel fundamental por sair dos bastidores, com ideias revolucionárias, ao subverterem os militares no poder e a hierarquia conservadora da Igreja Católica, e alterando assim sua experiência de mundo e vida. Seria a “[...] conquista de uma consciência superior [...] cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (GRAMSCI, 1975, p. 24).

A esquerda no país, em meio a ciclos de rupturas econômicas e políticas, não consegue implantar o socialismo. E diante dos modelos da classe dominante, precisou criar o modelo socialista progressista de base marxista, que ora se aliou com o projeto reformista, ora com o projeto agrário exportador. Portanto, o dilema: encontrar condições práticas para superar as contradições teóricas.

É válido dizer que grande parte dos movimentos de esquerda é de base marxista, e a maioria deles saiu de divisões ou subdivisões do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. A partir de 1960, as condições se modificam, com o surgimento de novas organizações como, por exemplo, a Ação Libertadora Nacional (ALN), ou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Tais grupos se diferenciam entre si, por meio de questões chamadas programáticas (como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças propõem em sua estrutura), as denominadas estratégicas (caminho geral a ser seguido para se chegar ao poder e conseguir as transformações), e as táticas (métodos de ação e propostas políticas) (ARNS, 1985).

Com o AI-2, o governo de Castelo Branco dissolveu os partidos políticos e impôs várias cassações fechando o Congresso e permitindo a constituição de apenas dois novos agrupamentos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A política autoritária abominava a fragmentação partidária anterior e tinha terror à mobilização popular.

Os setores ditos “autênticos” do sindicalismo e as chamadas oposições sindicais passaram a atuar como movimento reivindicatório, como, por exemplo, o movimento

contra o “custo de vida” ou pela “anistia” aos presos e perseguidos políticos. Dessa forma, houve candidatos apoiados por setores do movimento, lideranças sindicais, movimentos feministas ou do movimento contra o alto custo de vida. Alguns desses candidatos eram eleitos por esses movimentos denominados de “movimento de base”.

A relação entre os movimentos e a participação partidária foi muitas vezes conflituosa, pois muitos desses movimentos são recentes e não possuíam experiência de política partidária, vendo-as com desconfiança. Esta é uma atitude que foi frequente no caso da participação das comunidades eclesiais de base na política, pois muitas vezes votava-se nulo e não partidariamente (SINGER; BRANT, 1983). O partido político era visto por alguns segmentos da sociedade, como parte da ordem autoritária e pouco aberta para o povo. Nesse sentido, existe nesta atitude uma superestimação dos movimentos de base e uma subestimação da função política.

O IAJES teve como característica a conscientização e reflexão política de seus agentes, e ascensão da pessoa humana e da comunidade com seus “movimentos populares”. Também esteve envolto em frentes políticas e partidárias, apoiando e lançando candidatos, caracterizando-o também como um “movimento de esquerda” e de base religiosa (progressista), com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Convém ressaltar que o IAJES nunca foi um partido político, e sim um Instituto nas esferas municipal, estadual e federal, na medida em que organizou grupos de leigos na região do Alto Paraná por uma sociedade igualitária e justa, buscando a libertação do povo por meio de manifestações e movimentos sociais diversos, influenciados pela Teologia da Libertação.

Com a ascensão de novos grupos sociais, as associações de trabalhadores organizados independentemente ou até em oposição às estruturas sindicais tradicionais e aos partidos políticos, pode-se destacar também as inúmeras comunidades de base da Igreja Católica, expandindo-se em grandes áreas rurais e urbanas, associações de mulheres ou grupos feministas, encontro de jovens, com focos de comunicação e consciência social.

Devemos pontuar os esforços constantes de autorreflexão e expressão dos próprios movimentos sociais. Talvez a essência destes movimentos estivesse nos novos sindicatos “autênticos” e nas comunidades de base da Igreja Católica, por exemplo, ao definir a si próprios como novos e diferentes em relação à política tradicional, e em se colocarem como fundadores e guardiães de suas próprias tradições e experiências sociais.

Ou seja, esses movimentos são novos em relação à política tradicional. A principal investida nessa busca de identidade autônoma parece fazer-se contra a atitude e prática generalizada de tutela – que tem caracterizado a política internacional na América Latina – em relação aos movimentos sociais. Isso se aplica ao paternalismo conservador e a manipulação populista.

Como destaca Evers (1984) ao invés de uma política “partidarista”, trata-se de uma visão “movimentista”. E quando falamos em repensar a política ou em ampliar a esfera do político, continuamos a considerar a política como uma esfera especializada, para a qual contribuí as várias manifestações do social, e a partir da qual essas relações podem ser alteradas. Assim, reavaliar a função política dos movimentos de base significa que ainda estamos procurando o seu potencial político, apenas a partir de uma ótica. Obviamente não estamos prestando atenção ou interessados nos novos agentes sociais que emergem deles, mas nos agentes políticos católicos. Ou seja, não estamos prestando atenção às novas formas de “fazer a sociedade”, mas de fazer política.

Atreladas com os pontos de ruptura, coexistem linhas de continuidade que fazem com que todo o projeto pareça mais uma flexibilização de velhos conceitos do que sua superação. A lista oficial dos atores políticos e de formas de ação e organização em torno do Estado e da esfera da produção recebe importante atenção da sociedade civil e dos movimentos sociais em um movimento anticapitalista e uma realidade multifacetada, em uma identidade multiclassista (EVERS, 1984). Admite-se também que esses grupos não estejam secundários em relação aos partidos políticos, mas, no mínimo, equiparados, com intuito de intensificar o potencial político dos movimentos religiosos.

Este autor ainda informa que o elemento “novo” dos movimentos sociais, consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social nos qual o poder não é fundamental. Assim, os surgimentos dos novos movimentos sociais não estavam vinculados a situações políticas criadas pela ditadura militar. Esses movimentos são uma indicação adicional que não deve somente sua existência a um contexto político específico, mas também aos fatores situados nas raízes do atual desenvolvimento social das sociedades capitalistas.

Este momento social foi marcado por um grande fortalecimento dos movimentos populares, subvertendo práticas políticas e ideológicas, principalmente diante do autoritarismo que estava consolidado em quase toda América do Sul e o Brasil faz parte

deste contexto. O resultado de todo esse arsenal de Atos Institucionais, decretos e cassações, pontuadas anteriormente, levou a uma tentativa de paralisação quase completa dos movimentos populares do país, denunciando, resistindo e reivindicando seus direitos de formas clandestinas devido estarem sendo perseguidos pelo aparelho repressivo (ARNS, 1985). Cabe a nós compreendermos a emergência das lutas dos movimentos sociais do IAJES, inseridos no contexto do regime militar, para abranger a formação de lideranças políticas no período do regime e na atualidade.

Com suas ações, o IAJES buscava, em primeiro plano, alcançar o atendimento de suas reivindicações, as quais eram importantes para os trabalhadores por duas razões: melhoravam suas condições de vida e os animava a participar de outras lutas de interesse das comunidades. Os trabalhadores se organizavam mediante a clareza dos objetivos políticos do movimento e do trabalho de educação política que se desenvolveu no interior da entidade, por meio de agentes sociais como o padre Vanin, João Carlos Oliveri e/ou “Giancarlo Oliveri”, Maria Izabel Prates Oliveri e/ou Bel do PT, padre René Parren dentre outros representantes de dioceses que estavam articulados com os movimentos do IAJES. O entendimento desses objetivos facilitava o planejamento e avaliação das ações do Instituto e de seus movimentos de reivindicação como: saúde, creche, luta pela terra, favela (moradia), desemprego, transporte, compras comunitárias e beneficiamento de alimentos como o arroz, a luta pelos direitos humanos, entre outras ações, como os movimentos feministas que lutavam em prol da igualdade social.

Coube aos movimentos populares, por meio de sua organização e articulação, passar do reivindicativo para o político, abordando as instâncias de poder que questionavam. Tendo alta capacidade de mobilização, percepção de onde se queria chegar à longo prazo, planejando e avaliando suas atividades, consolidando sua infraestrutura e definindo suas responsabilidades e tarefas prioritárias, sabiam detectar suas dificuldades e encontrar formas de superá-las pelas ações de suas lideranças e demais participantes do movimento. Ao se tratar do IAJES, observamos que os movimentos populares tiveram um importante papel na luta pela libertação e desenvolvimento da cidade de Andradina e região. E esta atribuição foi melhor realizada na medida em que os movimentos se desempenhavam e se articulavam mais concretamente entre si e com outras formas de organização popular. E aí reside uma das grandes dificuldades dos movimentos populares: a incapacidade de preencher o espaço de sua articulação no contexto local, regional e nacional. Esta incapacidade foi sanada

temporariamente por João Carlos Oliveri, articulador dos ideais progressistas, ao buscar uma nova forma de ser igreja pelas CEBs, trocar experiências, conhecer outras lutas, discutir suas dificuldades, visando formas de superá-las, analisando a conjuntura e formando lideranças. Devemos considerar ainda que quando falamos de articulação de movimentos populares, esses se distinguem de um sindicato, por não possuírem uma base fixa, uma organização própria, um determinado e conhecido número de filiados e uma categoria específica, sendo possível que os membros dos movimentos populares participassem de mais de uma dessas ações. Outra grande diferença é o poder de pressão do movimento sindical que está ligado diretamente à produção, enquanto os movimentos populares estão mais diretamente voltados à questão do consumo, de serviços e melhorias de infraestrutura e direitos humanos¹⁹.

Fica também explícita a questão de classe, podendo participar, tanto o dono da sorveteria da esquina quanto o trabalhador com vínculo empregatício. É possível que o movimento no correr dos anos tenha adquirido um caráter de classe com a discussão das causas políticas mais profundas das suas reivindicações e sua vinculação com as lutas dos trabalhadores.

É necessário que este processo seja realmente democrático, como observamos nos trabalhos do IAJES, que teve em sua característica central a promoção social da pessoa humana (movimentos populares de esquerda), mas também esteve envolvido com frentes políticas e partidárias, apoiando e lançando candidatos (movimentos de esquerda) e de base religiosa (progressista - libertaria), abrangendo as comunidades de base na região do Alto Paraná. Portanto, os militantes católicos do IAJES fazem parte desses “novos” atores e desses “novos” movimentos sociais em contraste à política tradicional, a igreja e sua própria forma de vida (SADER, 1988).

1.4 O bom pastor

O trabalho com as fontes nos permite recuperar informações e gerar dados do período da idealização e materialização do IAJES. O Relatório das Atividades do IAJES

¹⁹ DOCUMENTO 2: *Caderno para debates sobre movimentos populares da ANAMPOS – POPULAR-SP*, não consta à data nem o ano de publicação. Encontra-se no arquivo do IAJES, no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

de 1969²⁰ aponta que um grupo de leigos, pertencentes à Paróquia Jesus, o Bom Pastor, da vila Pereira Jordão, foram levados a refletir pelo pároco e pela assistente social, Maria José, a respeito dos inúmeros problemas que surgiam na Vila Pereira Jordão, bem como em suas adjacências da cidade de Andradina.

Depois de alguns estudos, observou-se que mais do que uma construção de um templo ou uma igreja, era necessário criar um sentimento de “cooperação comunitária”, que tornasse possível a não marginalização das pessoas que viviam no bairro Pereira Jordão. Foi então que surgiu a ideia de se construir um centro comunitário, criando condições para a promoção integral das pessoas que seriam atendidas por ele. Os horizontes se abriram e viu-se a necessidade de uma escola de iniciação profissional, e logo depois de um centro cultural, ambos com intuito de contribuir com a promoção social da pessoa humana, que estavam em condições de exclusão. Emerge daí a ideia de criar um “Instituto Administrativo” para se incumbir por todos os projetos de promoção humana.

Consta ainda, no relatório, que este grupo foi composto por cerca de vinte pessoas, e como foi o início, não tinham nenhum registro. Essas pessoas começaram a trabalhar e compraram um terreno de 2.133 m² para ser pago em quatro meses. Com a compra do terreno, o Instituto lançou campanhas, fizeram festas e quermesses e uma lista de donativos para poderem realizar a construção de um Salão medindo 13 x 24 m², que seria a sede do Centro Comunitário. Tudo isso teve início a partir de setembro de 1969. Em dezembro, foi possível abrigar os moradores do bairro Pereira Jordão, para reuniões sociais, festivas, culturais e promocionais do centro comunitário. Em novembro deste mesmo ano foi organizado o grupo de “Voluntários e Visitadoras”. Ao todo eram quinze pessoas, para atender o problema social e assistencial do bairro e ainda em novembro foi formada uma “Equipe de Casais” que começou a orientar e formar os jovens que iam se casar. A princípio, essa equipe era formada por cinco casais. Organizou-se ainda o “Grupo Jovem do Pereira Jordão”, que na época continha cerca de quarenta jovens, para estimular a parte esportiva e cultural do bairro.

A inauguração do salão comunitário foi na noite de Natal de 1969. O grupo promoveu uma confraternização entre os moradores do bairro Pereira Jordão,

²⁰ DOCUMENTO 3: IAJES – *Relatório das atividades (1969)*. Encontra-se no arquivo do IAJES, no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

denominada “Noite da Pipoca do Natal”, já que o coquetel foi de pipoca e refresco, e compareceram cerca de quinhentas pessoas.

Outro relatório que encontramos retrata a mentalidade e a filosofia de trabalho do Instituto nos seus primórdios, na qual permaneceu nos largos anos de sua trajetória. Convém observar que muitas mudanças ocorreram neste caminho, mas a preocupação com as pessoas marginalizadas permaneceu. Isso ocorreu no princípio, no bairro Pereira Jordão como estamos vendo e também na década de 1970, na região do Alto Paraná, organizando e constituindo movimentos de base política e religiosa.

Este relatório²¹ reflete a preocupação do Instituto de fazer um trabalho para chamar a atenção dos moradores quanto a melhorias básicas, como, por exemplo, água, energia e higiene para o bairro. Foram realizadas nove reuniões com grupos de famílias e duas assembleias de bairro, envolvendo cerca de mil pessoas. Ocorreu também a campanha de “Amigos Cooperadores”, que contribuiriam mensalmente com quantias em dinheiro para o centro comunitário. Estavam inscritas em torno de quarenta famílias.

Nas tardes de domingo, o grupo de jovens organizava festas, brincadeiras dançantes e jogos de mesa no Centro, cuja participação variava entre cinquenta e duzentas pessoas. O grupo de jovens também foi orientado pela professora da comunidade, Dona Erandy, para ensaiar e apresentar a peça Drama da Paixão na Semana Santa. No dia 27 de março de 1970, ocorreu a apresentação da peça. No dia 26 de abril, foi formado um “Grupo de Promoção Humana” entre os homens que frequentavam o centro comunitário. Era um grupo composto, a princípio, por dezoito homens. Ocorreu ainda um “Churrasco Beneficente” e uma festa comunitária no dia das mães.

Um fato que nos chamou a atenção neste documento foi a campanha e o mutirão para a construção da casa de um morador do bairro Pereira Jordão: a casa do Sr. Faus, que havia sido destruída por incêndio havia tempo. Isso mostra que mesmo o Instituto sendo voltado para o benefício do bairro e da comunidade em forma de cooperação e ações coletivas, também auxiliava individualmente pessoas necessitadas.

Outro aspecto da filosofia do Instituto que podemos observar desde seu afloramento é a preocupação com a formação do sujeito. Promovia-se “Cursos de Orientação Familiar”, ministrados por casais que frequentavam o Centro, “Curso para

²¹ DOCUMENTO 4: *IAJES – Relatório das atividades (1970)*. Encontra-se no arquivo do IAJES, no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

Jovens”, com o tema: “Problemas Brasileiros”; sendo orientado por uma equipe de professores secundários. Houve ainda o “Curso de Orientação Médica” para os jovens, sendo ministrado por três médicos de Andradina. Realizava-se também os cursos de “Relações Humanas”, “Madureza Ginásial”, de alfabetização “Mobral”, assim como dias de estudo e debate sobre “Consciência Comunitária”, sob a orientação do padre Patrício Denovam. Havia ainda dias de estudo para jovens, sob a orientação da Prof.^a Adriana Chaves, visando uma formação psicológica do jovem na família, na escola e na sociedade. Além disso, foi organizada, naquele ano, a “Semana da Conscientização Política”, que contou com a participação de todos os candidatos a cargos eletivos na região, como, por exemplo, os deputados: Antonio Morimoto, Sinval Antunes, Jorge Maluly Neto, Ronaldo Blanco e Fastino Jaruche. Cerca de duzentas pessoas participaram daquela semana.

No dia 6 de setembro de 1970²², data da Assembleia Geral para a Aprovação dos Estatutos e Eleição do Conselho do “Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor”, assumia-se definitivamente o destino do Centro Comunitário. Portanto, houve uma unificação do Instituto Administrativo com o Centro Comunitário, criando assim o IAJES.

Nesse sentido, Belkiss Maria Maciel Kudlavicz²³, destaca que:

Naquela época o IAJES era um instituto de um bairro em Andradina! O instituto se chamava ‘Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor de Andradina’, por que Jesus Bom Pastor era uma comunidade católica do bairro “Pereira Jordão”. E foi nessa comunidade que eles fundaram a entidade IAJES (KUDLAVICZ Apud BRENTAN, 2010, p. 36).

Consideramos esta data como marco de afirmação do IAJES enquanto organização político-social e religiosa na cidade de Andradina. Conforme Oliveira (2006) o projeto IAJES foi idealizado inicialmente pelo padre José Vanin, objetivando em sua 1º fase (etapa estritamente local) dar assistência aos moradores carentes do bairro Pereira Jordão onde este instituto mantinha sua sede, percorrendo todo o bairro,

²² DOCUMENTO 5: *Estatuto do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor*. Andradina-SP, 31 de maio de 1989. Encontra-se no arquivo do IAJES, no Núcleo de documentação Histórica “Honório de Sousa Carneiro”, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Convém ressaltar, que encontramos o Estatuto de 1989, talvez tenha ocorrido estreitas alterações desde 1970, cabe a nós continuar o trabalho com as fontes documental e oral, para sabermos se houve ou não alteração. Porém, acreditamos que na essência e na filosofia de trabalho, o IAJES permaneceu desde sua gestação, assim o Estatuto evidencia a amplitude e o modo de ser IAJES.

²³ Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, na cidade de Três Lagoas (BRENTAN, 2010).

de casa em casa, levando melhores condições de vida aos moradores, tal como a visita aos doentes e socorro às famílias necessitadas.

A sua 2º fase, a partir de 1976 (etapa municipal), estendeu suas atividades para todos os bairros de Andradina, “onze na época”, e foi marcada também pela mudança do Instituto e do padre Vanin para a Igreja Nossa Senhora das Graças, assim como pela chegada de Giancarlo Oliveri, com ideias transformadoras e progressistas baseadas na Teologia da Libertação, aliando-se com as CEBs em diferentes movimentos sociais contra a desigualdade da época. Já sua 3º fase (etapa inter-regional) foi quando o IAJES estendeu sua luta em favor dos oprimidos na região do Alto Paraná (OLIVEIRA, 2006).

O Instituto era formado por voluntários constituindo a Diretoria Administrativa e o Conselho (membros eleitos pelas CEBs da periferia de Andradina), e em cada bairro existiam ainda dezenas de outros voluntários como os membros de comunidades, visitadoras de residências e agentes de saúde. Para garantir mais eficiência nos trabalhos, aliou-se com igrejas irmãs de outros países, como, Holanda e Alemanha. As remessas das verbas enviadas por esses países ficavam subordinadas ao parecer do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), órgão ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o qual analisava seriamente cada projeto antes de ser aprovado.

Via de regra, os técnicos eram subordinados à diretoria e ao conselho, recebendo salários bem menores os que ganhariam na época em outras atividades com o mesmo nível de compromisso e horário de trabalho. O salário máximo desses técnicos e voluntários era de \$ 800.000 cruzeiros mensais. Portanto, voluntários e técnicos apoiavam os passos dos movimentos populares e suas manifestações em Andradina e Três Lagoas, assim como em outras regiões do Brasil, dentre elas, a região do Alto Paraná.

Sendo assim, fazia parte da filosofia do IAJES acreditar que, a partir da ação de grupos, conseguiriam transformar a forma de pensar o mundo desses sujeitos pela educação política e o ideal democrático, que nos tempos de ditadura militar era chamado de “agitação” segundo entrevista informal com Maria Isabel Prates Oliveri, conhecida como Bel do PT²⁴. Ela nos relatou ainda, durante a entrevista, que fazia parte do movimento popular de mulheres. O padre José Vanin organizava os movimentos

²⁴ Realizada no dia 21/05/2008 às 9:00 horas da manhã, na residência da colaboradora (Maria Isabel Prates Oliveri, na cidade de Três Lagoas (BRENTAN, 2010).

relacionados à luta pela terra e João Carlos Oliveri era o articulador da entidade com outras dioceses e movimentos populares pelo Brasil e no exterior, enquanto o padre René Parrens era quem trabalhava na periferia da cidade. Eram três padres que estavam encaminhando todo um trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base.

1.5 A teologia da libertação na igreja e a CEBs

Enfatiza-se então que a transformação da igreja brasileira resultou dos laços dialéticos entre agentes pastorais, movimentos de leigos e bispos, desenvolvendo importantes inovações pastorais que ajudaram a transformar toda a igreja. Nesse sentido, houve estímulo à criação das CEBs, em que os padres e freiras estavam comprometidos, tanto com ideais comunitários desde a base, quanto com uma participação leiga mais ampla, por meio de agentes pastorais. E foi na reunião do Conselho Episcopal Latino-americano, em Medellín (Colômbia) em 1968 que se promulgou os bispos, que reafirmassem a necessidade da igreja em apoiar a justiça social, e lutassem contra o aparelho repressivo, em que, segundo Mainwaring (1989):

O documento era particularmente enfático quanto a necessidade de ver a salvação como um processo que tem seu início na terra, às conexões entre a Fé e a justiça, à necessidades de mudanças estruturais na América Latina, à importância de se estimular as comunidades de base, a atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas (p. 133).

Dessa forma, Medellín forneceu um grande estímulo ao que viria ser chamado de “Teologia da Libertação” ou cristianismo da libertação (Löwy, 2000), algo fundamentado em clássicos do peruano Gustavo Gutiérrez (1984) e Leonardo Boff (2005), evidenciando o fato de que foi devido à situação repressiva de alguns países da América Latina que a igreja se tornou mais progressista. Sendo assim, a sua função seria a de buscar uma nova identidade institucional e novas condições econômicas, políticas e sociais que a explicam, deixando perceber o caráter dialético desse processo, como ressalta Mainwaring (1989).

É nesse contexto de repressão, abertura da igreja através das CEBs, desigualdade social e a luta pelos direitos humanos que o IAJES se insere, por meio de seus movimentos populares e suas lideranças, lutando contra a desigualdade social e pelos direitos humanos.

Segundo Gustavo Gutiérrez (1984), a igreja na América Latina estava em crise - a igreja propriamente dita - primeiramente porque muitos cristãos viviam desgarrados e separados dela e, com isso, estavam no desajuste em relação ao mundo latino-americano. Em segundo lugar, por parte de todos aqueles que, alheios à igreja no continente, a viam como um freio na construção de uma sociedade igualitária. Nesse sentido, a igreja também começou a ser questionada por aqueles ligados ao *status quo*, que olhavam com inquietude os esforços de alguns setores dinâmicos da igreja.

Entretanto, a crise vivida pela igreja e CEBs deixavam reflexões de que era preciso reajustar a teologia, definindo com precisão o que realmente é “desenvolvimento” e “declínio” em matéria de igreja. Durante o Concílio Vaticano II, período ainda dominado pela figura de João XXIII, Paulo VI declarava à segunda sessão conciliar que era “desejo, necessidade e dever da Igreja dar-se finalmente uma definição de si mesma” (GUTIÉRREZ, 1984).

Segundo Leonardo Boff (2005), quando o secular católico emergia como valor teológico, o Vaticano II elaborou a teologia para as práticas da igreja, por um lado legitimando-as e, por outro, criticando-as. A igreja é apresentada como salvação universal. Essa concepção é de caráter teológico ao compromisso dos cristãos em luta pela construção de um mundo mais justo e fraterno.

O autor destaca ainda que a maioria dos países da América Latina assimilou o Concílio Vaticano II e fez a virada em termos de mentalidade teológica (teoria) e de presença no mundo (prática). Desse modo, a igreja se libertou de certa carga tradicional que repelia os homens modernos. Acreditamos que esses dogmas ainda existam.

Nessa perspectiva, Leonardo Boff (2005), aponta cinco pontos centrais para entender as CEBs: a primeira, é que o surgimento das comunidades de base representam uma saída para a crise, uma crise institucional da igreja, sendo que o leigo assume a tarefa importante de levar avante o Evangelho e manter viva a fé. O importante é que são geralmente os pobres, os oprimidos e crentes que participam e constituem a base da sociedade (classes populares) e da igreja (leigos). Esses sujeitos transitam entre as CEBs e a evangelização acontece através da conscientização política, econômica e social. Se reúnem para ouvir a palavra de Deus e expor em comum seus problemas, buscando resolvê-los sob o ensinamento do evangelho. Pronunciam os comentários bíblicos, inventam suas orações e decidem comunitariamente, sob a coordenação de alguém ou algum grupo, as tarefas que têm que executar. Assim, depois de séculos de silêncio, o

“Povo de Deus” toma a palavra, deixando de ser só freguês de sua paróquia. Isso ocorre em Andradina, a partir da década de 1970, com apoio do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor. É a realização do ministério da igreja nas bases, na concretização de homens, mulheres, jovens e crianças pobres. Para Boff, a comunidade eclesial de base concretiza a verdadeira “Igreja de Jesus Cristo”.

Em segundo lugar, o evangelho é a “carteira de identidade” das comunidades eclesiais de base, onde é ouvido e partilhado. E é à sua luz que os participantes refletem seus problemas hodiernos da vida, pois o evangelho suscita questões do cotidiano do indivíduo. No início, a palavra aborda interesses dos problemas de grupo, como, por exemplo, desemprego ou saúde. Ao passar do tempo, no processo histórico, o grupo se abre para a problemática social. Com os problemas de água, energia, esgoto, postos médicos, educação, governo dentre outros problemas sociais.

Em um processo mais avançado, o grupo se posiciona politicamente ante o sistema social. Questiona-se então o modo vigente de organização social e a ação no âmbito de consciência, da participação dos instrumentos de luta do povo, ou seja, em sindicatos, movimentos populares variados, partidos políticos etc. Isto sugere que podemos pensar em processo gradativo da consciência nas CEBs em seu trajeto. Para a base, a fé constitui a porta de entrada para o mundo.

E Boff (2005) destaca que a fé não mudou, mas no confronto com os fatos da vida, a fé se revigora, em luta pela libertação, já que todos podem falar. Coexistem ainda, cursos de capacitação desses sujeitos para suas tarefas cotidianas. Esses fatores evidenciados acima se assemelham com as ações do Instituto administrativo Jesus Bom Pastor na cidade de Andradina e Três Lagoas, tanto no processo de conscientização político-social, quanto nos cursos de capacitação oferecidos aos grupos que faziam parte do IAJES e de suas experiências.

Em terceiro lugar, as CEBs, é uma maneira nova de ser igreja e de concretizar o mistério da salvação vivido comunitariamente. A igreja passa a ser “acontecimento”, ela emerge, nasce e se reinventa sempre que os homens se reúnem. Por isso, existem os coordenadores, muitas vezes mulheres, que são responsáveis pela ordem, pela presidência das celebrações e pelo aspecto sacramental da comunidade, onde os leigos redescobrem sua importância. Há comunidades que fundam outras comunidades e as acompanhem em seu crescimento. Existem ainda aqueles que se sensibilizava com os enfermos, que fazem visitas e dão o consolo. Outros alfabetizam, conscientizam sobre

os direitos humanos e leis trabalhistas; preparam as crianças para os sacramentos; cuidam dos problemas familiares, dentre outras práticas. Portanto, nessa perspectiva, a igreja, mais que organização, é uma instituição que se recria e se renova a partir de sua base. Tais fatores se aproximam das lutas dos militantes católicos do IAJES, principalmente na questão das visitadoras aos doentes, já que o IAJES implantou na cidade de Andradina um postinho de saúde em cada bairro, tendo sempre a preocupação com a saúde da população menos favorecida economicamente.

Em quarto lugar, conforme Boff (2005) são comunidades abertas ao mundo e a sociedade, já que o evangelho as orienta para a atuação social. Leva-se para dentro das CEBs, toda problemática que angustia o povo, como, por exemplo, o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, dentre a carência de outros serviços básicos. Para as comunidades, exibe seu caráter desmistificador, já que exploração é exploração, tortura é tortura e ditadura é ditadura. Assim, as comunidades se apoiaram nos instrumentos de análise, que outrora era dos acadêmicos e dos militares.

As CEBs, naquele contexto, eram comunidades atuantes socialmente e em determinados lugares a única fonte de liberdade de expressão e mobilização social. Às vezes davam origem a movimentos populares autônomos, como o Movimento contra a Carestia. E quando já existem movimentos populares atuantes, procuravam se articular, com intuito de fortalecer o movimento popular, e/ ou sindicatos ou partidos políticos. Por isso que as comunidades eram muitas vezes criticadas e reprimidas-perseguidas, pois contavam com santos e mártires, mas isso não diminuiu sua atuação, muito menos a repressão. Pelo contrário, com a repressão, as CEBs se fortalecem, principalmente em sua conscientização política e social. Houve intolerância aos membros do IAJES. Porém, até o momento da pesquisa, não encontramos nenhum documento referente à tortura ou violência desmedida aos contestadores do regime militar na cidade de Andradina e Três Lagoas.

Em quinto lugar, conforme sugere Leonardo Boff (2005), nas comunidades existe uma valorização da religiosidade popular: às devoções aos santos do povo; as procissões; as romarias; dentre outras festas típicas. Isso não era visto como decadência do catolicismo oficial, e sim como a forma com que o povo assimila a mensagem de Deus. Já que, segundo o autor, o povo não se rege somente pela ótica do conceito e da razão analítica, mas principalmente pela lógica do inconsciente e do simbólico, pela expressão da fé. Tudo isso levou a igreja a repensar sua tradicional prática pastoral em

relação às manifestações religiosas do povo. Nas orações comunitárias, lembrava-se de todos os problemas, como as opressões e as dificuldades encontradas na luta, mas também as conquistas, ou resultados alcançados e os projetos que estavam em processo. Havia ainda muita luta, quando da conquista, por exemplo, de um centro de saúde para um determinado bairro ou comunidade, ou uma escola. Nesse momento a comunidade celebra de modo festivo suas conquistas em reuniões, mas também criando ritos, organizando grandes celebrações e utilizando a bíblia como ferramenta de luta. É aí que a fé ganhava expressão, pois expressa um povo em marcha para sua libertação.

A Teologia da Libertação visa uma abertura da Igreja Católica e a aproximação das culturas locais como a CEBs. Essas comunidades de Andradina-SP, em sua caminhada, tinham o apoio e participação do IAJES. Os agentes estavam conciliados e se desdobravam nos interesses da Igreja Brasileira (CNBB) e da Igreja Diocesana de Lins-SP, culminando no empenho das atividades desses sujeitos (OLIVEIRA, 2006).

Vem sendo por meio do que chamamos de “história vista de baixo” que pusemos as situações dessas pessoas espoliadas e oprimidas, não com o discurso dos vencedores e dos vencidos, mas entendendo-as como sujeitos históricos que outrora lutaram por seus direitos políticos, econômicos e sociais, por vezes esquecidos pelos governantes e pela historiografia brasileira, como demonstra Sharpe:

Por conseguinte, nosso ponto final deve ser, que por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio ao estabelecimento da identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história (1992, p. 62).

Ao se tratar do IAJES, observo que os movimentos populares tiveram um importante papel na luta pela libertação e em prol de uma igreja da base e de influências originadas da teologia da libertação. E este papel foi melhor desempenhado à medida em que os movimentos se articulavam mais concretamente entre si e com outras formas de organização popular.

As raízes das precárias condições de infraestrutura dos moradores da periferia da cidade de Andradina e de Três Lagoas estão lançadas em toda estrutura do Estado, que está voltado para a defesa dos interesses das classes dominantes, particularmente num Estado centralizado e autoritário como o brasileiro, através de seu aparelho repressivo.

Maria Izabel Prates Oliveri nos informou que além do trabalho de Giancarlo Oliveri, e dos outros idealizadores da entidade, houve uma expansão da articulação

devido o IAJES realizar semanalmente reuniões, promover encontros eclesiais e seminários para uma melhor percepção política dos participantes. E isto dependeu de cada realidade e dos problemas que ocorriam, pois era priorizada a organização dos moradores na luta por melhor qualidade de vida face um Estado autoritário e as formas tradicionais de organização. Dessa forma, os membros do IAJES, eram pessoas que lutavam pelos seus ideais, por meio da educação popular libertadora em suas diversas formas de luta, acarretando sofrimento e alegrias em meio a ambiguidades e subjetividades e pelos enfrentamentos com o poder público (OLIVEIRA, 2006).

Sabemos que a escolha de determinada fonte ou temática a serem relacionadas fogem da neutralidade e é dessa forma, metodologicamente própria, que a ciência humana poderá ajudar o homem a se redescobrir criando uma consciência de si como interventor do meio histórico-social em um constante diálogo interdisciplinar, suprimindo com isso a alienação do homem moderno (JAPIASSU, 2006).

Tais ações podem ser entendidas como a manifestação contra o descaso dos governantes com a população, em que os direitos humanos, assistência básica e respeito aos cidadãos não existia, como não existe até os dias atuais. O que o IAJES fez com a população dos bairros onde atuou foi organizá-los em associações de moradores e em grupos. É possível dizer que este Instituto coordenava o povo no trabalho social por meio apostólico, integrando os postinhos de saúde com as comunidades eclesiais de base, tentando relacionar o social com o religioso, auxiliando as comunidades eclesiais de base, pelas reuniões e serviços bíblicos, em que, segundo Belkiss Maria Maciel Kudlavicz²⁵:

Com essa mentalidade era a vez da libertação em Andradina, e foi lá que começou a expandir esse pensamento para toda região. Focando essa questão das comunidades, da Igreja da libertação, da Igreja dos pobres e oprimidos, foi num período que começou a ter toda uma mudança dentro da Igreja no Brasil e na América Latina. Então foi aí que o IAJES veio agregando e fazendo esse trabalho social (KUDLAVICZ Apud BRENTAN, 2010, p. 46).

Com essa mentalidade de libertação em Andradina e sua expansão, como destacou Belkiss Kudlavicz, observamos com o estudo que, internamente no IAJES os padres haviam se casado e continuaram com o trabalho ministerial, apresentando também a experiência da libertação. Segundo Pierre Bourdieu (1989), se há uma relação oposta entre poder religioso e poder político, ao mesmo tempo essa relação se justapõe.

²⁵ Entrevista formal realizada no dia 01/12/2008 às 08h00min da manhã, na residência da colaboradora Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, na cidade de Três Lagoas-MS (BRENTAN, 2010).

E no contexto de uma Igreja libertadora, embasada na Teologia da Libertação, é possível entender as disputas no interior do campo religioso com as estruturas dominantes dentro e fora da igreja, como evidenciamos ter se dado em relação ao casamento dos padres na cidade de Andradina e de Três Lagoas.

Em entrevista com Maria Izabel Prates Oliveri²⁶, ela relatou que em 1975 veio trabalhar no IAJES, após se formar em Serviço Social na cidade de Lins. Conta-nos que teve grande influência do historiador padre José Oscar Beozzo por este ser da diocese da mesma cidade e estar ligado ao grupo de jovens. Em constante diálogo com Beozzo, Bel do PT ressalta que, em uma dessas conversas, abordaram quais seriam as possibilidades de um padre “casado” continuar no trabalho eclesial na igreja. Observamos alguns pontos de atrito entre campo político e o campo religioso.

Bel do PT contou que o bispo de Lins, dom Pedro Paulo Koop, apoiava o casamento dos padres por meio do voto das comunidades. Dessa forma, Bel do PT e Giancarlo Oliveri decidiram, com o apoio de Beozzo e Koop, fazer uma assembleia em que todas as comunidades decidiriam, por meio de votos, se os padres que faziam parte do IAJES e da Diocese de Andradina poderiam se casar e continuar fazendo o trabalho eclesial-pastoral. Esta fala é bastante reveladora, pois, em assembleia, todas as comunidades de base do município decidiram que os padres poderiam se casar e continuar na igreja.

Neste mesmo ano de 1975, Bel do PT e Giancarlo Oliveri selaram os laços matrimoniais e se colocaram do outro lado do altar ao se casarem, invertendo o papel sacramental moldado a partir do século X. Observa a entrevistada que, a partir dessa união efetivaram ainda mais a luta pelas pessoas menos favorecidas. Sabemos que além do casamento entre Bel do PT e Giancarlo Oliveri, houve ainda outros casamentos que se colocaram do outro lado do altar como veremos no capítulo que segue.

Sabemos que a polêmica que circunda o casamento de padres na sociedade e no próprio sistema católico são reflexos de múltiplas relações e situações desde o século X. Como se percebe na análise do IAJES esta questão permanece até hoje. Na discussão dos casamentos dos padres, inseridos no IAJES, partimos da premissa de que o debate sobre o casamento dos padres acentuou-se com influência direta do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação. Somando-se a isto o cenário vivido pelo IAJES foi o de

²⁶ Entrevista informal realizada no dia 21/05/2008 às 9:00 horas da manhã, na residência da colaboradora (Maria Isabel Prates Oliveri, na cidade de Três Lagoas-MS).

uma América Latina imersa na ditadura militar, que foi impiedosa com seus questionadores. Dessa forma, consideramos que o IAJES e seus padres casados influenciaram na formação de lideranças políticas e religiosas no passado e na atualidade, fazendo parte de um universo que também compreende o Movimento de Padres Casados do Brasil (MPC).

Considero a partir dos pontos destacados acima, como o fortalecimento das CEBs, a teologia da libertação, o celibato clerical e o contexto militar que se vivia, originou disputas sociais entre dominantes e dominados. Cabe ressaltar, que seria um tanto contraditório lutar contra a ditadura militar e ao mesmo tempo reprimir-se sexualmente. Tais ações sociais, caracteriza-se, portanto, na libertação de esferas da vida – dadas as devidas proporções – a essência do que observo ser o conceito de “progressista” da igreja católica na época, tendo em vista as transformações de fora para dentro da igreja, como de dentro para fora, em objetivar o pobre, o injustiçado e o marginalizado a favor de si e para si em sociedade, contra as estruturas que produzem o poder.

1.6 Contextos históricos do movimento de padres casados

Os Movimentos dos padres casados ocorrem em diversos lugares do mundo, como sendo possível mencionar, com tradução nossa: o MOCEOP (Movimento pelo Celibato Opcional, na Espanha), CCC (Catholics for a Changing Church, Católicos por uma Igreja em Mudança, do Reino Unido), MOMMY (Movement for the Ordination of Married Men, Movimento pela Regulamentação dos Homens Casados, na Inglaterra), (Parish Watch, Tempo paroquial, dos Estados Unidos da América), (Justice For Priests and Deacons, Justiça para os sacerdotes e diáconos, também dos EUA), (We Are Church, A Igreja somos nós, consolidado na Áustria e na Alemanha), e assim por diante. Existe ainda a Federação Internacional de Padres Católicos Casados (FICCC), que reúne 34 países de quatro continentes. Dentro do Movimento dos Padres Casados do Brasil (MPC), está a Associação Rumos²⁷, antes denominada Centro de Padres e Religiosos Egressos. Essa organização publica o jornal *Rumos*, que destaca o Movimento Nacional das Famílias dos Padres Casados no Brasil.

²⁷ <http://www.padrescasados.org>

O movimento, em seu site, destaca o relatório sobre o primeiro encontro, realizado nos dias 28 e 29 de Julho de 1979 em Nova Iguaçu-RJ. Este relatório²⁸ pontua que antes de 1979 já haviam conversado inicialmente com dom Marcelo Carvalheira sobre os padres se afastarem da igreja por causa da proibição de um padre casar e continuar desempenhando os trabalhos eclesiásticos. Para o MPC, neste primeiro encontro, muitos padres se afastam devido à marginalização impetrada pela própria Igreja Católica. E evidenciam que muitos padres não se distanciam do compromisso com o povo, e não se preocupam com a estrutura oficial, mantendo sua atuação religiosa e sua luta junto ao povo. Demonstam que muitos bispos que buscaram superar as leis proibitórias foram marginalizados. A partir dessas problemáticas entorno do celibato clerical, foi realizado o primeiro encontro de padres casados do Brasil, com o objetivo, segundo dados extraídos da fonte, de “confrontar as experiências”, “prestar serviços à Igreja do Brasil” e “Ajudar a Igreja Oficial a dar uns passos a mais”, demonstrando que existe um grupo que provoca de baixo para cima a estrutura do cristianismo, suscita o debate, apesar de poucas chances para diluição do Direito Canônico naqueles fins dos anos de 1970 e na atualidade.

Em relação a outros movimentos pelo mundo, como citado no parágrafo anterior, o relatório aponta ainda que um grupo do Estado de São Paulo estabeleceu um roteiro para o encontro como sugestão de pauta, estabelecendo o compromisso com o povo e o engajamento político, bem como as dificuldades com a igreja-estrutura e em nível profissional para esses padres que romperam com instituição romana, buscavam “[...] ter como base o compromisso com o povo, o engajamento. Encontrar-se em cima de uma prática. Refletir politicamente a nossa situação, pois senão, a gente se perde (RUMOS, 1979, p. 01)”.

O desenvolvimento do primeiro encontro, segundo esse mesmo relatório, sintetiza questões quanto os objetivos que esses padres tinham delineado, são eles:

1. A igreja como está agora, ela é de fato, um instrumento para a luta de classe?
2. O serviço ao povo mais oprimido, ou a opção que estamos fazendo, exige que a gente fique na igreja e a utilize como instrumento, ou saia dela?
3. Como deve e pode ser nosso relacionamento com a igreja estrutura, no nosso sacerdócio, enquanto serviço ao povo mais oprimido?
4. Como conciliar o trabalho profissional e pastoral?
5. Até que ponto a escolha de uma profissão é testemunho de serviço junto do povo?

²⁸ RUMOS, Associação. **Relatório Primeiro encontro padres casados (1979)**. Disponível em: <http://www.padrecasados.org/nossa-historia/primeiro-encontro/>. Data de acesso: 22/04/2016.

6. Como, trabalhando em sindicatos, partidos, pode-se pensar em um novo tipo de igreja?
7. Até que ponto o casamento nos leva a um compromisso com a libertação nossa e do povo? (idem, p. 03-04).

Com os objetivos delineados, nota-se no item 7 da citação que os padres casados, engajados politicamente nos movimentos rurais e urbanos, indagam-se até que ponto o casamento leva a um compromisso com a libertação do povo e a de si próprio, se podem ser ou estão sendo questionadores na sociedade e na igreja em relação ao fato de contraírem matrimônio. Os padres nesse marco de fundação levantam ideias para o debate em decorrência da opção por casar se, ou vir a casar. Pontuando ainda que:

Um padre casado provoca as estruturas da igreja, pois ela não quer mudar suas estruturas, principalmente se este padre desenvolve um trabalho mais consequente junto dos oprimidos; Vem em consequência a marginalização e o desprezo. A igreja que reage assim é aquela que se coloca do lado do opressor; A vida de um padre casado pode provocar uma reação positiva junto do pessoal porque aproxima mais. De um modo geral, o padre casado valoriza mais o trabalho social de promoção junto do povo: a convivência com um padre casado ajuda ainda o povo, acaba aquele tabu. Abre-se um campo novo de participação: grupo de casais, etc. (idem, p. 04).

Percebemos a partir desse documento preocupações em relação à experiência de trabalho em opção pelo povo mais pobre, e principalmente, se o estilo de vida desses padres estava sendo um questionamento da igreja-estrutura ou se estavam rompendo com o tabu social em relação a padres casados e suas famílias. Tais questionamentos do encontro levaram a se indagarem qual seria a função do MPC junto aos padres casados, o laicato e a igreja. Consta ainda no relatório que:

1. Nosso encontro não deve parar por aqui. Devemos continuar nos encontrando para podermos ser um apoio, uma entre-juda e também uma ajuda para os companheiros que saem;
2. Este grupo tem uma especificidade, que é a de ser padres casados que procuram desenvolver uma ação juntos dos oprimidos.
3. Este encontro deve ser uma força para nós nos aprofundarmos em nossa opção e em nossa ação.
4. Um dos nossos grandes objetivos é continuarmos nos reunindo para procurar definir melhor nossa prática política junto do povo. Sentimos que a igreja, de modo geral, caminha com o povo até certo ponto, depois ela não tem mais proposta. Sentimos a necessidade de mais segurança neste ponto.
5. Sentimos uma marginalização quanto aos padres casados, maior ou menor, dependendo da diocese, temos de conquistar espaço. E somos nós os interessados, isto vai depender de nós. Este espaço, este direito de atuação, só vamos conseguir pelo trabalho junto do povo. Daí a importância de um trabalho sério e coerente.
6. Este grupo pode ser ampliado, com convive a outros padres casados ou não, mas dentro de um trabalho junto do povo; convite a bispos mais compromissados com a luta de libertação; outras pessoas que tenham a mesma preocupação e que aceitem a iniciativa deste grupo.
7. É necessário que este grupo continue com encontros em suas bases, com outros casais e outras pessoas, aprofundando e preparando o encontro geral.

8. A provocação deste grupo não deve ser tanto pelas palavras ou por manifestos, mas sim pelo nosso trabalho, que deve ser sério, coerente e em favor dos oprimidos (idem, p. 04).

Dessa forma, as conclusões gerais do relatório se sustentam em manter um encontro nacional e fazer ligação entre grupos, bem como aprofundar a prática política do movimento de padres casados no segundo encontro nacional no ano de 1980 no Rio de Janeiro. A avaliação do encontro, feita pelos participantes, foi positiva tendo em vista as experiências que abriram novas perspectivas em relação à prática e aos riscos que cada um dos participantes estava correndo de serem marginalizados pela igreja e pela sociedade em relação à opção feita sobre contrair matrimônio. Dentre os participantes, estavam alguns grupos de diversas localidades. Havia casais representando os estados de: São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, sendo especificamente, Renê e Lúcia de Andradina:

Renê e Lúcia:

Moram em Andradina, SP, casados há um ano e meio. Trabalham os dois, integralmente, com as comunidades urbanas e rurais. São remunerados para este trabalho. Antes do casamento dos dois, outros dois padres da cidade já haviam se casado e também continuavam o trabalho pastoral.

Renê e Lúcia trabalham atualmente na pastoral rural, particularmente no conflito de terra da Fazenda Primavera com 300 famílias, tentando a organização de posseiros e a classe de lavradores na região toda. Participam da Comissão de Justiça e Paz.

Aceitação: A diocese, no geral, não faz obstáculos, discutiui o problema, assumiu os padres casados. O povo, também. Houve barreiras a partir de outras dioceses, de alguns padres, mas esta barreira é mais pela linha pastoral de cunho libertador assumida por estes padres casados (RUMOS, 1979, p. 02).

Esses dados contidos no relatório do primeiro encontro interessam a essa pesquisa por responder uma de nossas hipóteses de que, os padres do IAJES ao se casarem, em conjunto com seus movimentos sociais que lideravam, expandiram suas experiências em nível nacional, participando e organizando novas formas de ser igreja, contestando como Renê e Lúcia, membros e fundadores do IAJES fizeram, se colocando contra a imposição do celibato clerical pela Igreja Católica, pois continuaram seus trabalhos. Como observamos, o padre Renê Parrens e sua atual esposa na época, juntamente com outros casais que participaram do encontro, fundando em 1979 o Movimento de Padres Casados do Brasil.

Dessa forma, o site²⁹ apresenta em sua visão a identidade do padre casado conforme a perspectiva dos quatro primeiros encontros em esfera nacional. Percebe-se

²⁹ <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/primeiros-encontros/>

que as pessoas que estiveram nos primeiros encontros da MPC buscavam uma igreja progressista. Assim, os padres que são casados, eram e ainda são engajados em movimentos religiosos, populares e políticos, vivendo suas experiências no mundo da vida e por meio dele se constituindo enquanto sujeitos.

Assim, o histórico da organização nacional do MPC antes de 1977, segundo o site, se auto caracteriza como grupos locais e desarticulados em que os padres casados se reuniam em diversas localidades do país e com objetivos variados. Ou seja, não havia ação prática para estruturar uma organização em nível nacional que possibilitasse identificar e posicionar o movimento de padres casados no Brasil.

Consta ainda que em 1977, dom Marcelo Carvalheira e alguns padres evidenciaram que diversos padres estavam se afastando das atividades eclesiais devido a marginalização da Igreja Oficial. Nutriam, porém, vivos seus compromissos e sua adesão à luta junto à população mais pobre e mudando seu *modus vivendi*, isto é, se desvinculavam da estrutura da Igreja Oficial e se reinventavam, apontando ainda que essa “[...] condição facilita a aproximação com o povo dentro da própria Igreja” (RUMOS, 1998, p. 01). Entre os participantes deste grupo, Ricardo Parisi e sua esposa Leonor, de São Paulo, iniciaram alguns contatos pessoais para reunir padres casados de diversas regiões movidos por valores comuns. Valores esses que mesmo sendo distintos em sua origem, se assemelham a outros movimentos pelo mundo devido o fato de serem padres casados atuantes em um movimento contra a repressão sexual sustentada no universo católico.

Com o apoio do padre Agostinho Preto, coordenador da Ação Católica Operária (ACO), realizou-se o primeiro encontro nacional de padres casados do Brasil no dia 28 e 29 de julho de 1979 em Nova Iguaçu-RJ, que enfatizou como vimos a pouco no engajamento político as:

[...] dificuldades encontradas pelos padres casados e frente à estrutura eclesial e a vida profissional, identificou a atuação do padre casado como provocadora da sociedade e da igreja [...] ao descobrir que se desfaz o tabu do distanciamento do padre em relação ao cotidiano de sua vida concreta (idem, p. 02).

Em 1980, ocorreu o segundo encontro do MPC, novamente em Nova Iguaçu-RJ. O site aponta não haver relatório deste encontro. Baseado no Boletim do MPC de novembro de 1981, destaca-se o engajamento cristão do padre casado, de sua esposa e sua marginalização pela igreja, inclusive em relação a este comprometimento debatia o

sentido do sacerdócio naquela época e por uma “Igreja da Libertação”. Deliberaram ainda que o terceiro encontro, no ano de 1981, se realizaria em São Paulo.

O III Encontro Nacional do MPC foi realizado sob a coordenação de Ricardo Parisi e Leonor, Felisbino Chaves e Léia, e Francisco de Assis Resende e Rosa Maria Dôgo de Resende. Reuniram-se padres casados, suas esposas e filhos, oriundos de diferentes Estados, como Acre, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Amapá. A reunião aconteceu no Instituto Paulo VI, oferecido pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na época, contando, inclusive, com sua participação. Além de Arns, participaram 65 pessoas refletindo sobre a situação do padre casado e de sua família. Segundo o site do MPC este encontro definiu o Tríplice Objetivo do MPC, são eles:

1. Acolhimento e mútuo apoio entre os Padres casado;
2. Diálogo com a hierarquia e pressão a favor de uma Igreja mais aberta;
3. Atuação nas comunidades cristãs e engajamento nas lutas do povo por justiça, liberdade e construção de uma sociedade mais humana (cf. Boletim do MPC, n° 1, 1981, p. 01).

Podemos observar que foi evidenciada a preocupação em ter uma organização, ressaltou a prioridade ao engajamento das atividades junto à população menos favorecida economicamente, pois destaca que o MPC não pode preocupar-se com a aprovação ou reprovação da hierarquia da Igreja Católica. Entretanto, procura dialogar com o clero em contexto, como uma força positiva para encontrar seu lugar na igreja, no exercício dos ministérios ou na organização de comunidades populares.

Dessa forma, o MPC admite um pluralismo de opções de engajamento dentro da igreja, sendo esta uma retaguarda na luta pela libertação. Nesse sentido, consideramos que o Terceiro Encontro propôs uma organização do MPC composta por uma comissão coordenadora nacional e comissões regionais. Algo que permanece na atualidade em suas diretrizes.

Em relação à caracterização dos componentes do grupo, constata-se uma pluralidade de opções pessoais em relação à igreja. Em comum existe o compromisso com a construção de um modelo de “Igreja-Povo de Deus”, que elege o MPC, responsável pela organização e atuação nacional e internacional. Para o movimento a necessidade de reestruturação da Igreja Oficial, pois vislumbram uma igreja ministerial, que se contrapõe a uma igreja de forte dominação clerical.

Em 1982, o IV ENCONTRO de padres casados no Brasil, em São Paulo, teve a coordenação dos casais: Ricardo Parisi e Leonor, Felisbino Chaves e Léia, Francisco de

Assis Resende e Rosa Maria Dôgo de Resende e Abel Abate e Neide Fátima Martins Abate. Neste encontro, consta no site, contou com representantes de sete Estados brasileiros e treze cidades. Entre os participantes destaca-se dom Paulo Evaristo Arns, e o historiador Riolando Azzi. O historiador colocou em debate os modelos da igreja e das teologias que vigoram no Brasil até aquele momento. As teologias se elaboram conforme o autor, a partir de modelos, que apresentam a explicitação da consciência histórica da igreja. Além da teologia foram abordados aspectos do direito canônico e dos vários ministérios nos diversos modelos históricos da Igreja, são eles: a) no modelo de Igreja-Cristandade (1500-1759); b) no modelo da Igreja Nacional (1759-1840); c) no modelo da Reforma Católica (1840-1920); d) no modelo da Restauração Católica (1920-1962) (RUMOS, 1998).

A respeito dos ministérios, o historiador partiu da época da cristandade com os tipos de ministérios que incluíam a “pregação”, com intuito de converter os infiéis; o “ministério dos soldados” que auxiliavam na conversão e o “ministério dos membros da Inquisição e do Santo Ofício” que investigavam e puniam os infiéis. Posteriormente, evidenciou a igreja do poder espiritual, tendo como característica a eliminação dos ministérios dos leigos e a ampliação do ministério hierárquico. Em seguida, apontou a igreja da época, destacando a inclusão dos ministérios que estariam sendo criados, isto é, todo o serviço na igreja católica e também os serviços em entidades e institutos do tipo Comissão dos Direitos Humanos, Pastoral da Terra, dentre outros (RUMOS, 1982, p. 06-7).

Nas reflexões grupais aparece o conceito de ministério que identifica o padre casado segundo o MPC: “Ministério é abrir caminho para os leigos trabalharem na igreja, daí uma razão para o MPC” (idem, p. 7). Nesse sentido, o “Ministério é assumir nossa condição de esperança e de sinal profético [...] para grande parte dos membros da hierarquia eclesiástica” (idem, p. 8). Esse fator observo ser a vontade de um grupo, que rompem com a igreja e mesmo assim permanece nela, mais não de todos os padres ou leigos na atualidade, pois não veem mais espaço de atuação devido seu afastamento e marginalização.

Cabe ressaltar ainda, que neste encontro houve reflexões sobre o papel da mulher como esposa, como mãe e como sujeito no campo social. Levantaram um histórico da figura feminina na Bíblia, e abordaram o maniqueísmo e suas consequências em relação à mulher, bem como mulheres engajadas em diversos

movimentos sociais contaram suas experiências sociais. Assim, o MPC, manteve os três objetivos e a característica pluralista dos engajamentos nos movimentos sociais e nas comunidades cristãs, pois são nessas experiências que surgem a ajuda mútua entre os padres casados, e no partícipio da vida, observo que não casam com mulheres comuns, casam com mulheres engajadas social, política e religiosamente, isto é, companheiras de matrimônio e de lutas.

Em âmbito organizacional, propuseram a constituição de equipes locais, regionais e nacional, para ampliar o Movimento, realizando outros Encontros Regionais preparatórios para o nacional, como podemos ver no relatório do IV Encontro, 1982, p. 07-08:

2.1 - Nível Local

Cada grupo deve assumir suas propostas: encontros informais por bairros vizinhos, por afinidade entre as pessoas, por aproximação geográfica, por engajamentos afins; Visitas e encontros de pequenos grupos não-fixos; as bases locais forneçam elementos para a estruturação de cada Regional; compromisso de dar continuidade ao Movimento a nível local; o esforço por reencontrar os participantes e localização de outros colegas não-participantes; estudar em pequenos grupos o material dos Encontros Nacionais.

2.2 – Nível Regional

O termo é muito amplo. O que mais se percebe são movimentos locais. Mas levar, sim, levar a preocupação de regionalizar o movimento. A organização regional como preparação para o Nacional. Cada Regional tenha, o quanto antes, o material para estudo e preparação do Encontro Nacional. Onde não existe ainda organização regional, os grupos locais poderão enviar sugestões de temas e de métodos de trabalho; A equipe de coordenação regional inclua elementos dos grupos locais organizados; As equipes regionais mantenham e aprofundem os mesmos objetivos gerais do Movimento.

2.3- Nível Nacional

Manter apenas um mínimo de organização; A estrutura do MPC deve ser mais de animação do que de organização; O MPC é movimento e não associação; O Encontro seja anual e se varie o local de sua realização. Nele se faça a revisão dos três objetivos e o estudo de um só tema a ser preparado durante todo o ano; O Boletim editado pelo MPC em São Paulo se transforme em Boletim Nacional; A equipe nacional seja fixa em São Paulo e seu mandato por um ano; Sejam mantidos na coordenação nacional os casais atualmente responsáveis por ela. Em caso de alguma desistência, outro casal seja convocado a participar; Permaneça a atual equipe de coordenação, a saber: Felisbino Chaves e Lea Rocha Chaves, Ricardo Parisi e Leonor Parisi, Francisco A. Resende e Rosa M. Dôgo Resende, Abel Abati e Neide F. Abati.

Houve como podemos observar na fonte, o encaminhamento do tema do V Encontro, explicitando mais a realidade do movimento, ou seja: o questionamento sobre o celibato e a reintegração no ministério hierárquico. Recomendou-se a tiragem de um Boletim nacional informativo do MPC, caracterizando o grupo como Movimento e não como Associação. Portanto, o que existia até o momento eram movimentos locais, alguns bem limitados ainda, que a partir daí, uniram suas experiências a nível nacional.

Estes objetivos, quando postos em prática, evidenciam a vida dos padres casados e de suas famílias interseccionada a forma e ao movimento em direção e atuação no MPC. Os padres casados são um sinal contestatório frente à Igreja Oficial. Inseridos nos movimentos populares e nas pastorais da igreja, os membros do MPC sinalizam para uma igreja de libertação, formando novas lideranças políticas. Mantêm o compromisso com a religião, sem estarem vinculados à estrutura da Igreja Católica. Dessa forma, o MPC admite um pluralismo de opções de engajamentos de seus membros dentro da igreja, dos movimentos religiosos, sociais, políticos e culturais, porém não deseja um retorno saudosista à situação anterior, mas procura ser uma força a serviço dos padres casados. A partir desses encontros e oriundo a eles a elaboração dos objetivos para o movimento do MPC, elabora-se o estatuto da associação rumos.

1.7 Associação rumos (MPC)

A Associação Rumos (Movimento Nacional das Famílias dos Padres Casados) seria em nossa observação o espaço que concentra a mobilização do Movimento de Padres Casados no Brasil (MPC). Cabe ressaltar ainda, que a Rumos se origina da própria experiência do MPC. Com o passar dos anos e junto a eles, a realização dos encontros que traçaram os objetivos do movimento e a práxis de luta, criou-se estatuto da Associação Rumos, que abarca os movimentos dos padres casados municipais e regionais, e os apoiam no âmbito nacional. Assim, “[...] o MPC difundiu-se, principalmente após 1982, com a criação do jornal Rumos, lançado em Brasília por nosso colega João Basílio Schmitt. E, para se representar legal e juridicamente, o MPC fundou, em 1986, a Associação Rumos” (RUMOS, 1988, p. 01). Este boletim na atualidade é publicado e contém informações dos encontros, objetivos e notícias sobre o movimento, bem como da religião católica em contexto.

Nesse sentido, o estatuto em seu capítulo I “Da denominação, finalidade, duração, sede e foro”, no art. 1º, destaca-se:

A Associação Rumos, fundada em 16 de Agosto de 1986, na cidade de Brasília, Distrito Federal, é uma sociedade civil de direito privado, de duração indeterminada, de âmbito nacional, com finalidades assistenciais, filantrópicas, culturais e educacionais, sem fins lucrativos, com sede e foro na capital da República, registrada no Cartório do 2º Ofício de Títulos e Documentos do Distrito Federal sob o número de ordem 01.096 no Livro A-04 (RUMOS, 1986, p. 01).

Dessa forma, em 1986, promulgam, com finalidades pluralistas à instituição, as diretrizes da organização da Rumos e de certa forma as bases do movimento do MPC e do Jornal, principalmente no suporte jurídico e financeiro do movimento de padres casados no Brasil e suas respectivas famílias, assim como de representação e identidade social. Tendo em vista que muitos padres juntamente com suas esposas e filhos, ao adquirirem matrimônio, passavam por dificuldades financeiras e sociais por pedirem dispensa ministerial perante o Vaticano, isto é, se desligando da Igreja Católica oficial.

Observamos que no capítulo III “Da administração geral”, na seção V, a criação, a organização e a responsabilidade do Jornal Rumos ganha materialidade. O jornal é supervisionado por um Conselho Editorial onde o Coordenador é escolhido por meio de Assembleia Geral, e este, subordinado a Diretoria executiva da Associação. Além de formar o conselho editorial e o grupo de colaboradores, destaca-se no Art. 29 parágrafo III – “Seguir as normas do Estatuto e decisões da Assembléia Geral, a legislação vigente, e os objetivos do Movimento dos Padres Casados e suas Famílias” (RUMOS, 1986, p. 05), bem como o cadastro e plano de arrecadação, auxiliando assim os casais e o movimento como um todo no país.

Nesse sentido, na seção VI “Dos meios Eletrônicos e virtuais” deste mesmo capítulo do estatuto, parágrafo II, afirmam que buscam com o movimento, por meio do Jornal Rumos:

[...] a Página Eletrônica e o e-grupo sejam espaços abertos para a comunicação, troca de ideias e um espaço aberto para o debate de temas e questões relacionadas com a vida, atividades ou serviços que dizem respeito aos Membros do Movimento dos Padres Casados e suas Famílias (RUMOS, 1986, p. 06).

Ocasionalmente assim, uma maior visibilidade e fomentação do movimento e suas lutas contra a marginalização dos padres casados, aliado com os objetivos traçados, consideramos que houve o entendimento por parte dos membros do grupo de se expandirem e agregarem mais pessoas que fizeram a mesma opção de vida.

A partir disso, os padres casados sentiram a necessidade de se criar um órgão de divulgação de seus anseios e de seus trabalhos, com características bem próprias e específicas e, por meio de notícias dos associados, organizaram de início o Boletim, e posteriormente o Jornal. Pretendiam, num primeiro momento, dar informações de como estavam sendo organizados e concretizados os objetivos do MPC para disseminar suas experiências. Este Boletim buscou ser um elo com esses grupos, informando e trocando ideias. E conseguiu, segundo a fonte “[...] dar origem a muitos boletins e jornais: Sinal,

de Fortaleza; *Sal Terrae*, de Natal; Pontapé, de João Pessoa; Caminhando, de Salvador; circulares e relatórios publicados em São Paulo” (RUMOS, 1988, p. 01).

Isso fica evidente no capítulo IV, denominado “Dos Grupos do Movimento dos Padres Casados e suas Famílias e das Associações Locais”, pois destaca no Art. 35º, que:

São considerados Grupos do Movimento dos Padres Casados e suas Famílias, grupos informais, ou associações legalmente constituídas, formados em qualquer parte do país por dois sócios ou mais, na categoria de sócios fundadores, contribuintes ou efetivos e que assumam as finalidades e os objetivos do Movimento e ou da Associação Rumos. Parágrafo único – Cada Grupo ou Associação Local poderá nomear um representante para o Conselho Consultivo da Associação Rumos (RUMOS, 1986, p. 06).

Deste modo, a Associação Rumos e o Movimento dos Padres Casados e suas Famílias tem representantes em eventos nacionais e internacionais, procurando defender os interesses dos padres casados e suas famílias nas organizações de luta frente à Igreja Católica, e ainda ocorrem em diversas localidades do mundo, tendo diversas organizações como destacamos, ampliando o debate e o grupo entorno da problemática do padre casado hoje no Brasil e no mundo. Aos associados, cabe à necessidade de propor temas, usar da palavra e votar em nome do MPC. Por isso, a Associação Rumos é constituída por um número ilimitado de associados, sendo compostos nas seguintes categorias: Sócios Fundadores, os que assinaram a ata de fundação da Associação Rumos; Sócios Contribuintes, os que pagam as contribuições fixadas pela Assembleia Geral; Sócios Efetivos, os que, com idade mínima de 16 anos completos, se identificam com as finalidades de Associação Rumos; Sócios Beneméritos, os que prestaram relevantes serviços ao Movimento dos Padres Casados, ou às suas Famílias, foram propostos pela Diretoria e aprovados pela Assembleia Geral; Sócios Honorários, os que se fizeram credores por sua notoriedade moral, intelectual ou de serviços, foram propostos pela Diretoria e aprovados pela Assembleia Geral (RUMOS, 1986).

Dessa maneira, são direitos dos sócios fundadores, contribuintes e efetivos, votar e ser votado para os cargos, e principalmente apresentando propostas, usar da palavra, votar nas assembleias gerais e avisar aos órgãos competentes da Associação Rumos fatos e assuntos que cercam as mobilizações da Rumos e do Movimento de Padres Casados, como por exemplo, as discussões e mobilizações de discursos acerca do celibato clerical, problemática propulsora do movimento. Sobre os deveres dos

associados, cabe cumprir as disposições estatutárias e regimentais, acatando assim as determinações da Assembleia Geral e da Diretoria.

Assim, a partir da publicação do manifesto do MPC, aprovado no 8º Encontro Nacional de 1988, em Brasília-DF, e ratificado no 13º Encontro Nacional, em Belo Horizonte-MG (2000), manifestando como sendo fruto da história de vida desses padres afastados do clero, o MPC e a RUMOS atraiu, segundo esse manifesto atenções e apoio de muitos padres, bispos e cardeais que colocam o Evangelho acima do legalismo eclesialístico e canônico.

Percebe-se que o MPC torna-se um movimento social consolidado e responsável por uma causa. Consta ainda no manifesto que não reivindicam a volta a um ministério à moda do Antigo Testamento. Optaram segundo o manifesto por um MPC:

[...] não voltado para si mesmo nem preocupado com seu próprio crescimento, mas presente num contexto em que estão em jogo os direitos humanos e a justiça na Igreja e na sociedade. Um MPC com posição definida diante da realidade do país, da América Latina e do mundo, diante do povo sofrido, frente à necessidade de transformação das estruturas injustas. “Nós, famílias de padres casados, somos parte do movimento geral de libertação”, afirmava o casal argentino, o bispo Jerônimo Podestà e sua esposa Clélia Luro, em Salvador, no 7º. Encontro Nacional, em 1986. [...] O MPC que defendemos está, assim, alinhado com os propósitos do Concílio Vaticano II, da teologia da Libertação e das Comunidades de Base. Pela continuidade da missão de serviço à comunidade. Contrários ao clericalismo defendemos um MPC que fortaleça o movimento leigo, por uma nova forma de ser Igreja hoje, fazendo valer o fundamento bíblico do sacerdócio do Povo de Deus, que é a Igreja, na definição do Vaticano II. Concluímos com as palavras de dom Timóteo Amoroso Anastácio, ex abade beneditino, que foi casado, ficou viúvo e ingressou no mosteiro. Ele esteve no 7º. Encontro Nacional de Salvador e assim terminou sua fala: “Meus queridos irmãos, ser padre casado hoje é também um dos dons a ser exercido na Igreja” (RUMOS, 1988, p. 01-2).

Dessa forma, os padres casados tem posição definida perante a realidade da América Latina e no Brasil, frente à busca por transformações das estruturas, que consideram como injustas, as imposições do celibato clerical. Alinhados com os objetivos da Teologia da Libertação e das CEBs, o ser padre casado hoje também é exercício da igreja de acordo com o MPC. É nessa linha que o movimento vem organizando diversos encontros ao passar dos anos, tendo realizado até o momento, 21 encontros, contando com o deste ano de 2017 em Brasília. Este encontro de 2017 contou com cerca de cem participantes, oriundos de estados brasileiros e países da América Latina, ficaram reunidos, entre os dias 18 e 22 de janeiro, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, no Lago Sul, Brasília, no XXI Encontro Nacional das Famílias dos Padres Casados. Com o tema deste ano, Renovação e Esperança, sendo

debatido em palestras, mesas redondas e grupos de trabalho. Tendo como objetivo a propagação do evangelho em comunidades carentes e a sugestão do celibato opcional.

Entretanto, notamos pontos de atrito e fissuras do movimento perante a estrutura da Igreja Católica. Tendo em vista o debate que circunda o celibato clerical ou o padre casado, transborda em diversas esferas. Assim, desde o início do pontificado do Papa Francisco, que ocorreu com a sua eleição no dia 13 de março de 2013, sendo Jorge Mario Bergoglio o 266º Papa da Igreja e atual chefe de Estado do Vaticano, já que Bento XVI abdicou o papado dia 28 de fevereiro de 2013, é o primeiro Papa nascido na América Latina, de formação jesuítica e que coloca novamente em pauta questões referente ao celibato clerical e a situação dos padres casados pelo mundo. Por isso, é necessário postular o entendimento e a visão da Igreja, a partir dos seus documentos oficiais e passagens bíblicas, bem como, num outro momento nos pronunciamentos do Papa Francisco, para entendermos o mosaico da situação religiosa e social deste fenômeno no campo católico.

1.8 Documentos oficiais da igreja e a Bíblia

Para identificar a visão da igreja, a partir dos seus documentos oficiais e passagens bíblicas, se faz necessário não entender a ética religiosa a partir dos discursos presentes nos textos, mas de acordo com Weber (1979), para entender como os grupos dominantes se apropriam dos textos para tornar dominante as suas éticas, fornecendo o campo da situação religiosa e social deste fenômeno na atualidade para análise.

A saber, a partir dos textos bíblicos, a Igreja Católica em sua formação, inicia a sua formulação do celibato aos padres e membros de seu clero, postulando a relação homem e mulher perante o mundo do sagrado ao citar São Paulo:

Penso que seria bom ao homem não tocar mulher alguma. [...] Pois queria que todos fossem como eu; [...] O casado preocupa-se com as coisas do mundo, procurando agradar à sua esposa. A mesma diferença existe com a mulher solteira ou a virgem. Aquela que não é casada cuida das coisas do Senhor, para ser santa no corpo e no espírito; mas a casada cuida das coisas do mundo, procurando agradar ao marido. Digo isto para vosso proveito, não para vos estender um laço, mas para vos ensinar o que melhor convém, o que vos poderá unir ao Senhor sem partilha (1 Coríntios, 7: 33-35).

Nesse texto, portanto, São Paulo se afirmaria como sendo um homem solteiro, e faz ressalvas explícitas dizendo, aos solteiros, que é bom permanecer como ele. Outro texto, destaca que “Não temos nós direito de levar conosco uma esposa crente, como

também os demais apóstolos, e os irmãos do Senhor, e Cefas?” (1 Coríntios, 9: 5). Seria óbvio e ao mesmo tempo contraditório pensar que se São Paulo evidenciou que era solteiro e aconselhou os outros homens a conservar-se como ele, isto é, sem mulher, as palavras ‘esposa crente’ não seriam, segundo a igreja, esposa de São Paulo, tendo em vista que São Paulo como os outros apóstolos tinham assim, o direito de trazer com eles uma mulher que já tinha adquirido matrimônio, para poder ajudá-lo em suas tarefas diárias e não para ter relações maritalmente. Entretanto, São Paulo, ao dizer ser solteiro, se imputasse o direito de ter uma esposa, estaria pontuando que tinha direito de levar com ele uma amante, um absurdo perante a igreja, pois não têm o direito de tal experiência. Nesse sentido, São Paulo afirma: “Que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia. Porque, se alguém não sabe governar a sua própria casa, terá cuidado da igreja de Deus?” (1 Timóteo, 3: 4-5). Estes pontos são elementos de apropriação do grupo conservador da igreja e fora dela para confrontar o movimento de padres casados.

A partir dessas passagens, uma razão para ficar solteiro seria, portanto, para ter tempo e liberdade para servir a Igreja Católica e o seu Deus. Dessa forma, a Bíblia diz:

Tenho, pois, por bom, por causa da instantane necessidade, que é bom para o homem o estar assim; Estás ligado à mulher? não busques separar-te. Estás livre de mulher? não busques mulher; Mas, se te casares, não pecas; e, se a virgem se casar, não peca. Todavia os tais terão tribulações na carne, e eu quereria poupar-vos; Isto, porém, vos digo, irmãos, que o tempo se abrevia; o que resta é que também os que têm mulheres sejam como se não as tivessem; E os que choram, como se não chorassem; e os que folgam, como se não folgassem; e os que compram, como se não possuíssem; E os que usam deste mundo, como se dele não abusassem, porque a aparência deste mundo passa; E bem quisera eu que estivésseis sem cuidado. O solteiro cuida das coisas do senhor, em como há de agradar ao Senhor; Mas o que é casado cuida das coisas do mundo, em como há de agradar à mulher; Há diferença entre a mulher casada e a virgem. A solteira cuida das coisas do Senhor para ser santa, tanto no corpo como no espírito; porém, a casada cuida das coisas do mundo, em como há de agradar ao marido; E digo isto para proveito vosso; não para vos enlaçar, mas para o que é decente e conveniente, para vos unirdes ao Senhor sem distração alguma; Mas, se alguém julga que trata indignamente a sua virgem, se tiver passado a flor da idade, e se for necessário, que faça o tal o que quiser; não peca; casem-se. (1 Coríntios, 7: 26-36).

Observo que estas foram as condições para ser escolhido para o episcopado clerical, ser casado não parecia ser obstáculo para tal desempenho da função. Tendo em vista que “[...] se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja. Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar;” (1 Timóteo, 3,1-2). A igreja, porém, faz uma leitura

distinta, defendendo que o princípio do Cristianismo, a partir dos textos de Timóteo, os pagãos se convertiam, e os homens mais velhos e casados e/ ou viúvos, eram escolhidos bispos por estes motivos. São Paulo, portanto, recomenda que se escolham os Bispos casados, desde que tivessem casado apenas uma vez. Parece que, no início os Bispos foram escolhidos dessa maneira, em que as palavras de Cristo sobre a moral e o valor empregado na ação dos que deixavam suas esposas por amor em seu nome, bem como São Paulo o fez, possa ter levado o cristianismo a estabelecer a lei do celibato clerical aos seus padres. Tendo em vista que o celibato e o casamento seriam, portanto, dons divinos.

Dessa forma, inicia a disputa entre os grupos de igreja, se o dom do celibato seria a capacidade entregue por Deus aos homens para viver sem a necessidade de uma vida conjugal, por conseguinte, mostra que o indivíduo não é capaz de resistir à necessidade da carne, isto é, o relacionamento sexual seria o sinal explícito de que o indivíduo não tem este dom, pois “Mas, se não podem conter-se, casem-se...” (1 Coríntios, 7: 9). Assim, a ideia de dom é dado a alguns cristãos e não a outros, tendo em vista que São Paulo queria que todos fossem como ele, “[...] mas cada um tem de Deus o seu próprio dom, um de uma maneira e outro de outra” (1 Coríntios, 7: 7), reafirmando, portanto, que o objetivo de ter tal dom, seria para o homem ficar livre para sua dedicação a Deus e a Igreja, sem, por exemplo, preocupações alheias a família, ou aos filhos. É por isso que na bíblia, São Paulo destaca que o solteiro cuidaria das coisas do senhor e o casado cuidaria das coisas do mundo.

Nesse sentido, os dons entregues por Deus para os cristãos seriam concebidos para o desenvolvimento do serviço da Igreja Oficial, pela vontade e soberania de Deus sobre os homens, e não pela autodeterminação do indivíduo, isto é, “[...] cada um ande como Deus lhe repartiu, cada um como o Senhor o chamou. É o que ordeno em todas as igrejas” (1 Coríntios, 7: 17). “Mas agora Deus colocou os membros no corpo, cada um deles como quis [...]” (1 Coríntios, 12: 18). A partir disso, seria um dom útil os trabalhos missionários em localidades perigosas e, portanto, não seria viável um membro do clero colocar sua família sobre riscos sociais segundo a igreja.

Todavia, o inculcar do celibato ao clero da Igreja, de acordo com o praticado pelo catolicismo da cúria romana, é postulado pela bíblia como sendo uma doutrina de base demoníaca, tendo em vista que o “[...] Espírito expressamente diz que nos últimos tempos apostatarão alguns da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores, e a doutrinas

de demônios; Pela hipocrisia de homens que falam mentiras, tendo cauterizada a sua própria consciência; Proibindo o casamento [...]” (1 Timóteo, 4: 1-3). Portanto, se caracterizaria, segundo a leitura da igreja, como uma doutrina de demônios, pois acreditam ser uma prerrogativa de determinismo, de forma autônoma, o que somente o Deus criador tem o direito legítimo de conceder e ou conceber ao outro.

Dessa forma, a própria manifestação deste dom a partir do que chamam de Sagrada Escritura, destaca que “Todo o que deixar por amor de meu nome a casa, ou os irmãos, ou as irmãs, ou o pai, ou a mãe, ou a mulher, ou os filhos, ou as fazendas, receberá cento por um e possuirá a vida eterna” (Mateus, 19: 29). É evidente que nesta passagem verifica-se a imposição para alguns homens deixarem suas esposas para servir a Deus, e assim o fazem os sacerdotes católicos do passado e atualmente, o que comprovaria para os apoiadores, portanto, o valor e a legitimidade do celibato sacerdotal.

Uma passagem bíblica que também representa o coadunar da esfera do casamento, perpassa ao apóstolo São Pedro, pois este tinha sogra. Pressupõe-se que São Pedro teve ou ainda tinha esposa, como se pode ver na passagem: “E Jesus, entrando em casa de Pedro, viu a sogra deste acamada, e com febre. E tocou-lhe na mão, e a febre a deixou; e levantou-se, e serviu-os” (Mateus, 8: 14-15). Dessa forma, é fato que São Pedro foi casado. Entretanto, segundo a igreja, quando Jesus curou a enfermidade da sogra de São Pedro, e a sogra ao ser curada pelas mãos divinas “[...] a febre a deixou; e levantou-se, e serviu-os” (Mateus, 8: 14-15), evidenciando e defendendo que se São Pedro tivesse mulher, seria esta que iria os servir e não a sogra de Pedro os serviriam. Assim, segundo a igreja, São Pedro era viúvo quando conheceu Cristo, por isso sua mulher não é mencionada em outras passagens bíblicas.

É a partir dessas passagens que a Igreja Católica e a ala conservadora defende o matrimônio e o casamento como estabelecidos por Deus para aqueles que não cumprem o sacerdócio, condenou e proibiu o casamento entre os membros do seu clero, impondo o celibato aos sacerdotes, condena o casamento. Assim, a igreja considera, a partir de São Paulo, que casamento na esfera da vida é bom para os indivíduos. Não casar por amor ao seu Deus é mais louvável ainda, instituindo assim a lei do celibato para os que desejavam servir e serem sacerdotes de Cristo, tendo em vista acreditar que Jesus viveu virgem, e, portanto, os seus sacerdotes deveriam imitá-lo. “Se essa é a condição do homem relativamente à mulher, não convém casar” (Mateus, 19: 10).

Outro ponto a ser destacado com base nos documentos da igreja que entram no campo de disputa entre conservadores e progressistas, em relação a seus interesses diante do celibato sacerdotal é a Carta Encíclica “*Sacerdotalis Caelibatus*” elaborada pelo Papa Paulo VI para todos os bispos e o mundo católico em geral publicada no dia 24 de junho do ano 1967. O texto de 26 páginas pontua 99 itens que circunda o debate. O documento de início traz uma introdução sobre o “celibato consagrado nos dias de hoje” e destaca que o conserva com “brilhante pedra preciosa”, com todo o valor mesmo com as transformações na mentalidade do indivíduo, bem como nas estruturas sociais e na instituição católica. Evidencia que naquele contexto que a carta é escrita, há um grande fomento para que a igreja volte a examinar a lei celibatária.

Talvez aqui cabe um breve reflexão, quando destaco a ala conservadora da igreja penso nos católicos tradicionais e nos católicos tradicionalistas. Os tradicionalistas como a Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX), se opõem ao Vaticano II em particular sobre a liberdade religiosa, o ecumenismo e a reforma romana de missa dentre outros fatores como o celibato. Existe ainda entre os conservadores, por exemplo, os grupos dos tradicionais, como a Fraternidade Sacerdotal São Pedro (FSSP), que seguem as reformas litúrgicas realizados no Concílio Vaticano II, porém preferem as práticas anteriores ao concílio, isto é, tridentinas. De outro lado, os progressistas na época, entendo como destacado anteriormente, como os grupos da teologia da libertação, que propuseram alternativas e mudanças na forma de ser e pensar da igreja, como por exemplo, o olhar ao pobre, aos tabus em relação a sexualidade do padre, os engajamentos políticos e sociais contra o Estado e o Exército, isto é, na transformação comunitária e individual, se colando a esquerda deste movimento, seria a esquerda religiosa.

No item dois da introdução da encíclica, intitulada “Uma promessa”, definiu que o celibato eclesiástico “[...] agita a consciência e provoca perplexidades nalguns sacerdotes e jovens aspirantes ao sacerdócio, e atemoriza muitos fiéis, obriga-nos a não dilatar o cumprimento da promessa, [...] imprimir novo lustre e novo vigor ao celibato sacerdotal nas circunstâncias atuais” (VATICANO, 1967, p. 01). Como se pode observar, houve um propósito de revisão a lei celibatária, tendo em vista o inquietamento da consciência dos sacerdotes no período Vaticano II, porém, não há o dilatamento em cumprir a lei, isto é, houve a permanência da lei celibatária. Como dito

no documento, com um novo vigor para tal condição ao sacerdócio. Dessa forma, apontam como “amplitude e gravidade da questão”, que:

A importante questão do celibato do Clero, na Igreja, foi-se apresentando demoradamente ao nosso espírito em toda a sua amplitude e gravidade. Deve ainda hoje subsistir essa severa e transcendente obrigação para aqueles que desejam receber as sacras ordens maiores? Será hoje possível e conveniente a observância de tal obrigação? Não terá chegado o momento de quebrar o vínculo que, na Igreja, une celibato e sacerdócio? Não poderia tornar-se facultativa esta difícil observância? Não ficaria assim favorecido o ministério sacerdotal e facilitada a aproximação ecumênica? Se a áurea lei do celibato consagrado deve ainda manter-se, quais são os motivos que provam que ela é santa e conveniente? Quais são os meios que tornam possível essa observância, e como se pode ela transformar de peso em auxílio, para a vida sacerdotal? (VATICANO, 1967, p. 02).

Como se pode observar, a questão do celibato apresenta-se como algo grave para a igreja. Tanto no cumprimento quanto a cisão da ordem, indagando se tal obrigação se aplica no contexto social que se tinha no momento e talvez indague ainda a partir dos grupos de disputa sobre o tema, perante o momento em que a igreja se encontra agora, se seria possível quebrar o vínculo entre celibato e sacerdócio, ou se poderia ser facultativo e opcional, ou seja, se o celibato consagrado deve ainda manter-se, e os motivos para essa permanência institucional se encontram de certa forma na apropriação destes textos, acarretando na relação de dominantes e dominados, em um incessante jogo de disputas desde o contexto Vaticano II até a contemporaneidade.

Nesse sentido, o quarto item da introdução da Carta Encíclica, “Realidade e problemas”, buscou fixar e apresentar para o mundo católico as objeções que continuam a ser expressas contra a manutenção do celibato e busca ainda “[...] considerar lealmente a realidade e os problemas que essa implica mas, como é nosso dever e nosso encargo, havemos de fazer essa consideração à luz da verdade que é Cristo, propondo-nos cumprir em tudo a vontade daquele que nos entregou a nossa missão [...]” (Idem, p. 02). Dessa forma, a igreja se propõe a debater e coadunar as objeções contra o celibato, porém, já objetiva suas considerações em cumprir a vontade de Deus perante a própria igreja, tendo em vista que sua missão os coloca como servos de Deus, isto é, aponta o celibato como prática dada como missão por Deus.

Em seguida a esses elementos introdutórios, o documento traz à tona as “Objeções contra o celibato sacerdotal”. Entre as principais, destacando a primeira com base no Novo Testamento, não exige segundo a encíclica o celibato aos ministros consagrados, entretanto estabelece como sujeição livre para a escolha, sendo, portanto, uma vocação do indivíduo e /ou um carisma particular como visto anteriormente em

Mateus 19, versículos 11 e 12 que Cristo não impôs essa submissão aos seus doze apóstolos e estes não o fizeram para com as comunidades cristãs: “Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar;” (1 Timóteo, 3: 2). Nesse sentido:

A relação íntima que os Padres da Igreja e os escritores eclesiásticos estabeleceram, com o andar dos séculos, entre a vocação ao sacerdócio ministerial e a virgindade consagrada origina-se em mentalidades e situações históricas bastante diferentes das nossas. Muitas vezes, nos textos patrísticos, recomenda-se ao clero, mais que o celibato, a abstinência do uso do matrimônio; e as razões, aduzidas em favor da castidade perfeita dos ministros sagrados, parecem às vezes inspiradas em pessimismo excessivo quanto à condição do homem na carne, ou ainda, num conceito particular da pureza necessária para o contato com as coisas sagradas. Além disso, os argumentos antigos já não estariam em conformidade com os ambientes sócio-culturais em que a Igreja é chamada a atuar, por meio dos sacerdotes, no mundo de hoje (VATICANO, 1967, p. 02-03).

Como visto a partir da citação da carta, a relação íntima dos padres e dos membros da igreja com o passar dos séculos, apresenta o embate entre a relação da vocação do sacerdócio e a virgindade consagrada. Recomenda-se mais que o celibato, isto é, sujeita a abstinência do matrimônio sendo a favor da castidade aos ministros, para que estes evitem o contágio carnal, conservando assim a “pureza” das coisas sagradas, mesmo sob aspectos sociais distintos dos vividos no passado, conserva hoje tal doutrina. Porém, reconhece as mudanças sociais do mundo e as possibilidades do desvio com o não cumprimento, mas não altera a norma. Postulando ainda como objeção que a vocação do celibato e a escassez do clero são:

Uma dificuldade, que muitos notam, consiste em fazer-se coincidir, na disciplina vigente do celibato, o carisma da vocação sacerdotal com o da perfeita castidade, considerada como estado de vida próprio do ministro de Deus. E por isso perguntam se é justo afastar do sacerdócio aqueles que parecem ter vocação ministerial, sem terem vocação de vida celibatária. Manter o celibato sacerdotal na Igreja muito prejudicaria, além disso, as regiões onde a escassez numérica do clero, reconhecida e lamentada pelo Concílio, provoca situações dramáticas, dificultando a plena realização do plano divino de salvação e pondo às vezes em perigo até mesmo a possibilidade do primeiro anúncio evangélico. De fato, a preocupante rarefação do clero é atribuída por alguns ao peso da obrigação do celibato (idem, p. 02-3).

Aponta ainda, que as sombras sobre o celibato cessariam com o sacerdócio no matrimônio, e que eliminaria as “infidelidades, desordens e defecções dolorosas, que ferem e magoam a Igreja inteira, mas consentiria aos ministros de Cristo mais completo testemunho de vida cristã, mesmo no campo da família, campo que lhes está vedado pelo estado atual em que vivem” (idem, p. 03). Assim, coloca em evidência o debate

sobre a violência que o celibato acomete contra a natureza humana aos membros da igreja, destacando que o sacerdote se encontra em uma:

[...] situação física e psicológica artificial nociva ao equilíbrio e manutenção da sua personalidade humana; acontece, segundo dizem, que muitas vezes o sacerdote se torna insensível, falto de calor humano e de plena comunhão de vida e destino com o resto dos seus irmãos, vendo-se obrigado a uma solidão que é fonte de amargura e aviltamento. Não indicará tudo isto violência injusta e desprezo injustificável dos valores humanos, derivados da obra divina da criação e integrados na obra da redenção realizada por Cristo? (idem, p. 03).

Dessa maneira, as luzes do concílio em tais objeções julgam que a lei do celibato deve acompanhar o ministério eclesiástico, tornando “[...] possível ao ministro a sua escolha, exclusiva, perene e total, do amor único e supremo de Cristo e a sua dedicação ao culto de Deus e ao serviço da Igreja, e deve ser característica do seu estado de vida, tanto na comunidade dos fiéis como na profana” (ibidem, p. 04).

A partir disso, a carta traz a primeira parte das “razões do celibato consagrado”, em resposta as objeções que suscitaram o próprio documento, destacando o significado cristológico do celibato. A princípio, sobre o matrimônio, evidencia que ao ser integrado a igreja, adquire novo significado e valor. Dessa forma, os casais cristãos, no que tange as relações de amor mútuo, caminhariam juntos em direção à pátria celeste. Já que, Cristo, restituiu a dignidade primitiva, como podemos ver:

Na verdade, Jesus, restituiu-lhe a dignidade primitiva (Mt 19, 3-8), honrou-o (cf. Jo 2, 1-11) e elevou-o à dignidade de sacramento e de sinal misterioso da sua união com a Igreja (Ef 5, 32). [...] Assim, os cônjuges cristãos, no exercício do amor mútuo e no cumprimento dos próprios deveres, e tendendo para aquela santidade que lhes é própria, caminham juntos em direção à pátria celeste. (VATICANO, 1967, p. 06).

Dessa forma, a virgindade e sacerdócio em Cristo foram elaborados em virtude de sua encarnação. A encíclica destaca que Cristo manteve-se em vida no estado de virgindade, indicando entrega total ao trabalho de Deus e dos homens. Nesse sentido, na relação entre virgindade e sacerdócio, reflete “[...] essa participação será tanto mais perfeita quanto o ministro sagrado estiver mais livre dos vínculos da carne e do sangue” (idem, p. 06). Colocando, portanto, o celibato no reino dos céus ao escolher os primeiros ministros a salvação,

[...] prometeu superabundante recompensa a todos quantos abandonem casa, família, mulher e filhos pelo reino de Deus (cf. Lc 18, 29-30) [...] e no nome de Cristo (Mt 19, 29), que se encontram motivados os convites de Jesus às difíceis renúncias apostólicas no sentido duma participação mais íntima na sua própria sorte. [...] e torna desejável e digna a escolha da virgindade por parte dos que foram chamados pelo Senhor Jesus, não só a participarem do

seu ministério sacerdotal, mas a compartilharem com Ele o seu mesmo estado de vida (idem, p. 06).

A carta apresenta ainda, o “significado eclesiológico do celibato”, postulando que o sacerdote configura-se com Jesus, por isso o abandono total de si, seria uma conquista no amor eterno com a igreja, se oferecendo de corpo e alma. Assim que a virgindade se manifesta, por meio do amor virginal de Cristo para com a igreja, cria-se uma unidade e harmonia na vida do sacerdote, para o exercício do ministério. Dessa forma, garantiria a eficácia pastoral em virtude do próprio título celibatário, que no campo prático acarretaria na eficiência e aptidão psicológica e afetiva para o exercício ministerial pastoral, bem como maior liberdade e disponibilidade concreta e ativa para com o mundo (VATICANO, 1967).

Outro ponto apresentado na encíclica é o “significado escatológico do celibato”, isto é, que o reino de Deus não é terreno, mais sim representado na terra como mistério e perfeição na vida de Jesus “A Igreja constitui, aqui na terra, o germe e o início deste reino; e, ao passo que vai crescendo lenta, mas seguramente, aspira pelo reino perfeito e ambiciona, com todas as forças, unir-se com o seu Rei na glória” (idem, p. 09). Dessa maneira, o celibato seria um sinal dos bens celestes, tendo em vista que:

O nosso Senhor e Mestre disse que “na ressurreição, nem eles se casam, e nem elas se dão em casamento, mas são todos como anjos no céu” (Mt 22,30). No mundo do homem, tão absorvido nos cuidados terrenos e dominado muitas vezes pelos desejos da carne (cf. 1 Jo 2, 16), o precioso dom divino da continência perfeita, por amor do reino dos céus, constitui exatamente “um sinal particular dos bens celestes”, anuncia a presença na terra dos últimos tempos da salvação (cf. 1 Cor 7, 29-31) (idem, p. 09).

Cabe ressaltar que em nossa observação, a partir dos trechos que citamos do documento, é, portanto, um aparato textual sobre a disputa argumentativa sobre o celibato é colocado como elevação do homem tanto para os conservadores quanto para os progressistas, ou seja, a busca de um domínio para o domínio de si, um domínio do outro, contribuindo em ambas as visões a elevação a favor da igreja, isto é, os grupos teoricamente dominantes, são dominados pela grande instituição, se tornando regras de acesso e conflitos contra e a favor da manutenção do celibato. Assim haveria a maturação das personalidades, através do celibato o desejo natural e legítimo do indivíduo se relacionar intimamente e sexualmente com outra pessoa se coloca em diversas vias de entendimento.

Por fim, o sacerdócio é um ministério instituído e cabe a igreja admitir os que acreditam ser aptos, ou seja, aqueles que foram concedidos o carisma do celibato, bem

como outros elementos eclesiais. Dessa forma, a vocação divina se manifesta em um indivíduo determinado, dotado segundo análise de uma estrutura pessoal que a graça do celibato não costuma violentar. Seria por isso, que o “[...] candidato ao sacerdócio, há de cultivar-se o sentido da receptividade do dom divino, e da disponibilidade nas relações com Deus, dando essencial importância aos meios sobrenaturais” (idem, p. 16). Para isso, se faz necessário controlar o plano da graça e o plano da natureza, sendo necessário para o estado biológico e psicológico do candidato, com intuito de orientação ideal do sacerdócio, ou seja, “A formação bem adequada há, portanto, de coordenar harmonicamente o plano da graça e o da natureza naquele em quem se reconhecem com clareza qualidades reais e verdadeira aptidão” (idem, p. 16).

Assim, para se delinear os sinais da vocação, afastando do juízo superficial, busca-se as qualidades que tais posições são para verificar se o candidato ao sacerdócio é apto ou inapto para tal exercício eclesial. Sendo que os inaptos sejam de forma física, psicológica ou moral, devem ser desestimulados a seguir carreira como sacerdócio, pois isso poderia trazer resultados nocivos para a Igreja Católica. Essa seria a disciplina empregada a essa personalidade exigida pela vida sacerdotal. Como podemos observar na carta encíclica:

Uma vez verificada a idoneidade do candidato e depois de admitido a percorrer o itinerário que o há de levar à meta do sacerdócio, deverá cuidar-se do progressivo desenvolvimento da sua personalidade, com a educação física, intelectual e moral, no que respeita à regulação e ao domínio pessoal dos instintos, dos sentimentos e das paixões. Esta personalidade será comprovada pela firmeza de ânimo com que aceita a disciplina pessoal e comunitária que é a exigida pela vida sacerdotal. Tal disciplina, cuja falta ou insuficiência é de deplorar, pois expõe a graves riscos, não deve ser suportada só como imposição exterior, mas por assim dizer, deve ser interiorizada, inserida no complexo da vida espiritual como seu componente indispensável (VATICANO, 1967, p. 17).

Assim, o progressivo desenvolvimento da personalidade, isto é, a formação seminarística dos padres, segundo Serbin (2001), auxilia o rompimento com o celibato clerical, como ocorreu no contexto Vaticano II e de acordo com o gráfico que apresentamos na introdução na página dez, com o aumento no número de dispensa das obrigações sacerdotais naquele contexto, possibilitando assim o casamento de padres na igreja, não sendo mais excomungado institucionalmente. Atualmente as formações dos seminários formam uma personalidade sacerdotal com menor atuação política, ligada ao conservadorismo religioso. Porém, a ruptura celibatária ainda ocorrem socialmente na

atualidade, mesmo em menor número, evidenciando o campo de disputa dos textos eclesiais entre conservadores e progressistas.

CAPÍTULO II OS PADRES HOJE

2.1 Os padres atualmente

Os padres na atualidade convivem com diversas realidades perante a Igreja Católica e frente à sociedade. Segundo Edlene Silva, na sua tese de doutorado *Entre a Batina e a Aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*, de 2008, produção que consideramos fundamental para esta pesquisa, coloca em evidência a trajetória da abstenção sexual e conseqüentemente do casamento de membros do clero católico desde a Idade Média até a criação do Movimento de Padres casados no Brasil (MPC). Dessa forma, a autora estima que naquele contexto da pesquisa pelo menos quatro mil padres deixaram a função sacra para casar-se e constituir família. Assim, a pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) revela que a dificuldade de se manter com o voto celibatário e de castidade diante do afloramento da própria sexualidade sempre existiu entre sacerdotes, desde a Idade Média até os dias atuais. A autora pontua que o celibato é uma prática insustentável.

Debruçada sobre a temática e suas problemáticas, a pesquisadora investigou a questão da abdicação do celibato entre sacerdotes. Para tanto, a autora analisou a institucionalização do Movimento de Padre Casados no Brasil (MPC), buscando compreender a formação do movimento e as pessoas que vivenciam o conflito de largar a batina para se casar. Observa que a igreja no início da década de 1960, com o Concílio Vaticano Segundo, a pressão social pelo desligamento de padres casados ilegalmente e ainda em atividade levou a instituição a autorizar a concessão de licença para os sacerdotes que desejassem abdicar da atividade como padre para se casar na igreja. Ocorreu uma debandada geral de padres de todo o mundo, aflorando a repressão pela sexualidade do clero (SILVA, 2008).

Dessa forma, a crise sacerdotal com a perda de padres para o casamento levou o papa João Paulo II a endurecer a postura da igreja diante do celibato, classificava os dissidentes como infelizes, imorais, infiéis e doentes relata a autora. A postura rígida continuou após a morte de João Paulo II, em 2005, e permaneceu na figura do papa Bento XVI. Pontuando ainda, que entraves para concessão de licença chega a levar 15 anos para sair. Convém ressaltar que o início do pontificado de Bento XVI (Joseph

Ratzinger) ocorreu em 19 de abril de 2005, tendo o Papa anunciado a sua renúncia em 11 de fevereiro de 2013, e deixou o cargo em 28 de fevereiro de 2013.

Segundo a autora é nesse contexto de crise que o Movimento dos Padres Casados do Brasil se encontra. Tendo em vista que a história dos padres casados revela a necessidade de se debater um tema que ainda é visto como tabu e que, mesmo ao largar a batina para se casar, a grande maioria deles ainda se considera padre, pois o casamento não rompe os vínculos com a igreja e com a fé. Observando ainda que se por um lado não houve modificações e sim reforço em defesa do celibato, por outro houve abandono dos ministérios por parte dos sacerdotes, mas isso não rompe com a totalidade das práticas, pois coexistem padres que rezavam missas clandestinamente, por exemplo (SILVA, 2008).

Portanto, as diversas contradições em relação aos sacerdotes egressos perante a igreja, provindos do debate Vaticano II, foram incorporados no Código de Direito Canônico, concretizando a diferença entre dispensas regulamentares e não regulamentares, enfraquecendo segundo a autora o discurso de autoridade sobre o celibato. Nesse sentido, o novo código, o pedido de dispensa, quando deferido oficialmente, impede que o sacerdote exerça o ministério, consiste na perda do estado clerical, tal elemento não revoga a ordenação sacramental, não deixando de ser padre do ponto de vista teológico, isto é, do direito canônico. Evitando o padre de ser excomungado como permeia o imaginário social. Segundo Edlene Silva,

O *Código* registra que a perda do direito de exercer as funções ministeriais (celebra missa, casamento, batizado etc) não resulta necessariamente em dispensa da obrigação do celibato. O egresso só pode se casar legitimamente se deixar de ser celibatário. A liberação do voto de castidade é concedida exclusivamente pelo Papa (Cân. 291). Mas, em geral, quando o sumo pontífice desobriga o padre do ofício, libera também o religioso do celibato. [...] Já os padres que se afastaram para se casar no civil, sem solicitar dispensa formal são apenas suspensos por *matrimonium attentatum* – tentativa de matrimônio e estão livres da pena de excomunhão. Nesse sentido, a situação dos padres não dispensados, mas casados no civil, é um pouco melhor que a dos dispensados. De acordo com o cânon 1394 “o clérigo que tenta matrimônio, mesmo só civilmente, incorre em suspensão *latae sententiae* (suspensão automática); e advertido, não se arrepende e persiste em dar escândalo, pode ser gradativamente punido com privações e até com a demissão do estado clerical”. Na condição de suspensos, podem administrar todos os sacramentos, desde que solicitado por algum fiel (2008, p. 145-6).

A suspensão é uma punição, diferente da dispensa que seria uma graça, e isso favorecem aqueles que se casam e não comunicam oficialmente a igreja, sendo apenas censurados e em última instância são punidos com a demissão do estado clerical. Para a

autora talvez o que mais incomoda a igreja seria o pedido formal, o desligamento oficial da igreja, solicitando a dispensa dos votos e juramentos da congregação, pois evidencia os desvios e os delitos por parte dos sacerdotes, algo que a igreja busca sempre abafar (SILVA, 2008).

Se por um lado a igreja busca abafar após adquirirem matrimônio, de outro, os sacerdotes parecem afastar-se após o Concílio Vaticano II, as contínuas dissidências dos sacerdotes e sua ligação com a Igreja Oficial se rompem institucionalmente, e não ministerialmente, pois muitos padres continuam atuantes nas comunidades, ou aderem a algum movimento como o movimento de padres casados. E mesmo que tradicionalmente a igreja queira e deseja não ampliar, mas ao menos manter inalterado o quadro de sacerdotes, o afastamento, a ruptura e o desligamento por completo é prejudicial a igreja.

O censo anual realizado em 2010 foi elaborado pelo Centro de Estatística e Investigações Sociais (CERIS)³⁰, entidade brasileira de pesquisa religiosa fundada pela CNBB, revelou como assim denominaram uma “Igreja Viva”, a reportagem é do portal da CNBB, no dia 29/06/2012, apresenta algumas considerações em torno da igreja e seus sacerdotes. De acordo com os dados do CERIS, estes apontam para um aumento do número de paróquias e criação de novas dioceses, mostrando talvez uma igreja em crescimento.

Alguns números da pesquisa sobre as paróquias, a partir dos dados amostrados pelo CERIS, o número de paróquias em 2008 era 10.218, passando para 10.720 em 2010, tendo um acréscimo de 4,91%³¹. Os dados revelam um crescimento no número de paróquias entre os anos até 2010, em diversos Regionais da CNBB, com destaque para os regionais Leste 2 (de 1.263 para 1.722) e Sul 1 (de 1.651 para 2.431), que correspondem ao Estado de Minas Gerais e Espírito Santo (Regional Leste 2) e ao Estado de São Paulo (Regional Sul 1), que são as duas maiores Regionais em número de paróquias, e também de contingente populacional. O centro de estatísticas evidenciou ainda um crescimento considerável em relação às vocações sacerdotais e religiosas, confirmando no Brasil a tendência do aumento do número de sacerdotes diocesanos e

³⁰ Disponível em: <http://www.ceris.org.br/> Data de acesso: 22/06/2015. Site fora do ar.

³¹ Disponível em: <http://www.paulopes.com.br/2011/12/analise-de-censo-da-igrejacatolica.html#.V2myE7srLIX> Data de acesso: 22/06/2016.

religiosos no mundo — segundo divulgou o Setor Estatístico do Vaticano³², ao postular que o número passou de 405 mil para 413 mil.

Em relação aos sacerdotes, no ano de 2000 eram 16.772 padres pelo território nacional. Em 2010 esses números passaram para 22.119 padres. Nesse sentido, observa-se *per se* que a distribuição de padres por habitantes, tendo em vista que em 2000 havia – dadas as devidas proporções – 169 milhões de habitantes, havendo, portanto, para cada sacerdote 10.123,97 habitantes. Uma década se passou, e cerca de 190 milhões de habitantes atingiu a sociedade brasileira, portanto, cada padre concentraria 8.624,97 habitantes. Dessa forma, o clero nas regiões brasileiras concentra-se, segundo a pesquisa do CERIS, na região sudeste, com um total de padres com 45%. A região sul com a população de 25% de padres, a região nordeste 16%, o centro-oeste 9%, e a região norte com somente 3% de padres. Assim, nota-se que a relação entre presbítero por habitante, isto é, a capacidade de atendimento dos membros do clero a população católica do Brasil, também diminuiu segundo as estatísticas, tendo, assim, presença da igreja em todos os municípios brasileiros, confirmando para muitos membros da igreja a atuação e expansão do cristianismo, e contradizendo os teóricos da secularização do mundo.

A CERIS trouxe, entre outros dados, um panorama do quadro atual segundo a igreja, referente ao aumento do número de paróquias, dioceses, bem como o significativo aumento no número de sacerdotes. O Anuário católico vem sendo distribuído pela Promocat³³, e dentre as mudanças contempladas encontra-se, por exemplo: informações de paróquias por regional da CNBB (1940-2010); média de crescimento anual; número de circunscrições eclesiais (1991-2010); número de diáconos (1991-2010); número de presbíteros brasileiros e estrangeiros (1970-2010); indicadores de religiosas, incluindo professoras, noviças e professoras egressas; indicadores de presbítero por habitantes (1970-2010); relação de habitantes por presbítero (1970-2010); percentual da evolução destes indicadores nos anos de 1990 a 2010.

³²Disponível em:

http://br.radiovaticana.va/news/2015/03/25/anu%C3%A1rio_estat%C3%ADstico_revela_crescimento_est%C3%80vel_da_igreja/1131918 Data de acesso: 22/06/2016.

³³ A Promocat é uma empresa de marketing religioso que auxilia desde 2008 o censo católico. Atualmente produz os dados da Igreja no Brasil. Disponível em: <http://promocat.com.br/portfolio/anuario-catolico/> Data de acesso: 22/06/2016.

Nesse sentido, em âmbito global, os dados estão no Anuário Estatístico da Igreja Católica de 2013, publicado no site e pela Rádio Vaticano³⁴, o povo católico no mundo chega a aproximadamente a 1.253 bilhões, crescimento perto da casa de 25 milhões. Dessa forma, cerca de 17,7% da população mundial é católica. A partir disso, o Anuário estima que a América concentre a maior porcentagem de católicos, tendo estes cerca de 63,3%, posteriormente vêm a Europa, com 39,9%. E a Ásia com a menor taxa com 3,2% entre os continentes. Em relação aos bispos, o Anuário aponta cerca de 5.173 mil. Já os diáconos permanentes chega a 43.195 mil. O número de mulheres em ordens religiosas estima queda de 6,1% desde 2008, de uma total atualmente de 693.575 irmãs e freiras, temporária ou permanentemente professoras. O documento destaca ainda que os sacerdotes – diocesanos ou de ordens religiosas – cresceu de 414.313 para 415.348 mil em todo globo, havendo um decréscimo acentuado apenas na Europa³⁵.

Já o Anuário pontífice³⁶ de 2016, publicado dia 05/03/2016, em comparação de 2005 com 2014, os católicos aumentaram na África 41% acusou a estatística, tendo um aumento maior o de sua população, que cresceu cerca de 23,8%. A Ásia, também teve um aumento maior de católicos do que sua população (20 % vs. 9,6%) e o mesmo aconteceu na América (11,7% vs. 9,6%). Na Europa o aumento de católicos foi estimado em 2%, ligeiramente acima do crescimento populacional. Na Oceania, os Católicos cresceram menos do que a população (15,9% vs. 18,2%). Dessa forma, em 2014 o número total de católicos batizados foi estimado em: África 17,0 %; América com 48%, sendo ainda o continente com o maior número de católicos no mundo; A Ásia 10,9 %; A Europa com 22,6% e Oceania 0,8%. Em relação aos bispos, sacerdotes, diáconos, seminaristas e religiosos e religiosas ordenadas em geral, o Anuário estima ainda que:

De 2005 a 2014 los obispos pasaron de 4.841 a 5.237 con un aumento relativo del 8,2% El incremento se ha registrado sobre todo en Asia (+14,3%) y en África (+12,9%) mientras en América (+ 6,9%), Europa (+5,4%) y Oceanía (+4,0%) están ligeramente por debajo de la media mundial. Por cuanto respecta al número de sacerdotes, diocesanos y religiosos, de 2005 a 2014 han aumentado de 9.381 pasando de 406.411 a 415.792. Sin embargo, ese aumento no es homogéneo. En África y Asia el incremento es

³⁴Disponível em

http://br.radiovaticana.va/news/2015/03/25/anu%C3%A1rio_estat%C3%ADstico_revela_crecimiento_est%C3%A1vel_da_igreja/1131918 Data de acesso: 22/06/2016.

³⁵ Convém destacar que existem países que não entram no Anuário Estatístico da Igreja, como é o caso da China e da Coréia do Norte, por exemplo.

³⁶ Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/es/bollettino/pubblico/2016/03/05/estadisticas.html> Data de acesso: 22/06/2016.

respectivamente del +32,6% y del +27.1%, mientras en Europa disminuyen del 8% y en Oceanía del 1.7%. Prosigue la expansión de los diáconos permanentes que han pasado de los 33.000 de 2005 a los 44.566 de 2014. Un aumento del 33,5%. Están presentes sobre todo en América del Norte y en Europa que cuentan con el 97,5% del total, mientras es escasa su presencia (1,7%) en África y Asia. Los religiosos profesos no sacerdotes disminuyen ligeramente. En 2005 eran 54.708, mientras en 2014 la cifra era de 54.559. Disminuyen en América (-5%), en Europa (-14,2 %) y Oceanía (-6,8%). Aumentan en África (+10,2%) y en Asia (+30,1%). Las religiosas profesas eran, en 2014, 682.729, un 10,2 % menos que en 2005. Las religiosas disminuyen en Europa y América y pasan del 70,8% al 63,5% mientras en África y Asia aumentan pasando del 27,8% al 35,3%. Los candidatos al sacerdocio, diocesanos y religiosos han pasado de los 114.439 de 2005 a los 116.939 de 2014, si bien en 2011 eran 120.616. La disminución de estos últimos tres años ha interesado a todos los continentes con excepción de África, donde los seminaristas han aumentado del 3,8%. Pero considerando todo el arco temporal 2005-2014, se observan diferencias territoriales evidentes. África, Asia y Oceanía muestran dinámicas evolutivas vivaces, con un ritmo de crecimiento del 21%, del 14% y del 7,2% respectivamente, mientras Europa registra una contracción del 17,5% y América, sobre todo por la tendencia negativa en la región meridional, manifiesta una disminución del 7,9% (VATICANO, 2016, p. 01).

Se por um lado, o número de sacerdotes segundo o Anuário da Igreja e dos dados dos CERIS denota um aumento nos últimos anos no Brasil, por outro lado, o número de freiras como pode observar vem diminuindo. Consideramos essa queda derivada talvez do aumento da atuação das leigas consagradas, isto é, religiosas que participam das práticas da igreja sem ter necessariamente de abandonar a carreira profissional ou constituir matrimônio. Tendo em vista que a forma de vida vivida pelas freiras altera-se pouco ao longo dos anos, distanciando à vida sexual e o trabalho, talvez seria um processo incipiente de secularização do feminino, cabe a outros estudos verificar.

Outro ponto que merece nosso destaque a partir da análise do Anuário, é que tanto em 2013 quanto em 2016, houve um acréscimo significativo de diáconos. Tendo em vista que os diáconos podem exercer diversas funções como, por exemplo, casamentos e batizados entre outras funções. Dentre o que não é permitido, encontra-se o impedimento de realizar missas, ungir enfermos, e atender confissões, por exemplo. Talvez esse aumento no número de diáconos possa ser oriundo da não obrigatoriedade do celibato clerical e do voto de castidade, se inserindo nas práticas da igreja sem sofrer com as inquietudes da mente e da carne.

A partir desse panorama religioso, ponderamos que haja um déficit de padres na Igreja Católica brasileira. Quando focalizamos e, cabe considerar mesmo o Brasil sendo ainda majoritariamente um país católico como vimos, e pontuamos ainda que são cerca

de 22 mil padres em todo território nacional, estes teriam que se dedicar segundo a igreja a 48 mil localidades de atendimento, espalhados entre os 5.570 municípios. Dessa forma, na região norte, nordeste e centro-oeste, a partir dos dados que apresentamos acima, faltariam sacerdotes. Dentre as hipóteses da ausência da igreja nessas regiões, podemos citar a natalidade menor ou a própria hierarquia rígida da igreja, em que insere entre diversos elementos, a imposição do celibato clerical aos membros do clero. Dessa maneira, os defensores da mudança estrutural, destacam que:

Assim sendo, esse aumento representa não apenas uma mudança estrutural, numérica, mas o aumento no número de fiéis, pois os critérios para a criação de uma paróquia levam em conta diversos fatores, dentre eles, o número de participantes, a extensão territorial e a estrutura patrimonial e financeira que dá sustentação a paróquia. Estes fatores são indicativos de uma realidade social que mostra a evolução do número de fiéis, resultados de um maior empenho missionário da Igreja em diversas frentes, dentre elas o investimento na evangelização, com novo ardor missionário, através dos meios de comunicação, das visitas missionárias e da formação de agentes de pastoral leigos, que têm assumido o propósito de serem discípulos missionários (PEREIRA, 2011 Apud FERNANDES, 2015, p. 187).

Segundo Sílvia Fernandes (2015), seria impossível fazer uma correlação entre os dados do IBGE que demonstrou uma redução do catolicismo frente os dados produzidos pela igreja sobre o aumento do número de padres na sociedade brasileira, tendo em vista que buscam defender a tese do “retorno do sagrado”. Os dados com o objetivo de compreender a tendência atual de aumento de sacerdotes ligados às dioceses brasileiras, não permitem assumir a defesa da estabilidade ou vitalidade do catolicismo no Brasil considerando o aumento de sua estrutura. Pois apresentamos na página dez o número de dispensa entre 1968 a 1974. E em parágrafos anteriores, que há é um incremento estrutural, criando uma falsa impressão de retorno ao sagrado.

No que tange a secularização, em relação com a estrutura, Peter Berger (1999) destaca que mesmo que haja uma secularização das consciências, não representa uma eliminação do religioso em espaços privados ou público, tendo em vista que a modernização, segundo o autor, produz efeitos secularizantes de modo diversificado, dependendo de cada situação social, cultural e religiosa. Dessa forma, Berger evidencia que a rejeição ou a adaptação são táticas para as comunidades religiosas num mundo secularizado. Tais estratégias são constituídas de “revolução religiosa” ou por “subculturas religiosas”, rejeitando assim, aos ideais da modernidade. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II na Igreja Católica seria como uma proposta institucional religiosa de adaptação à modernidade em que os membros do IAJES e posteriormente o MPC se

centram no debate social-religioso em torno do casamento de padres. Dessa forma, entendemos não ser possível destacar que o catolicismo estrutural estaria questionando a tese da secularização da sociedade brasileira como afirma Pereira (2011). Tão pouco o crescimento no número de sacerdotes aponta um aumento do catolicismo.

A partir disso, consideramos que a religião altera seu status no Brasil, mesmo tendo no cristianismo seus símbolos doutrinários tradicionais. Torna-se dentre as ofertas para as experiências da vida, uma opção dentre as opções. Dessa forma, tais propostas abrangem as opções de libertação e incremento de estilos de vida, por exemplo, que denotam a busca e a primazia pelo bem-estar social e religioso, como ocorre no âmbito da esfera da vida sexual e profissional, sem colocar um em detrimento do outro. Assim, a religiosidade atualmente detém o aspecto do autoconhecimento e do desenvolvimento humano, não se reduzindo à estrutura institucional.

Por fim, cabe ressaltar que a secularização dos padres, por exemplo, de acordo com Antonio Flávio Pierucci (1997), implica ao caráter irregular do processo de secularização, podendo este implicar, inclusive, no compromisso religioso dos indivíduos, como ocorre na vida de muitos padres que rompem com a estrutura da igreja, mas continuam atuantes nas comunidades de base. Algo que observo ser semelhante em relação as freiras. Dessa forma, segundo Weber (1999) a secularização não elimina nem inclui religião da vida social, mesmo desvalorizando os sacramentos como meio de salvação, como ocorreu com os sujeitos do IAJES e atualmente nos membros do MPC.

2.2 Padres casados na imprensa

No que tange os acontecimentos que envolvem o mundo, inúmeros artigos e notícias acerca de padres casados, que por experiências, nos fornece elementos de análise. Deste modo, por meio de pesquisa na internet, usando as palavras-chave: celibato clerical e casamento de padres foram possíveis selecionar 12 notícias publicadas em cinco jornais distintos, noticiando problemáticas que circundam a esfera do celibato clerical, dentre os anos de 2014 até 2016, durante o início do pontificado do papa Francisco, como podemos ver a seguir:

Jornal (Fonte)	Título	Ano
El País	Padre excomungado segue vivendo no celibato e realiza casamentos	2014
El País	O papa Francisco abre a porta para que os padres possam casar	2014
El País	26 mulheres apaixonadas por sacerdotes pedem ao Papa que acabe com o celibato	2014
El País	Uma grande maioria se manteve silenciosa por muito tempo	2014
El País	A luta dos 90.000 padres casados da Igreja católica	2015
BBC	Vaticano abre portas para padres casados e cria dilema	2015
UNISINOS	Celibato dos padres: as diversas cartas na mão de Bergoglio	2015
UNISINOS	Mais exceções para o celibato, por favor!	2016
UNISINOS	Celibato: uma tempestade eclesial	2016
Carta Capital	Francisco e os padres casados	2016
Boletim UNISINOS	Papa Francisco tranquiliza os bispos: o celibato sacerdotal é intocável	2016
Padres Casados.org	Para além do padre casado	2016

Como podemos perceber, anualmente, notícias circundam a prática social do padre, seja ele casado ou não. Logo no início do pontificado de Francisco, em 2013, ao ser questionado sobre o assunto, ele destacou que estava em sua agenda. A segunda notícia destacada na tabela “O papa Francisco abre a porta para que os padres possam casar” de Pablo Ortiz, postula que o papa coloca em discussão diversos assuntos que incomodam a igreja. Um dos questionamentos suscitados faz referência sobre a confirmação do pontífice de que a igreja tem diversos padres casados, como católicos gregos, coptas e nos ritos do Oriente e que não se trata de um problema de cunho dogmático, mas de regras da vida e, portanto, é tratado como um dom para a instituição romana, mais mesmo assim “abre as portas da Igreja” para aquelas que tenham se casado.

Entretanto, esse “abrir as portas” não significa que os padres queiram retornar à hierarquia da igreja. Outra notícia, do ano de 2014, de Gabriela Colicigno, intitulada “Padre excomungado segue vivendo no celibato e realiza casamentos”, destaca uma experiência de vida do padre Beto (Roberto Francisco Daniel), que foi excomungado por postagens em redes sociais na Internet. O sacerdote vive atualmente na cidade de Bauru, interior de São Paulo, e relata que “a Igreja tem que mudar muito para que ele

tenha vontade de retornar”. Postula ainda que “não existe fundamento na Bíblia que sustenta a postura da igreja diante o sexo”, isto é, aborda a sexualidade na Bíblia e qual é o fundamento da moral sexual da Igreja Católica. Outro ponto aludido que leva inclusive o título da matéria realizada pelo jornal *El País*, é que o padre segue vivendo no celibato e que realiza casamentos. Sobre continuar em celibato observamos que uma parte dos sacerdotes transforma em um dom para alguns, mas convertem em outros uma carga que conduz à solidão e a condutas sexuais inapropriadas perante igreja, por estar dentro da igreja (LIBÂNIO, 2006). De outro lado, continua realizando casamentos, isto é, não deixou de celebrar, pois uma vez padre, o sacramento não pode ser quebrado, porém, longe dos olhos e das imposições clericais.

Outra notícia do ano de 2014, “Uma grande maioria se manteve silenciosa por muito tempo”, de autoria de Carla Jiménez, em entrevista com Dom Orani João Tempesta, cardeal do Rio de Janeiro. Dom Orani diz que o celibato não é um tabu na instituição romana e que a Igreja Ocidental acredita que deveria ordenar aqueles com o dom do celibato. Porém, relembra que o mesmo não ocorre na Igreja Católica do Oriente, ordenando assim, padres casados. Sobre a indagação feita pela jornalista se a Igreja do Ocidente alteraria essa postura, Tempesta situa que a sociedade em que se vive hoje, precisa de exemplos e sinais fortes, como o fazem aqueles que largam tudo pelo chamado, o chamado do sacerdócio, porém existem pessoas que recebem o chamado, mas não se identificam com o celibato, tendo assim outras formas de servir a igreja, como os diáconos, e por isso, diversos teólogos debatem a situação de permanência ou alteração, rompendo o silêncio.

Em 2015, a BBC publicou que a igreja abriu as portas para um grupo de novos padres anglicanos que se converteram à Igreja Católica no Reino Unido sem a obrigação de adotar o celibato. Criando assim um dilema, já que não se exige dos sacerdotes a regra do celibato. A dispensa no Reino Unido, mesmo que tenha como objetivo aumentar os católicos que são minoria, abre uma fissura a ser questionada, como por exemplo, noticia a matéria, que os bispos querem propor outro tipo de sacerdote ao lado do tradicional. Tendo opção para vida celibatária.

Dentre essas notícias mostradas na tabela, que também remetem a uma abertura ao debate religioso, ganhou destaque em 2016 na revista *Carta Capital*, onde Claudio Bernabucci destaca que o Papa Francisco deseja começar a enfrentar o problema do celibato clerical na Amazônia, por acreditar que ali é o “Jardim do Mundo” e, tendo em

vista a escassez de padres na região e a própria existência de padres casados no local, superar o conservadorismo em busca de uma inovação doutrinária. Na realidade considero que a Amazônia pode seja o jardim do mundo devido suas riquezas. Entretanto, considero os dados amostrados no tópico anterior, que destaca a ausência da estrutura religiosa nesta região amazônica. Para tanto, a igreja busca a expansão dessa oferta religiosa, seja no aumento de praticantes ou de padres.

Entretanto, quando o papa Francisco, neste ano, diz “o celibato vai continuar como está”, alterou seus discursos dos últimos anos. A frase aparece no artigo “Papa Francisco tranquiliza os bispos: o celibato sacerdotal é intocável”, de Franca Giansoldati de 2016. Percebe-se que entre colocar o debate na “agenda”, “enfrentar” e “abrir” a igreja, perpassa por esferas na ordem do discurso, como veremos no terceiro capítulo. Segundo Michael Foucault (1996) os discursos na sociedade são controlados e transmitidos por práticas de poder que reprimem, assim “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]” (p. 08-9).

Os diversos procedimentos de repressão do discurso são controlados pela “interdição”, sendo vista como um recurso que limita a enunciação do discurso, isto é, existem tabus para o discurso, principalmente sobre o que é dito e para quem é dito. A sexualidade seria um tabu presente na sociedade, pela luta do controle daquilo que enunciam, “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nas notícias “A luta dos 90.000 padres casados da Igreja católica”, “Mais exceções para o celibato, por favor!”, “Para além do padre casado”, “Celibato: uma tempestade eclesial” e, “Celibato dos padres: as diversas cartas na mão de Bergoglio” concernem à temática para luta e questionamento por parte dos padres perante a Igreja Católica, entrando num campo de disputas de discurso e sua legitimidade, a validade do celibato, opcional ou não. Apresenta que cerca de 90.000 mil padres ao redor do mundo são casados e exigem o fim da obrigatoriedade do celibato por não afetar o núcleo da fé, nem as obrigações sacerdotais. Deveria haver, portanto, uma abertura geral dessas exceções, inserindo o padre novamente, para além de ser casado, rompendo assim com o estigma.

O estigma segundo Erving Goffman (1988) é analisado como um mecanismo de identificação do indivíduo, permitindo seu conhecimento a partir do enquadramento a categorizações previamente estabelecidas pela sociedade, não havendo necessidade profunda de relacionamento, podendo ser observado por meio do contato superficial. A situação do estigmatizado consiste quando a sociedade reconhece-o como um membro do grupo mais amplo, isto é, por exemplo, o padre, o que significa que é um ser humano “comum”, mas também que ele é, até certo ponto, ‘diferente’, por exemplo, um padre casado, a mulher do padre, e que seria incomum negar essa diferença, ou seja, esse marcador social. A origem da diferença seria a sociedade, tendo em vista que anterior a uma diferença, ela deve ser coletivamente aludida em uma concepção pela sociedade como um todo, marcando assim a diferença do grupo ou do indivíduo. Pode-se dizer que “[...] o palco dos conflitos e tensões psicológicos individuais era ligado aos conflitos e tensões sociais” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 149).

Outro marcador que nos chamou a atenção nas notícias, foi a presença, na maioria delas, a mulher. Porém, maior atenção a: “26 mulheres apaixonadas por sacerdotes pedem ao papa que acabe com o celibato”, em seu conteúdo, uma parte da carta das 26 mulheres apaixonadas foi mencionada por Pablo Ordaz (2014, p. 02), denotando um sentimento doloroso, como podemos ver abaixo:

Quando, destroçados por tanta dor, decidimos por um afastamento definitivo, as consequências não são menos devastadoras, e frequentemente fica uma cicatriz pela vida toda, tanto neles [sacerdotes] como em nós. As únicas alternativas são o abandono do sacerdócio ou a condenação perpétua a uma relação secreta. No primeiro dos casos, a grave situação com a qual o casal precisa se deparar é vivida com grande sofrimento por parte dos dois: porque também nós desejamos que a vocação sacerdotal dos nossos companheiros possa ser vivida plenamente, que eles possam continuar servindo à comunidade. A segunda opção, a manutenção de uma relação secreta, implica uma vida escondendo-se continuamente, com a frustração de um amor incompleto, que nem sequer pode sonhar com um filho, que não pode existir à luz do sol. Pode parecer uma situação hipócrita, permanecer celibatários tendo uma mulher ao lado, em silêncio, mas lamentavelmente não poucas vezes nos vemos obrigadas a essa dolorosa escolha.

Como não se depreende da carta, as mulheres denotam além do rompimento do social e da dor que marca e deixa cicatrizes tanto no corpo do sacerdote quanto no corpo das mulheres por serem casadas com padres. Apresentam ainda uma via dupla em torno da esfera do matrimônio para aqueles padres que desejam ou já estão inseridos em uma relação conjugal, ou abandonam o sacerdócio ou abrem fissuras em uma relação secreta. Causando em ambos sofrimento, de um lado por um amor incompleto, de outro a

restrição de uma vocação e o desejo de permanência nas duas estruturas, isto é, na família e na igreja. Tal posição fica evidente ao afirmarem em outro trecho da carta:

Nós amamos esses homens, e eles nos amam, e na maioria dos casos, apesar de todos os esforços de renúncia a esse sentimento, não conseguimos abrir mão de um laço tão sólido e bonito [...] Muito pouco se sabe sobre o sofrimento devastador de uma mulher que é profundamente apaixonada por um padre. Humildemente colocamos nosso sofrimento a seus pés na esperança de que algo possa mudar, não apenas para nós, mas para o bem de toda a Igreja [...] Infelizmente essa é frequentemente a única e dolorosa escolha devido à impossibilidade de desistir de um amor tão enraizado no Senhor (ibidem, p. 02).

Nesse sentido, consideramos que as situações do feminino, ao analisar as mulheres dos padres, muitas vezes são acusadas de desvirtuar os sacerdotes segundo Edlene Silva (2011). Por isso, por meio da história oral, nos possibilita entender as identidades, para contextualizar a fala das mulheres comuns na região do Alto Paraná, ao casarem com os padres da Igreja Nossa Senhora das Graças, tendo em vista que o gênero é “[...] um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder [...]” (ELIAS; SCOTT, 2000, p. 16).

2.3 As práticas sociais e o perfil

Em relação às práticas sociais dos membros do IAJES, destacam-se as mulheres do Instituto. Entre elas, chamaram atenção às mulheres dos padres que entrevistamos e que se casaram já há algum tempo. Atualmente, Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, reside em Três Lagoas-MS, como a própria colaboradora nos conta, que:

Meu nome é Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, nascida em 29/07/1949, estou com 66 anos de idade. Eu descobri o IAJES em Andradina-SP porque na ocasião eram pessoas que eu já tinha convivência no grupo de jovens em Lins-SP, e aí eles, o João Carlos e a Bel vieram trabalhar em Andradina-SP e lá tinha o IAJES. Nesse intervalo de tempo eu me formei em 1977 em serviço social em Lins-SP, fui trabalhar em Guaraçaí-SP ao invés de Andradina-SP e lá a gente sempre mantivemos contato com o pessoal que veio do grupo de jovens de Lins-SP e aí eles me convidaram na ocasião em 1977 para trabalhar em Andradina-SP no IAJES (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Atualmente “[...] estou lá na saúde, eu trabalho no setor de medicamentos de alto custo, na liberação dos processos de autorização que vem e vão para Campo Grande-MS autorizar [...]” (idem, p. 24). Belkiss aborda ainda, que sempre esteve envolvida no

campo da saúde em seus trabalhos como assistente social e tendo forte participação nos movimentos de mulheres. Atualmente Belkiss é casada com o padre:

Miecleslau kudlavicz, nasci dia 21 de junho de 1949, portanto, estou com 66 anos. Resido desde maio de 1985, 30 anos em Três Lagoas-MS. Nasci no Paraná, no município de Contenda-PR, é um município, uma colônia polonesa que fica ali nas redondezas de Curitiba-PR. Atualmente sou professor. Antigamente eu fiz a pastoral, o seminário eu exerci o ministério sacerdotal por 11 anos, fui padre, mais na pastoral especifico, me formei em Curitiba-PR. Eu trabalhei em Rondonópolis Mato Grosso durante uns 8 anos, e trabalhei depois mais três anos na Diocese do Senhor do Bonfim no município de Cansanção na Bahia, lá fiquei mais três anos (p. 01) [...] hoje existe a presença da pastoral da terra no Estado, aqui na região de Três Lagoas-MS teve já um tempo mais forte, hoje praticamente não tem, tudo se resume as vezes aqui na minha pessoa, na minha presença aqui, que ainda atuo aqui na região. Atualmente continuo com a pastoral da terra, coordenando as atividades [...] (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Cabe informar que o padre Miecleslau kudlavicz não teve participação na constituição e elaboração da forma de agir do IAJES, mas em relação com membros do Instituto e CPT, estando juntos em diversas manifestações e organizações de luta no passado, e que ainda continua, como podemos observar na fonte acima, sob a coordenação das atividades na cidade.

Outra colaboradora desta pesquisa se apresenta como:

Então, meu nome é Maria da Silva Prates Oliveri, mais é Maria Isabel porque, antigamente os pais da gente colocavam também nome ligado a Igreja, e o meu nome ligado a Igreja era Maria Isabel que era também o nome da minha mãe, mas quando meu pai morava em fazenda e ele foi me registrar diz ele que o escrivão estava bêbado e esqueceu-se de botar Isabel, mas eles nunca abriram mão desse Isabel porque eu fui batizada com esse Isabel, então para todos os efeitos, para a família, para aqueles que são mais perto, eu sou Maria Isabel, que depois virou Bel (risadas) e depois quando entrei para o PT, virou Bel do PT (risadas), primeiro era Bel da pastoral, porque eu estava na pastoral, Bel do Movimento de mulheres (risadas) porque eu trabalhava nos movimentos populares de mulheres e depois mais pra frente foi Bel do PT e até hoje está Bel do PT, ficou marcado (risadas). Eu nasci em: 1947, mais não conta para ninguém (risadas). E sou assistente social, sou aposentada mais do aula no curso de serviço social na AEMS atualmente. Sou formada em Lins-SP, faculdade de serviço social de Lins-SP e fiz mestrado no Paraguai, eles tinham e abriram um curso que você fazia de cada quinze dias e fiz mestrado, fiz minha tese fora de casa mais como eu era da primeira turma e eles não tinha conversado na hora de defender a tese você tem que pagar três professores da banca que vinha de Assunção e isso você pagava em dólar tal, e estava muito caro e eu não fui defender a minha tese até agora nem sei se vou, nem estou sentindo necessidade de fazer. Bom o IAJES eu conheci, eu me formei em Lins-SP e logo que me formei eu me casei com um dos padres que tinha na cidade de Andradina-SP (risadas) e vim morar em Andradina-SP, e o IAJES seria um espaço onde o trabalho social da Igreja seria feito, foi em 1975, foi na época que a ditadura militar também estava bem fervorosa, e o espaço do IAJES serviu muito como um espaço para organizar as questões sociais, você organizava as mulheres, você organizava o povo nos bairros, associações de moradores onde tinha, você fazia com que eles se tornassem mais atuantes e dinâmicos, e onde não havia

nós íamos organizar juntos com os moradores das associações (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

O padre João Carlos Oliveri, foi uma das lideranças de diversas experiências enquanto militante católico, atualmente falecido³⁷. Foi atropelado na cidade de Três Lagoas, após sair do cemitério na mesma cidade, onde tinha ido visitar sua filha Maria Hanako, que veio a óbito no mesmo ano, em 1996. Sobre João Carlos Oliveri e suas práticas, através da entrevista com sua esposa Bel do PT, que nos conta um pouco do perfil de se marido:

Eu conheci o João Carlos nos grupos de jovens, nos antigos grupos de jovens (risadas) em 1974, 1975 que inclusive nessa época, esses grupos eram de Lins-SP e ele tinha vindo da Itália para trabalhar com os jovens, ser missionário no Brasil [...] Foi um cara que veio para fazer missão com o povo dentro de uma congregação riquíssima que foi os salesianos em Lins-SP, deixo o quarto dele bem confortável nos salesianos, alugo uma casa, uma tapera num bairro, como chamava, bairro Nossa Senhora de Lurdes lá em Lins-SP e foi mora lá para ficar perto do povo, e naquele período vários seminaristas que estavam estudando foram morar com ele no bairro, deixaram também os seus prédios e foram para os bairros junto com ele, sempre foi ligado a princípios éticos muito rígido, muito forte, [...] dedicado as comunidades de base [...] o que ele queria mesmo era trabalha com a questão da Bíblia, ele foi um grande biblista, ligado ao pessoal da Bíblia [...] se você é intelectual você lê e já compreende, o João Carlos era um intelectual, conseguia ler livros, resumia [...] o que tem de melhor que eu acho, que mostra o que o João Carlos representava, foi o frei Beto que escreveu, ele fala que representava, realmente é aquele que representava o homem novo, que queria uma vida nova, uma sociedade nova, que não foi picado pela mosca, a mosca Tzé Tsé, que só quer o poder, não estava fazendo porque quer aparecer, ele não foi picado [...]” (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Outro padre que faz parte destas experiências sociais é René Parrens, que foi um dos precursores do IAJES, juntamente com o Pe. Vanin e João Carlos Oliveri, militante desde então sobre as questões que se apresentam no campo e atuante nos dias atuais na Pastoral da Terra (CPT), um dos fundadores, inclusive, da pastoral da terra em Andradina-SP. Atualmente por meio da CPT, organiza os assentamentos na mesma região. Atua ainda com as frentes do MST. Sabemos que René foi casado com Lúcia em seu primeiro casamento, atualmente estão separados, ambos adquiriram novas núpcias e continuam no movimento da luta no campo.

O padre que na etapa “estritamente local” do IAJES, destacado entre os anos 1970 e 1976, compreende os primeiros passos da entidade. Seu nascimento 1970 representa a concretização de um projeto idealizado por José Vanin, fundou o IAJES na paróquia *Jesus Bom Pastor*, no bairro Pereira Jordão em Andradina-SP, objetivava

³⁷ Segundo a fonte, em 2016 fazem 20 anos do falecimento de João Carlos Oliveri.

garantir melhorias aos moradores carentes do bairro onde ela sediava. É, portanto, uma linha assistencialista e localizada que caracteriza essa fase da história do IAJES (OLIVEIRA, 2006). Atualmente vive em Goiânia com sua esposa Maria, como ele diz por meio de uma publicação em seu blog³⁸:

Completo 50 anos como padre. A minha formação teológica aconteceu durante os anos do Concílio Vaticano II. Dos anos de padre passei 10 anos como celibatário, sendo três anos como coadjutor em Andradina, Paróquia N.S. das Graças e sete anos como vigário na Paróquia Jesus Bom Pastor, no Bairro Pereira Jordão de Andradina e Senhor do Bom Fim, em Nova Independência. Aos 35 anos (1976), com o consentimento da Assembleia Paroquial, resolvi namorar a Maria, com a qual me casei no dia 8/1/1977. Ainda continuei com a responsabilidade pastoral em Andradina até dezembro de 1978 e em janeiro de 1979 mudei com a família para Goiânia onde estou até hoje. Em Goiânia lectionei na UCG, hoje PUC e trabalhei na CPT = Comissão Pastoral da Terra. Por muitos e muitos anos estive ligado principalmente à pastoral da periferia. Dei igualmente minha contribuição no IV Encontro de Cebs em 1.986 e na organização do 1º Curso de Verão em 1989, tudo isto sempre como voluntário. Considero trabalho pastoral todo apoio que dei ao Grampo = Grupo de Articulação do Movimento Popular, um instrumento em favor dos empobrecidos principalmente nas áreas de posse e o trabalho feito no Ceadep = Centro de Assessoria em defesa do ensino público. Colaborei com o Cebi e com as paróquias assessorando encontros bíblicos quando chamado. Ultimamente como beneficiado e também como voluntário sirvo no Amor-Exigente (VANIN, 2016, p. 01)³⁹.

Dentre esse grupo de pessoas, o movimento de mulheres coordenado pelo IAJES, contado por Belkiss e Bel do PT, a princípio se assemelhava com os clubes das mães da periferia no sul da cidade de São Paulo-SP, na década de 1970. No início fizeram um trabalho beneficente e, depois assumiram e organizaram suas atividades na reflexão do papel da mulher na sua comunidade e na sociedade, como pontua Eder Sader (1988). Nesse sentido, as mulheres do Instituto seguiram – dadas as devidas proporções – uma progressão acentuada ao decorrer dos anos e de suas discussões como pode perceber na comparação das entrevistas realizadas com Belkiss e Bel do PT:

[...] o movimento de mulheres em Andradina começou com um trabalho chamado “visitadoras”, eram mulheres que faziam um trabalho de visitar doentes, de visitar os bairros e ver as necessidades do povo. Depois as mulheres começaram a se reunir e fazer um trabalho um pouco mais diversificado, discutindo a “questão da mulher”, fazendo um trabalho de “socorro às pessoas pobres”, pessoas necessitadas de alguma coisa, fazer um trabalho de reflexão da situação do povo, do bairro e da mulher. Em seguida mudamos o nome de visitadoras para “grupo de mulheres”, devido sua expansão, por que essas mulheres foram crescendo, cresceram no jeito de ver o mundo, de ver a sociedade, de ver como a sociedade tava organizada, mudando um pouquinho o jeito de lidar com o mundo, e nós éramos unidas, as associações, as comunidades, e tinham assembleias, conselhos,

³⁸ vaninmartins.blogspot.com

³⁹ Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2016/01/1211966-a-1212016-bodas-de-ouro-de-padre.html> Data de acesso: 17/07/2016.

representantes para tudo em cada bairro. O próprio IAJES tinha uma “diretoria administrativa”, que era formado por mulheres e mulheres de nível de classe média. Primeiro por que têm a burocracia, então tem que ter rapidez para entender a burocracia, tem que entender por que você precisa assinar papéis e não pode assinar sem sabe o que ta assinando para fazer o serviço correto (KUDLAVICZ Apud BRENTAN, 2010, p. 47).

[...]

Um movimento que foi muito bonito foram o das mulheres, por que começou as greves do ABC, já num processo de abertura e tudo, e com isso o movimento pelo “custo de vida”, contra o custo de vida tinha se encaminhado e as mulheres de Andradina foram para o meio da rua fazer uma movimentação e coletar assinaturas da população, e conseguimos arrecadar milhares de assinaturas ali. A partir disso as mulheres foram participar de uma manifestação do custo de vida em São Paulo, na Praça da Sé, e lá elas foram bombardeadas e tiveram que se esconder na Igreja, e muitas mulheres foram queimadas com aquelas bombas e é engraçado por que essas coisas em vez de amedrontar o povo dava mais força para o movimento, dava muito mais força (OLIVERI Apud BRENTAN, 2010, p. 47).

Como podemos notar, houve um avanço nas objetivações de luta do grupo de mulheres do IAJES. As mulheres desses padres, enquanto liderança, juntamente com a participação de mães, donas de casa, trabalhadoras comuns, mulheres das classes médias e baixas, dentre outras, fizeram com que começassem a ver sua importância na sociedade e discuti-la na sua comunidade. Outra luta que faz parte desse movimento de mulheres foi no âmbito da saúde, pois, o atendimento ao público era debilitado, como acreditamos que seja ainda hoje.

Segundo entrevista realizada com Maria Aparecida dos Anjos⁴⁰, de 49 anos de idade, agente de saúde formada pelo IAJES, e atualmente professora de história na cidade de Andradina, destaca que o trabalho de saúde com a população visava à melhoria das condições de vida⁴¹. Doavam-se medicamentos, já que o IAJES tinha um ambulatório em cada bairro com agentes de saúde. Pela manhã essas agentes visitavam as casas e à tarde ficavam nos ambulatórios que foram construídos próximo aos centros comunitários. Nesses ambulatórios, as agentes atendiam as pessoas mais carentes, encaminhavam para o hospital alguns casos graves, e quando esses casos passavam pelo IAJES essas pessoas tinham mais facilidades de serem atendidas na Santa Casa de Misericórdia de Andradina. Apresentar as experiências destas mulheres é considerar as experiências biográficas individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências.

⁴⁰ Entrevista formal realizada no dia 31/07/2009 as 16h00min, na residência da colaboradora Maria Aparecida dos Anjos, na cidade de Andradina-SP.

⁴¹ Convém ressaltar que Maria dos Anjos, é cunhada de Belkiss, não sendo casada com nenhum dos padres mencionados, ela fez parte do movimento de mulheres e de saúde.

Convém ressaltar que o *habitus* conserva em si uma linha limítrofe de liberdade ao agente. Porém, deve-se entender que a liberdade é aferida pelas regras dominantes no campo em que estão imersas. O agente, indivíduo ou grupo, para subsistir socialmente, deve participar de um jogo que lhe impõe sacrifícios. Dessa forma, segundo Bourdieu (1996), o agente é o produto de estruturas profundas, tendo em vista que estão inscritos nos agentes os princípios propulsores e de organização das práticas e representações, bem como das ações e de pensamentos.

Portanto, as mulheres do IAJES, e dentre elas as mulheres dos padres do IAJES, são agentes à medida que atuam e são dotadas de um senso prático, sabem um sistema adquirido de preferências, de classificações, de percepção (BOURDIEU, 1996). Os agentes incorporam um *habitus* a partir de disposições adquiridas pela experiência, que variam no tempo e no espaço da biografia do indivíduo, acionando-a reestruturamos nossos *habitus*, alterando as aquisições mais novas em detrimento das antigas.

O perceber, pensar e agir opera dentro de uma liberdade estreita, e assim, é dada pela lógica do campo. No interior do campo segundo o autor ocorre uma dinâmica de concorrência e dominação, se originando a partir das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Em todo campo a distribuição de capital é desigual, este aspecto evidencia que os campos estão em permanente conflito, e cabe ressaltar o óbvio - os indivíduos e grupos dominantes buscam defender seus privilégios diante dos demais indivíduos e grupos. Uma das estratégias na acumulação do capital, e pela forma do social (matrimônios), cultural (títulos) e, simbólica (status). Seria a relação infraconsciente entre um *habitus* e um campo, isto é, um espaço relacional, a estrutura do campo designa uma exterioridade e uma interioridade, em que os agentes e instituições existem pela diferença, subsistindo de acordo com as posições na estrutura que ocupam (BOURDIEU, 1996: 47).

O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer um questionamento das questões de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento de sua efetivação.

O *habitus* produz práticas, elemento constitutivo das ações humanas realizadas no convívio social e pelos segmentos sociais, isto é, em diversos grupos e nas classes sociais. Consideramos a partir da digressão bourdieusiana que as ações dos padres e de suas esposas, a prática ou as práticas consistem nos aspectos da experiência humana no sistema de relações objetivas, na “[...] medida em que tendem a reproduzir as regularidades imanentes às condições objetivas da produção de seu princípio gerador, mas ajustando-se às exigências inscritas a título de potencialidades objetivas na situação diretamente afrontada [...]” (ibidem, 1994, p. 65), convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história do grupo, o *modus operandi*, da teoria da prática ou do modo de engendramento das práticas, em relação aos padres casados no IAJES e o movimento de padres casados no Brasil (MPC), analiso ser uma condição da construção de uma dialética da interioridade e da exterioridade, ou seja, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. As estruturas constitutivas de um meio apreendido empiricamente foram associadas a um meio socialmente estruturado, produzindo *habitus* (Bourdieu, 1994, p. 60).

Os meios apreendidos empiricamente possibilitam que na atualidade esse grupo de pessoas mantenha-se interligados mesmo estando separados, hoje participam de lutas diferentes. Porém, ainda em militância. Como podemos analisar nas fontes, Mieceslau, René e Vanin ainda atuam e estão ligados a pastoral da terra dentre outras funções e, Belkiss faz parte do Partido dos trabalhadores (PT):

[...] ultimamente eu só estou no partido mesmo. Sou atuante porque eu sou inclusive do diretório, no partido eu sou atuante, brigo, quero que o partido seja diferente, acho que tem muita coisa, fugiu do que deveria ter sido, mais ainda acredito nele porque eu não acho que os outros vai ser muito diferente também não, por enquanto ainda estou nele. A coisa mais séria eu acho que o PT deu a cara, o governo do PT deu outra cara para o Brasil, só num enxerga quem não que, eu acho que foi um erro, a gente não tinha que fazer nada para se igualar com os outros sem vergonha entendeu, eu sempre fui muito crítica dentro do PT, tudo mundo que me conhece sabe, agora até eu fui muito criticada porque já está enchendo o saco, porque de repente o PT que é o único corrupto, que no PT começou a corrupção, isso não é verdade, a corrupção e a safadeza vem de longas datas, todo mundo sabe disso, mais hoje é o PT, só que eu acho que não tínhamos o direito de fazer nada errado, não tínhamos o direito, nós tínhamos que ter mantido a nossa linha, nós tínhamos que ter mantido, nós tínhamos que ter escancarado, dizem que para governar tem que fazer concessão, infelizmente é essa a política que nós temos, é por isso que eu digo, esses partidos que ficam pregando as coisas, ficam pregando porque não está no governo, será que na hora que estiverem vai ser diferente, não vai infelizmente, porque tem solução, quem chega tem que botar a boca no trombone, a gente quer fazer isso, isso e isso, a coisa funciona é assim, e o negócio é assim, se a gente não abrir não consegue fazer, então vocês estão sabendo, tem que ser escancarado, não tinha o direito de ter feito nada, só que não somos os primeiros, infelizmente nós somos os

últimos, não tínhamos o direito, nós enquanto PT não tínhamos que ter feito nada para desabonar (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Vimos que Belkiss além de seguir atuando no partido é membro do diretório do PT, e questiona a própria situação em que se encontra na atualidade tendo em vista as direções seguidas em sua agenda, não mantendo sua linha ideológica partidária, se envolvendo na corrupção estrutural que assola o país há séculos. Uma mulher dentre esse grupo, que também se destaca enquanto militância política na atualidade e que ainda continua no PT, e que o carrega em sua experiência, derivando inclusive o apelido, Bel do PT, ou Maria Izabel Prates Oliveri:

[...] eu continuo a essa altura da vida, não quero mudar de partido, ajudei a organizar como muitos da Igreja as primeiras lideranças do PT e que nasceram dentro das comunidades eclesiais de base, dentro dos movimentos sindicais, é um partido que tem um vínculo afetivo muito grande com essa população, são lideranças que acreditaram e eu acho que ainda acreditam no PT, eu ainda continuo no PT, eu considero o que o PT está passando por esses momentos difíceis hoje porque a burguesia não perdoa o fato de que o PT foi melhor que eles [...] (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Como podemos observar, as mulheres que entrevistamos continuam com militância política na região do Alto Paraná. Cabe ressaltar que auxiliaram na fundação do PT em Andradina e Três Lagoas e permanecem ativistas em face dos conflitos sociais. Consideramos tal atuação como resposta a uma de nossas hipóteses, isto é, de que os militantes católicos do antigo IAJES ainda militavam politicamente, como destacado acima, a se engajarem enquanto lideranças partidárias. Observo, porém, que se distanciam enquanto lideranças religiosas na atualidade, tendo em vista o enfraquecimento das Comunidades Eclesiais de Base, e expansão estrutural da Renovação Carismática, que segundo Prandi e Souza (1996), dois fatores é pontual nesse processo, o refluxo dos movimentos sociais e atrelado a esse fator o enfraquecimento da militância política de esquerda, bem como o crescimento de outras religiões pelo mundo, em destaque o pentecostalismo. Porém, não devemos atrelar o enfraquecimento das comunidades de base e a teologia da libertação somente ao avanço da Renovação Carismática e ao pentecostalismo, mais também ao processo de secularização, o fim de um regime militar, enfraquecimento dos seminários e da própria teologia da libertação dentre outros fatores.

Para compreendermos a atuação política dessas pessoas cabe entender em que aspectos essas mulheres, por terem adquirido matrimônio com padres do Instituto

IAJES na Igreja Nossa Senhora das Graças, sofreram ou ainda sofrem com o estigma por tal situação.

2.4 “Quem chegar por último é mulher do padre”

Considerando a questão da sexualidade na sociedade brasileira, nós temos que refletir, buscando compreender o que significa “ser a mulher do padre”. Ao analisar a formulação homem e mulher em suas relações acerca da sexualidade contemporânea, a sexualidade humana vem sendo pautada em debates na sociologia da religião. No campo religioso, pode ser visto, mesmo que incipiente, o surgimento de novas igrejas que trazem um discurso inclusivo como a CCNE - Comunidade Cristã Nova Esperança. Elas surgem como opção tanto para heterossexuais quanto para homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, bem como há um importante papel exercido pelos movimentos de mulheres e feministas.

Segundo Edlene Oliveira Silva (2011), “[...] a sexualidade é um conhecido tabu da sociedade medieval, constituída por imaginário que exaltava a abstinência e a castidade, a sexualidade feminina era vista quase como uma aberração maligna, especialmente por estar associada à feitiçaria.” (p. 379). Este processo de demonização da mulher por vias mágicas ocorre a partir da ressignificação dos cultos às deidades femininas. A autora destaca ainda que o controle da sexualidade feminina exigido pela igreja está relacionado com o poder de autonomia do sujeito, sua criatividade e a transgressão. A libido feminina foi associada a fatores instintivos, mundanos e caóticos. Nesse sentido, “[...] a barregania clerical foi duramente perseguida por atentar contra dois pilares importantes do patriarcado cristão, a saber, o sacerdócio casto e o matrimônio [...]” (p. 382).

Assim, o estigma “mulher do padre” pode ser representado em modelos de conduta imoral e maligna, como o de prostitutas e adúlteras. Atualmente, mulher de vida dissoluta, mulher devassa, pervertida, rameira, dentre outras como barregã, concubina, perpasa os séculos (SILVA, 2011). Tal representação “[...] tem relação com o temor atávico do feminino, da sexualidade transgressora e da necessidade da instauração de uma pedagogia do terror implementada pela ortodoxia cristã patriarcal com o intuito de culpabilizar as mulheres pelas mazelas do mundo” (SILVA, 2011, p. 382).

A cultura e a memória sob o estigma de uma representação infame sobre as mulheres de clérigos, no Brasil, ainda hoje faz parte do imaginário de meninos e meninas em brincadeiras infantis associadas à condição negativa de ser mulher do padre. “As crianças desconhecem a tradição que construiu o sentido do enunciado ‘quem chegar por último é mulher do padre’, mas sabem que ser mulher do padre é uma situação desfavorável e indesejada” (SILVA, 2011, p. 384). Dessa forma, no cotidiano o estigma desta condição se apresenta, por exemplo:

Na definição dos dicionários de língua portuguesa, o termo “mula sem cabeça” significa metaforicamente a “amante de padre, que segundo a crendice popular, transformada em mula sai, em certas noites, a cumprir seu fado” (Fernandes; Luft; Guimarães, 1998:420). Em lendas contadas em diferentes regiões do Brasil, as mulheres de padres circulam pelas noites como criaturas amaldiçoadas que aterrorizam as pessoas: mulas-sem-cabeça que vagueiam arrastando correntes presas às patas. Do fatigante percurso dessas suas periódicas peregrinações noturnas, a mula, no outro dia, já tornada ao seu natural estado feminino mostra sinais no seu corpo, produzidos pelas correntes que arrastara quando vagava pelas longínquas paragens. Esse seu “tristíssimo fadário” faz parte da sua penitência pelo seu pecaminoso viver. Já o padre, para purificar-se dos seus pecados, devia amaldiçoar a barregã no ato da celebração da missa, antes de tocar na hóstia para a consagrar (Costa, 1974:42). As histórias de Beatriz Gonçalves, de Leonor Domingues, das duas Marias Gonçalves e de Leonor Fernandes – as personagens das Cartas de Perdão analisadas – exemplificam o imaginário que construiu, no terreno do cotidiano, a condição maldita dessas mulheres vistas como mundanas e pecadoras. As barregãs de clérigos foram assim representadas porque o seu modo de vida estava afastado dos padrões de condutas das mulheres honestas. Elas mantinham relações conjugais torpes e desprezíveis, portanto deviam ser punidas, silenciadas e marginalizadas para salvaguardar o projeto de purificação e ordenamento da cristandade, calcado nos estatutos do sacerdócio e do matrimônio (SILVA, 2011, p. 384).

No mundo contemporâneo, nem a igreja e o tampouco o Estado podem punir legalmente as mulheres dos padres. Entretanto, ocorre depreciação delas, segundo Norbert Elias e Scotson (2000) “[...] Essa é também pré-condição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia, quando está bem instalado em posição de poder dos quais o grupo estigmatizado é excluído” (p. 23). Dessa forma, os mecanismos que marcam socialmente a inferiorização de um grupo perante o outro marcam assim dominação, o grupo estabelecido “[...] (no caso, o binômio Igreja-Estado e seus preceitos patriarcais) necessita estigmatizar o grupo que deseja excluir/submeter” (SILVA, 2011, p. 382). Edlene Oliveira Silva (2011) destaca ainda que essas clivagens hierárquicas se reproduzem internamente nos grupos subalternos. Perpetrando na mulher o estigma quando exerce sua sexualidade quando seu parceiro é um clérigo, conflitando moralmente a distinção em relação à sociedade, sexualidade e religião.

Convém dizer sobre as mulheres que casaram com os padres em Andradina que o estigma ganha novas roupagens tendo em vista a mudança social do contexto analisado pelo autor e pela a autora em relação ao contexto de ditadura militar, e ainda para a sociedade atual. Quando Bel do PT e João Carlos Oliveri se conheceram, durante o período dos militares no poder e vigor da Teologia da Libertação havia um pensamento militante que justificava a opção de ambos:

E eu o conheci nesse grupo de jovens, e a nossa própria vida já foi uma revolução dentro da Igreja, porque nós conseguimos nos casar, o bispo de Lins-SP que era Dom Pedro Paulo Koop que aceitou que a gente casasse e continuássemos dentro da igreja, isso não aconteceu com o Mieceslau e Belkiss, esse bispo, era um bispo holandês muito avançado e ele permitiu que nós pudéssemos casar e continuar os trabalhos dentro da Igreja, e meu marido continuou fazendo dentro da igreja aquilo que era vamos dizer próprio da Igreja, pode fazer celebração, casamentos, batizados e isso foi um grande avanço nesse período, e ao mesmo tempo todo trabalho com as comunidades eclesiais de base, que era esse trabalho a partir do evangelho, que procurava mostrar para população a realidade que a população estava vivendo, que era uma realidade dura envolvida aí com o regime militar. Nós casamos em 1975 e tivemos quatro filhos biológicos, dois faleceram e adotamos seis, num total de dez, e hoje nós temos [...], estou contando com ele ainda embora eu brigue que ele me largo com todos eles (risadas) oito, são oito que são vivos (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Podemos perceber que a via de libertação para os marcadores sociais de ser a mulher do padre mantém o estigma devido ao cunho religioso, que avança em relação ao casamento estando inserido na igreja. Sob autorização de um membro da igreja, do bispo e não de toda a igreja e aqueles que fazem parte dela, o casar-se dar-se-á por meio da inserção da mulher do padre no convívio social, nas normas, tendo em vista que houve uma assembleia, para consumir a celebração, como pode-se analisar na entrevista:

[...] quando houve o nosso casamento, o João Carlos sempre foi uma pessoa assim muito além do tempo dele, ele fez uma votação na Igreja, todas a missas votaram se gente iria casar e continuar na Igreja, nós podíamos casar e continuar na Igreja, e esse poder de continuar ganho, teve muitos votos contra, mais aqueles que diziam e achavam que nós devíamos continuar dentro da Igreja ganhou, foi uma votação, mais a gente sofreu os preconceitos daqueles que queriam somente o padre na Igreja, o padre entre aspas solteiro, porque para muitos o João Carlos continuou padre, eles não viam essa diferença, o importante é que você esteja com o povo, que você esteja conosco, eu ouvia isso muitas vezes, e depois de uma mulher, o padre tinha escolhido uma mulher que veio e assumiu um compromisso com o povo e que estava na luta com o povo, isso para o povo foi muito bom, mas para aqueles que eram mais conservadores, eles não conseguiam engolir isso, isso foi uma luta bastante grande, mais é interessante porque até hoje um dos padres que se casaram em Andradina-SP na época, havia três padres e os três se casaram que era o João Carlos, o Vanin e o René Parrens que sempre trabalhou com a questão da terra e continua até hoje trabalhando, trabalham com sindicatos, com a questão da terra, que hoje já não é tão assim forte, a

gente não percebe nas lutas que tem hoje ou mesmo estando dentro da Igreja todos os conflitos anteriores que nós tivemos (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

A inclusão e a exclusão ocorrem quando a mulher do padre assume uma militância política de esquerda e de libertação por parte da igreja com as comunidades eclesiais de base, e com o movimento de mulheres embasadas na Teologia da Libertação fazendo com que a resistência conservadora da igreja perdesse terreno naquele momento. Socialmente inquietava as próprias comunidades de base e setores mais conservadores da igreja, mantendo assim a sobreposição de um grupo sobre o outro, mesmo com a aceitação temporária.

Consideramos a partir da análise da fonte, que o estigma e a estigmatização são frutos da dominação do grupo na igreja em relação às mulheres e aos padres que desejam casamento. A tradição católica e sua construção histórica sobre o celibato interpelam sobre a moral e o corpo do padre, e ao mesmo tempo recai sobre o feminino, as mulheres que por experiências cotidianas de qualquer motivo se relacionem com sacerdotes, e escolhem formar uma família, sendo vítimas do estigma.

Isso pode ser percebido com a chegada do padre Orides, diz Belkiss kudlavicz “[...] tinha algumas teimas, algumas pelo fato que estaria infringindo uma norma dentro da Igreja, isso para algumas pessoas do povo pegava [...]” (Entrevista concedida 06/10/2015). A igreja enviou o padre Orides quando houve troca de bispos para desmembrar a articulação política e religiosa e pôr panos quentes na situação dos casamentos na região e nas lutas das comunidades de base. Tal posição é vista nos conflitos que gerou muita resistência da ala conservadora da igreja “[...] quando houve uma troca de bispos, o bispo que veio realmente quis ir afastando cada um aos poucos, nesse período então o Vanin foi para Goiânia e está lá até hoje, e nós viemos para Três Lagoas-MS, [...] e ficou o René em Andradina-SP” (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, Belkiss destaca que:

[...] o povo fora da Igreja acho que não tem nada a vê, as vezes dentro da Igreja você sentia sim, e gente que as vezes tem tanta coisa errada que você sabe que é um drama, um apego as vezes a tradição, tem gente muito apegada nas tradições da Igreja, não é para casar então não é para casar, nesse sentido dentro da própria Igreja, dentro do ambiente de Igreja pode ter problemas, mais fora, o povo não está nem aí, até porque no mundo aí o que tem é gente casando e descasando [...] (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Pode-se perceber que o apego às tradições impera no cristianismo, fora dela, Belkiss destaca pouca importância dada por aqueles que fazem parte da comunidade

religiosa, mas sem obrigações de um padre. Diz à entrevistada acima que “o povo não está nem aí” devido ao casa e descasa da sociedade. Porém, na sua fala aparece também se a igreja diz que o padre “não é para casa não é para casa”, percebe-se o jogo de poder e dominação que marca a linha limítrofe da liberdade e acarreta na dominação das experiências e nas formas de conduta inferindo em suas práticas sociais, alterando seu convívio social.

Assim, Belkiss ressalta que quando se casou com Mieceslau, não foi em uma celebração na igreja com todo aparato simbólico como ocorre com os mais afortunados aos simples matrimônios, em acordo com a igreja e com caminho aberto para esse tipo de celebração característica do próprio catolicismo, ao invés disso, Belkiss destaca que:

[...] quando eu e o Mie casamos, nós não casamos na Igreja de papel passado porque o Mie não conseguiu dispensa, nós só fizemos uma celebração, lemos uns textos bíblicos, falamos do nosso jeito, reunimos todo mundo que deu para reunir, os amigos mais próximos e fizemos uma celebração e pronto. É porque tem que ter a dispensa do Vaticano para casar de papel passado, senão não pode casar de papel passado, não pode (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Podemos perceber que Belkiss, Bel do PT e outras mulheres casadas com padres, perante a igreja, são concubinas, sendo marginalizada e estigmatizada, sofrendo as discriminações que recaem sobre ela por ser a mulher do padre como analisado por Edlene Silva (2011); (ELIAS; SCOTSON, 2000). Porém se difere em relação ao estado, pois é casada no civil e militante política, além de contribuir tributariamente com o Estado, são mulheres de luta. Dentre as formas analisadas de distinção dessas mulheres impostas brutalmente a essas mulheres de sacerdotes, pode ser visto neste relato de Belkiss, diz que recentemente:

[...] eu nunca me esqueço [...] na comunidade Dom Bosco, [...] a Cida ela queria que eu crismasse a filha dela, aí já estava na véspera da crisma dessa filha dela, o padre na época, o padre Valério chamou a Cida, e falou que queria falar com você, comigo e com a Mayara, eu fui, eu acho que ele queria falar comigo e com o Mie, mais eu não sei se o Mie não estava, eu sei que foi eu a Cida e a Mayara conversar com esse padre nas véspera dessa crisma, porque o povo na comunidade sabia quem que eu era e ficou de nhe nhe nhe, porque vocês não são casados na Igreja e não sei o que, e não pode, aquilo foi me enervando, eu chorei muito de raiva, depois ele chegou a fala para a menina, porque você não adia a tua crisma, deixa para crismar depois, acha que ela vai esperar, dois anos se preparando para crisma, agora o senhor manda a moça adiar a crisma, porque se adiar a crisma nesse ínterim, nesse espaço de tempo eu vou tentar conseguir a dispensa junto com o Vaticano do Mie, eu falei não, o senhor não precisa fazer isso, porque o Mie uma época ele foi atrás disso, depois ele se encheu das hipocrisias, porque é hipocrisia, ele se encheu e não quer levar em frente, e eu não vou levar em frente, eu não vou, ela não vai pode adiar, se acha que isso é conversa de padre, foi aquele bate-boca com esse padre, a Igreja tem umas normas assim, tem umas normas

mais não seguem, não fazem direito, aí a menina pegou e falou assim, o senhor, por um acaso, vocês já perguntaram para todo mundo que vai ser padrinho, vocês pediram certidão de casamento pra todo mundo que vai ser padrinho de crisma, desse jeito ela falou, porque se vocês querem fazer as normas certas, vocês tem que pedir para todo mundo no papel, há mais a gente não vai pedir para os outros, é que no caso dela a gente está sabendo, então a gente não pode autorizar, viemos embora, e tentamos resolver o imbróglio, cheguei e vim bufando [...] (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Ao analisarmos a fonte, nota-se que a entrevistada, recebeu o convite para ser madrinha de crisma da filha de uma amiga, mas foi impedida pelo padre da paróquia Dom Bosco de Três Lagoas, fato que a deixou bastante incomodada perante a decisão tomada pelo padre. Entendendo o simbolismo da questão, Belkiss é perceptível ao notar que o padre gostaria de falar com ela e com seu marido Mieceslau. No desenrolar da fala aparece o estigma e a estigmatização mais claramente quando ela destaca: “[...] porque se adiar a crisma nesse ínterim, nesse espaço de tempo eu vou tentar conseguir a dispensa junto com o Vaticano do Mie [...]” (idem, p. 16). A dispensa frente o Vaticano garantiria o status quo da norma e garantiria a autorização de um grupo sobre o outro, impondo assim as formas elaboradas de distinção social a pessoas que fogem da norma e da normatização institucional e simbólica.

Outro ponto importante da fala de Belkiss é quando ela relata que “[...] a Igreja tem umas normas assim, tem umas normas mais não seguem, não fazem direito [...]” (idem, p. 16). Consideramos que não seguem ou não fazem, não cumprem ou cumprem, devido à ativação da ordem precisar de uma acusação de algo ou alguém para ativar a norma e assim a vigilância, provinda neste caso específico de Belkiss, por meio de uma fofoca. Segundo (ELIAS; SCOTSON, 2000), as fofocas não são fenômenos independentes, isto é, precisam das normas, crenças coletivas, relações e interações entre os indivíduos “[...] o grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas reforçam a coesão existente” (idem, p. 129). Isso ocorre devido à reiteração de valores morais comuns que consolidam a base identitária, cultural e ideológica que permeiam o grupo e o indivíduo em situados e determinados contextos, notado no trecho a seguir, Belkiss pontua que:

eu vim a pé e parei ali naquele bar da esquina, naquela época a gente era da associação de bairro, eu parei ali com a Elisa que também era da associação e conversando eu falei pra ela, to enfezada e contei a história para ela, ela fico preocupada porque a filha dela ia ser crismada no domingo, ela falou ai meu Deus, a minha cunhada vai crisma, a Vânia ela não é casada nem no civil, nem na Igreja, e agora, e agora você não vai fazer nada, fica na sua, só faz o teste drive, pois a mulher foi e crismou a filha dela e nem é casada, tinha

marido mais não era casada no papel, eu pelo menos no civil sou, mais não importa, eles estão fazendo isso porque foi deduração de um membro, de uma pessoa que eu até sei quem é, hoje ela me cumprimenta com nhe nhe nhe, eu sei quem foi a fofoqueirinha na época, por isso que eu falo tem muita falsidade na Igreja (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Nesse sentido, a fofoca de ser mulher casada com um padre, e que este não possuía a carta de dispensa chegou até os ouvidos dos membros da igreja que não tamparam os ouvidos nem fecharam os olhos para a questão, impedindo assim Belkiss e seu esposo de celebrarem a crisma. Por fim Belkiss destaca:

[...] eu fui lá no dia só pra vê, fui lá, participei da missa e tudo, depois fizemos almoço aqui, é hipocrisia isso, isso é hipocrisia, que se tem uma norma, tem que seguir a norma ao pé da letra, todos os padrinho tem que leva se tivesse marido um atestado dizendo que está casado no papel, tem umas coisa, umas normas assim sei lá. Eu acho que a maioria que casa enfrenta muitas barreiras, porque a maioria sempre teve na época, da época que a gente conviveu com este tipo de coisa, tinha assim um tipo de gente que saia mesmo da Igreja, acho que tem normas, tem dogmas, tem coisa que a Igreja criou e que é difícil de mudar, só que atrás disso tem muitas coisas atrapalhada, que fecham os olhos sabe, isso que eu não gosto, a falsidade eu acho ruim, porque se tem mesmo uma norma, é assim e acabo, não pode ser diferente, não pode ser diferente pra ninguém, não pode fecha os olhos pra coisa nenhuma, mais infelizmente não é totalmente (Entrevista concedida dia 06/10/2015).

Como podemos perceber não são todos que cumprem a norma, pois não estão fora da norma, fazem parte da normatização social estabelecida, sendo calcada na sociedade e perpetua até os dias atuais com novas formas para repousarem, influenciando assim experiências e práticas sociais das mulheres dos padres, das mulheres de lutas sociais, política e religiosa, tanto no período militar quanto na sociedade atual. Produzindo grupos privilegiados por determinadas normas e grupos que sofrem com a normatização moral da mesma, isso pode ser visto nas práticas dessas mulheres, sendo por vezes imperceptíveis na própria relação social da estigmatiza enquanto mulher do padre.

2.5 Ciências sociais e os militantes da igreja hoje

Em relação à religião e às ciências sociais no que tange os militantes do IAJES no passado e do MPC na atualidade, alguns autores da sociologia da religião tornam-se imprescindíveis para analisarmos as relações sociais e as experiências em torno do celibato. Vimos trabalhos na ciência histórica que o Concílio de Trento (1545-1563) e os concílios de Latrão (1123; 1139; 1179; 1215), reforçam a vigilância para os

sacerdotes e para os leigos, assim como intensifica as premissas da pureza, da castidade e do celibato, no tocante de reafirmar, formalizar e, portanto, estruturar o sacerdócio católico para conter a conduta dessas práticas.

Aos moldes do sacerdócio Tridentina de igreja, aferem ainda hoje no social para seus padres, as funções sacramentais como papel fundamental desta relação, uma reafirmação às ideias evangélicas e a expansão do protestantismo, apropriando-se do celibato clerical como componente importante ao sacerdócio católico enquanto sacramento e condição diferenciadora do leigo e de outras religiões.

Neste sentido, segundo Ronaldo Vainfas (1992) o celibato contribui na constituição da identidade do padre e na consolidação hierárquica da igreja, colocando o casamento e o sacerdócio em caminhos diferentes, tendo em vista que um exclui o outro nesta lógica religiosa vigente no social. Assim, os sacerdotes enquanto “profissionais da fé” exerceriam funções exclusivas nos sacramentos e nos ritos sagrados. Com o casamento institucionalizado, transformou um rito em sacramento sob base jurídica religiosa, que segundo o autor, a reforma Gregoriana (1073-1085), foi um projeto de construção eclesiástica no Ocidente, que através da estratégia matrimonial consolidou seu ponto de apoio:

E dela constava o reconhecimento e a benção do matrimônio para os leigos e a supressão absoluta do casamento de padres. Era esta uma fórmula de compromisso com a doutrina- particularmente com a moral apostólica e o ideal de castidade- e também um instrumento de poder, na medida em que transferia o matrimônio para a chancela da Igreja. Era esta, ainda, uma fórmula capaz de representar, no plano simbólico, a superioridade do clero no “mundo de Deus” (1992, p. 35).

Esse dinamismo é evidenciado pelo autor como a sacralização do matrimônio e do celibato clerical, trazendo consigo nesse processo a regulação do catolicismo, isto é, a escolha dos cônjuges, a vivência sexual, e conseqüentemente, para aqueles que não possuem tal direito de experiência, desejos silenciados ou não, corpo disciplinado, angústia do rompimento ou permanência das práticas sacerdotais e/ou o abandono da batina. Com a regulação sob o casamento legitimada, os mesmos que outrora eram privados, nas relações do social, passa ter validade jurídica. Nesse sentido:

Aos clérigos, homens do mundo espiritual, deveria caber a castidade e o poder. Aos leigos, homens do mundo profano, caberia o matrimônio e a obediência [...] O triunfo do celibato no século XIII foi, assim, um capítulo essencial na construção do poder da Igreja no Ocidente [...] A sacramentalização do casamento foi a base, portanto, do triunfo político da Igreja, e matéria privilegiada da codificação moral da cristandade (VAINFAS, 1992, p. 35-36).

Tal orientação histórica se faz a partir de critérios de autores que se debruçaram sobre o cristianismo. Nesse sentido, à sociologia da religião, Max Weber (2004a) destaca que fluidamente o sacerdote são aqueles funcionários profissionais de muitas religiões, incluindo a cristã, inclui precisamente a qualificação mágica. Ou denominam-se sacerdotes os funcionários de uma *empresa* permanente, regular e organizada sob a base de tipo puros unívocos⁴² e uma existência de lugares de culto, em combinação com algum aparato material de culto, pode ser considerada característica do sacerdócio.

Como empregados e no interesse interior de seus membros, em oposição aos magos, que exercem uma profissão liberal. Também os sacerdotes católicos nem sempre são empregado, “[...] mas não raro é um pobre vagante que vive das missas que celebra aqui e ali” (WEBER, 2004b, p. 294). Fazem a distinção dos sacerdotes como aqueles capacitados por seus saberes específicos, sua doutrina regulada e sua qualificação profissional, daqueles que atuam em virtude de dons pessoais (carisma) e da prova destes por milagres e revelações pessoais, ou seja, os magos de um lado e do outro os profetas.

Nesse sentido, consideramos característica da doutrina como um fator distintivo do sacerdócio, o desenvolvimento deste “[...] sistema racional de pensamento religioso e, [...] o desenvolvimento de uma “ética” sistematizada e especificamente religiosa – com base numa doutrina coerente, estabelecida de algum modo e apresentada como revelação [...]” (WEBER, 2004b, p. 294).

Nesse sentido, Peter Berger (1985), em sua análise sobre a sociologia da religião, considero uma importante contribuição ao tema, tendo em vista que auxilia entender a relação entre religião e sociedade, nas construções e constituições do homem que vive em sociedade. Entre culturas primitivas e civilizadas encontram-se vestígios e elementos que denotam alguma forma de expressão religiosa e tipos de religiosidades, caracterizando, portanto, sociedades antigas como modernas e como produtoras de experiências religiosas sobre o indivíduo.

⁴² Weber como instrumento metodológico utiliza o construto de tipo ideal. Nas palavras do autor: “Qual é, em face disso, a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, ‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do ‘exemplar’. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico” (WEBER, 2004a, p. 107, grifos do autor). O saber nomológico consiste em conexões regulares entre típicos elementos da realidade concreta.

Assim, Berger (1985, p. 38) destaca que: “A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado”, e por isso a religião pode ser pensada “[...] como projeção humana, baseada em infra-estruturas específicas da história humana” (BERGER, 1985, p. 186). Dialeticamente o autor compreende a sociedade como produto do homem e o homem como produto da sociedade, nessa relação apresenta-se a religião como parte importante da sociedade, dado que a igreja é uma construção dos sujeitos e dos grupos que vivem em sociedade.

Para o autor, esta dialética entrelaça o homem para com a sociedade e com a religião, em que cada ser humano exerce seu papel e ao mesmo tempo estão interligados entre si, contribuindo e legitimando as formas socioculturais da vida produzida no social. Como ocorreu no IAJES em relação aos movimentos sociais que organizava na região do Alto Paraná, envoltos nos casamentos dos padres na cidade de Andradina, e também como ocorreu e ainda ocorre quando interligam entre si os sujeitos do MPC, legitimando-os e os projetando social e culturalmente.

Para entender melhor esse processo postulado por Berger, necessita entender três momentos descritos, que são: a exteriorização, a objetivação e a interiorização. Primeiramente, na exteriorização ocorre uma efusão da realidade, que:

O ser humano é exteriorizante por essência e desde o início. Esse fato antropológico de raiz com muita probabilidade se funda na constituição biológica do homem. O homo sapiens ocupa uma posição peculiar no reino animal. Essa peculiaridade se manifesta na relação do homem com seu próprio corpo e com o mundo. [...] o homem é curiosamente “inacabado” ao nascer (BERGER, 1985, p. 17).

Podemos perceber que o mundo dos homens segundo o autor contém diversas possibilidades, tendo em vista que o homem vive em um mundo amplo em que pode adaptar-se e altera-lo já que é um homem inacabado. Nesse sentido, o autor destaca que o homem necessita de criar um mundo para si. Se aplicarmos o conceito a religião, consideramos que o homem necessita construir uma religião para si, como fizeram e fazem os padres e suas conjugues, sejam eles do IAJES, ou como os padres casados do MPC em todo o país, ou de outra realidade. Sabemos que a experiência religiosa seja um fenômeno universal para estes homens e mulheres que analisamos nesta pesquisa, entretanto, interseccionam características próprias deste aspecto social e religioso, mesmo sendo distintas uma das outras, observo que conduzem aos mesmos sentimentos e retratam os mesmos anseios, revelando a busca pelo sagrado ou pelo oculto.

O segundo ponto deste processo dialético, a objetivação é entendida, segundo o autor:

Embora toda cultura se origine e radique na consciência subjetiva dos seres humanos, uma vez criada não pode ser absorvida à vontade na consciência. Subsiste fora da subjetividade do indivíduo, como um mundo. Em outras palavras, o mundo humanamente produzido atinge o caráter de realidade objetiva (Berger, 1985, p. 22).

Dessa forma, a sociedade segundo o autor é um produto do homem, e por isso se confronta como uma realidade objetiva humanamente produzida. E assim, a sociedade controla e pune a conduta individual, havendo possibilidade de a sociedade destruir o próprio indivíduo, pois adquire um estado ontológico em sua realidade objetiva, subsistindo fora da subjetividade do indivíduo. Cabe ressaltar que o próprio conhecimento sobre a realidade para Berger e Luckmann possui relação dialética com o social, já que a realidade produzida pelo homem contribui na transformação social. Assim também a história de vida dos sujeitos dessa pesquisa e as instituições (IAJES, Igreja Católica, MPC dentre outras) existem uma analogia em que um não se estrutura sem o outro. Assim, as instituições, como por exemplo, a Igreja Católica incorporam-se à experiência do indivíduo, dos padres casados e de suas esposas, “Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao credenciamento interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (2005, p. 103).

Por este prisma a religião mantém o mundo socialmente constituído, sendo que a sociedade é uma “[...] realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva [...] estes aspectos recebem correto reconhecimento se a sociedade for entendida em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização” (idem, p. 173). Dessa forma, os fenômenos sociais, como foi o casamento desses padres no período militar e no contexto da Teologia da Libertação, esses momentos não são pensados como sequencia temporal, inversamente, para entender essa realidade para com a atualidade, consideramos “[...] a sociedade e cada uma de suas partes são simultaneamente caracterizadas por estes três momentos” (2005, p. 173).

O autor destaca ainda que a religião se constitui como instrumento amplo e efetivo da legitimação, pois legitima as instituições sob um status ontológico, colocando-as em referência sagrada e cósmica, tal forma de poder é legitimador e avaliado quando “[...] essa legitimação consista em conceber a ordem institucional como refletindo diretamente ou manifestando a estrutura divina do cosmos, isto é,

conceber a relação entre a sociedade e o cosmos como uma relação entre o microcosmo e o macrocosmo” (Berger, 1985, p. 46). Dessa forma a igreja a partir do seu aparato jurídico, suas leis canônicas como visto, fornece o aporte legitimador por meio da estrutura cósmica, posicionando os sacerdotes em sociedade e religião em uma dialética entre micro e macro relações interligando o social e o religioso.

Considerando que a ordem institucional reflete a estrutura divina, compreende-se que a Teologia da Libertação teve essa atitude ao conceber as experiências entre a sociedade e o cosmo, tendo em vista que foi o período de enfrentamento dos padres que desejavam o fim do celibato. Tal ordem também reflete na concepção do MPC, que se conflita com os anseios dos conservadores da Igreja Católica, e nessa relação contínua, o processo de constituição e legitimação da ordem se modela.

É certo que por meio da religião o indivíduo desenvolveu diversos objetos e mecanismos para sua proteção em relação aos mistérios do mundo da vida e do mundo religioso. Assim, Berger (1985) analisa que a religião é um empreendimento humano e se estabelece com o cosmo sagrado. Para o autor, o distinto do sagrado é o profano, e nessa dialética a religião marca socialmente a vida em duas esferas, assim: “O sagrado é apreendido como algo que salta para fora das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas” (Berger, 1985, p. 39).

O sagrado como fora das rotinas normais são domesticadas enquanto necessidades humanas, observamos que estas formas estão presentes no sacerdócio católico brasileiro e, inversamente, tendo em vista que o profano altera e domestica as práticas conjugais, domesticando o perigo entre a relação sexual entre sacerdotes e leigos, fazendo com que o homem enfrente o sagrado como algo poderoso e distinto dele. Nesse sentido:

Embora o sagrado seja apreendido como distinto do homem, refere-se ao homem, relacionando-se com ele de um modo em que não o fazem os outros fenômenos não humanos. Assim, o cosmos postulado pela religião transcende, e ao mesmo tempo, inclui o homem. O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado (Berger, 1985, p. 39).

A realidade das mulheres e de padres que adquirem matrimônio se faz ao colocarem sua vida em ordem, em que os significados do mundo sagrado ao incluir o

homem transcendem suas relações, dando-lhe significados a “[...] religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano da construção do mundo” (1985, p. 41). Partindo da análise do autor, podemos pensar na questão da sexualidade humana, principalmente no que tange o celibato clerical, intrínseco às construções sociais e a religião que exerce enquanto instituição, função reguladora da moral em distintas sociedades e doutrinas religiosas na atualidade.

Consideramos que os casamentos de padres ontem e hoje se encontram divididos entre as ações de suas experiências que estão sujeitas – dadas as devidas proporções – as restrições institucionais e de ordem moral. Vimos que tal ordem moral pode servir tanto como empreendimento humano, rompendo e criando novas formas de cultivar e viver a experiência do religioso devido as fortes relações entre sagrado e profano, e ao mesmo tempo, inversamente, permanecer sobre as formas de conduta que buscam modelar o homem e inferir as práticas celibatárias.

Sobre tais aspectos, cabe mencionar Alphonse Dupront (1976), em sua análise antropológica da religião, destaca que o homem na antropologia religiosa é estabelecido na religião como indivíduo em busca do Deus supremo, poderoso, isto é, a divindade ativa. Mircea Eliade (2001), em seus estudos fenomenológico e histórico da religião, observa que a religião satura o homem de valores religiosos. Desse modo, o balanço dos nossos conhecimentos nesse campo por meio dos autores, foram importantes para uma compreensão e desenvolvimento desta pesquisa, em autores da sociologia, antropologia e história, auxiliaram para compreender a problemática religiosa entorno do celibato clerical a partir das experiências dos padres casados do IAJES e do MPC.

CAPÍTULO III

EXPERIÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DO CELIBATO: O SUJEITO, A MORAL E O PAPA FRANCISCO

3.1 Celibato clerical: da reforma ao concílio

A Igreja Cristã Ocidental, durante a Alta Idade Média entre os séculos V-VIII, se fazia presente por meio de episcopados e mosteiros e a unidade era garantida pelas redes de comunicações entre as dioceses. O reconhecimento romano era, sobretudo, teórico, isto é, o papado ainda não se constituía como centro diretor do grupo eclesial, tendo em vista que as comunidades cristãs organizavam-se regionalmente. Talvez por isso fosse alvo da influência da aristocracia laica e dos poderes seculares.

A partir do século IX, face às transformações no Ocidente, surgiram iniciativas desenvolvidas por diversos setores da sociedade medieval, como os poderes seculares, as comunidades monásticas e os grupos de leigos, visando à reforma da igreja. Tais propostas de reorganização eclesial pautavam-se em diferentes eclesiologias e teorias políticas. De todos os esforços de reforma eclesial surgidos na Europa medieval, o que interessa especialmente neste tópico é a constituição das práticas e representações em torno da problemática do celibato clerical, num entre meio a reforma e os concílios.

A entrevistada Belkiss destacou anteriormente que a igreja têm “[...] um apego às vezes a tradição, tem gente muito apegada nas tradições da Igreja, não é para casar então não é para casar” (Entrevista concedida 06/10/2015). A historiografia postula este fenômeno da tradição sobre o casamento decorrente no contexto das Reformas oriundas do século X a XIII. Desta forma, segundo Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Marcelo Pereira Lima (2002) é fundamental assinalar que a partir da iniciativa secular e monástica de reforma eclesial, tornou-se independente e resultou na gestação da Igreja Católica Romana, que reuniu, sob a direção da Cúria Papal, todas as dioceses ocidentais. O ponto principal desta reforma afere a norma e a moralização do clero na hierarquização clerical da sociedade, na constituição de corpos dóceis e assujeitados por um lado, e práticas de libertação e resistência por meio de experiências sociais e religiosas de outro, principalmente a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Ou seja, o celibato clerical consiste em entender o sujeito histórico na relação passado

presente enquanto permanência normativa da norma celibatária e da moralização negativa da mulher do padre em sociedade.

É, no entanto, uma meticulosidade maior em relação às proposições bem estabelecidas, como por exemplo, culto aos ancestrais e a autoridade aos mais velhos, bem como os ritos de iniciação são meios de estabelecer a identidade sexual e a posição de adulto. Dessa forma, grupos rituais refletem oposições políticas ou de que os mitos fornecem os quadros das instituições sociais e as racionalizações dos privilégios sociais (GEERTZ, 1989).

Segundo Maria Rita Lino Garnel (2000), a polêmica em torno do celibato clerical em Portugal, confrontando com o período oitocentista no Brasil, procura evidenciar as fases do anticlericalismo. Assim, Garnel, defende que este foi um dos períodos de maior contestação à Igreja, e um dos momentos que as discussões acerca do celibato acentuaram-se. O celibato entende-se, segundo a autora, como a renúncia a uma realidade vital para a pessoa humana, surgindo particularmente para combater o pecado e afirmar a transcendência de Deus.

A autora destaca ainda, que a herança deixada pela bíblia, ao fazer recair a culpa do pecado original sobre Eva, ou seja, o pecado da mulher afastara o homem da realidade transcendental de uma vida paradisíaca na Cidade de Deus. A degradação da mulher, fruto do pecado de Eva conduziu a depreciação da vida sexual, e os critérios da pureza e da impureza, herdadas das culturas arcaicas, que fomentavam uma visão de corpo muito negativa, pois a vida sexual não existe no Reino de Deus.

Assim, o artigo “O Amor no Casamento⁴³”, de Philippe Ariès, o autor destaca que a fecundidade da esposa e da mãe, e a dignidade da dona-de-casa são características constantes até o século XVIII, opuseram o amor dentro do casamento e o amor fora do casamento. Essas características variam no decorrer do tempo, mas dentro de estreitos limites, seja nos fatos, nas ideias ou no imaginário social. O autor observa ainda, que a ideologia moral expressa nos primeiros séculos da nossa era, antes da expansão do cristianismo, favorecia a procriação, o desenvolvimento da espécie como finalidade e justificação do casamento – por oposição, sem dúvida, à união livre, frequentemente praticada e não separada totalmente do casamento. Os cristãos se apropriaram de um

⁴³ Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/55446829/Philippe-Aries-Casamento-e-Familia> Data de acesso: 10/08/2016.

suposto problema moral não mais como um costume, mas como a regra de um código moral. E o cristianismo herdou esse código.

Assim, o casamento se situava na interseção de um vasto domínio público e de um pequenino espaço secreto, mas secreto do que privado. O privado é um lugar fechado, retirado do mundo exterior, mas conhecido e localizado, acessível sob certas condições. O secreto é escondido como se não existisse, exceto para os poucos iniciados, é protegido pelo silêncio religioso que o cerca e que compromete os iniciados; sua revelação o destrói, ele é mais do que apenas o não-dito, o inefável (ARIÈS, p. 07).

Ao mesmo tempo em que o celibato clerical era imposto na hierarquia, à igreja moldava e impunha o casamento como controle social. Philippe Ariès em “*O Casamento Indissolúvel*⁴⁴”, demonstra alguns aspectos em torno do casamento, pontuando que: “No decorrer dos séculos XI e XII, a Igreja foi levada a intervir cada vez mais diretamente nos casamentos, a fim de controlá-los e aproximá-los do modelo sacramental que estava definindo e fixando” (p. 07). O incesto talvez tenha sido a princípio uma forma indireta de controlar o casamento. Abrindo, assim, margem para a contestação da nobreza, pois os casamentos, nesse contexto visavam não somente a fecundidade, mas também alianças políticas. Portanto, podemos pressupor ainda, que havia diferentes realidades envolvendo o casamento, casamentos de ricos e poderosos e os casamentos dos pobres ou o concubinato. Tendo em vista que, havia mais casamento entre os ricos e poderosos, e o concubinato entre a imensa massa pobre.

Outro fator é o casamento no campo e na cidade, segundo Philippe Ariès, a primeira razão é provavelmente às condições socioeconômicas que no campo exercessem e talvez exercem ainda, uma pressão em favor da indissolubilidade, e que na *urbe* ou na cidade, assim como em Roma, as pressões feitas fossem praticadas em sentido contrário, em direção ao repúdio, sem que os contemporâneos tivessem consciência de uma diferença cultural, econômica e política arraigada naquele contexto, em relação ao casamento. Nesse sentido, Philippe Ariès pontua ainda que: “A segunda razão é a mais difundida em nossos dias: foi a Igreja que impôs seu modelo de casamento, bem como suas concepções da sexualidade, a uma sociedade que podia ser recalcitrante e que, em todo caso, não dispunha de iniciativa, e suportava” (p. 10).

O autor destaca ainda, uma terceira interpretação. Oposta a segunda mais não a primeira. Enfatizando que: “A coerção não foi imposta a partir do exterior, por uma potência estranha como a Igreja, mas foi aceita e mantida pelas próprias comunidades.

⁴⁴ Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/55446829/Philippe-Aries-Casamento-e-Familia> Data de acesso: 10/08/2016.

Se houve passagem do repúdio à indissolubilidade, foi uma passagem desejada, se não totalmente consciente” (p. 11).

Assim, podemos pressupor que a própria igreja não conseguia controlar totalmente as ordenações sobre o casamento, o concubinato e do celibato clerical, segundo Philippe Ariès: “[...] o casamento indissolúvel é uma criação espontânea das coletividades rurais, escolhida por elas, independentemente de pressões externas, mas que coincidiu com o modelo eclesiástico e foi confortada por esse encontro, talvez aleatório” (p. 15-16). Consideramos:

Se a Igreja tivesse sido obrigada a combater uma resistência tão teimosa com o mesmo sucesso, parece-me que o combate teria deixado alguns traços. Realmente temos uma idéia do combate travado pela Igreja para impor o respeito aos impedimentos de consangüinidade, ou para impor aos padres seculares, aos serventuários (ARIÈS, p. 09).

Se os séculos XI e XII foram determinantes para a Igreja Católica Apostólica Romana, devido à organização da Teologia e do Direito Canônico. Junta-se a isso, a Reforma Gregoriana, a hierarquia eclesiástica foi objeto de uma formulação, com o controle centralizado no papa. Ocorre também, o nascimento de novas ordens monásticas e o eremitismo. E nesse contexto, duas práticas da igreja interseccionam interessam à pesquisa: o *nicolaísmo*; e a *simonia*.

Segundo Jônatas Batista Neto (1989), no século XI o direito Canônico era claro em sua proibição ao casamento dos padres. Porém, não era totalmente cumprido, principalmente pelo baixo-clero, cuja disciplina não era a desejada. Muitos padres paroquianos no meio rural tinham esposas ou companheiras. Isso muitas vezes levou os padres negligenciarem as suas obrigações religiosas, e a se envolver em escândalos. O casamento ou o concubinato dos padres (o *nicolaísmo*) levava os padres a favorecer seus filhos, na passagem de terras da igreja ou cargos de sua hierarquia, como se fosse hereditário, evidenciando a preocupação dos clérigos com a propriedade.

A *simonia*, era a compra e a venda desses cargos eclesiásticos, pois o clero da igreja era formado pela nobreza ou pela pequena nobreza, que pagavam para príncipes leigos com influência para subir de cargo, vendo assim seus cargos sendo preenchidos por homens indisciplinados e políticos. A simonia era um forte problema da igreja naquela época, e com a organização da reforma, a igreja tinha que eliminar ou diminuir a interferência laica na sua hierarquia (NETO, 1989).

O conflito entre paróquias e igrejas no século XI, se fazia constantemente, pois não havia ainda Cortes eclesiais, e por isso o casamento dos padres não constituía um

comprimento amplo por parte de seus membros. Porém, quando o processo de centralização da igreja avança, o papa assume como monarca e a Reforma Gregoriana progride. As coleções de Direito Canônico se difundem paralelamente com o objetivo de governar as relações entre membros da igreja e o mundo secular (os leigos), bem como entre estas. A influência do Direito Romano ajudou o papa a organizar institucionalmente um sistema para servir a Cristandade e a igreja. Assim, a organizou como uma sociedade teocrática.

Segundo Jônatas Batista Neto (1989), Pedro (o Lombardo), e Graciano foram os sistematizadores da Teologia e do Direito Canônico. Pedro, o Lombardo, escreveu “*Summa Sententiarum* (1148-1150)”, com assuntos de natureza teológica, como, por exemplo, a Trindade, a Criação, a Encarnação, as virtudes, os sacramentos e o pecado. O autor pontua ainda, que foi Lombardo que definiu o sistema sacramental, estabelecendo sete sacramentos: a missa; o batismo; a confirmação; a extrema-unção; a penitência; a ordenação; e o casamento.

[...] O casamento foi o último sacramento a ser reconhecido, e isso em virtude da tradição ascética do Cristianismo que via no celibato uma condição superior. Só no século XIII é que a Igreja conseguiu impor à sociedade cristã o seu modelo de casamento monogâmico e indissolúvel que deveria durar até nosso tempo. Historiadores contemporâneos, como Philippe Ariès, pensam que as comunidades camponesas aceitaram mais facilmente esse tipo de instituição, enquanto a aristocracia leiga, para a qual as alianças matrimoniais tinham um forte caráter político, quis conservar para o homem o direito de repudiar a mulher e contrair novas núpcias. Outro sacramento que merece a nossa atenção é o da penitência, por que também corresponde a uma evolução social significativa. A partir do século XI a Igreja passa e recomendar confissões frequentes, para qualquer tipo de pecado. Dessa forma, crescem sua influência sobre os espíritos e, conseqüentemente, sua ascendência sobre a sociedade. A Igreja geralmente recomendava jejuns aos pecadores, os quais se libertavam de suas culpas abstendo-se de carne. Outras formas para a penitência eram doações para mosteiros, para a construção de uma nova catedral ou para o financiamento das Cruzadas [...] (NETO, 1989, p. 55).

Segundo Edlene Oliveira Silva (2008), no Concílio de Latrão de 1123 foi institucionalizado o casamento religioso para os leigos e do celibato clerical para o clero latino como obrigatoriedade, se confirmando no IV Concílio de Latrão em 1215, como destacado anteriormente. No Concílio de 1215, a Igreja reduziu ainda, do sétimo para o quarto grau de consanguinidade que tornava o casamento passível de anulação. No início do século XIII, a Igreja já havia organizado, em Roma, uma sofisticada administração central, para influir na Cristandade como um todo, e para controlar o recebimento de suas rendas. A influência papal se difundia no envio de legados a todas

as partes da Europa, uns para guiar as cruzadas, e outros para dar apoio espiritual a governantes. Para administrar todos esses recursos, surge a *Camara*, a seção financeira do sistema Canônico. Dispondo de alguns funcionários, como camaristas, tesoureiros e assistentes, todos clérigos. As somas reunidas por toda a Europa eram transferidas pelos Templários. A organização de uma administração central da igreja romana influenciou toda a Europa, contribuindo, assim, para organização das monarquias feudais, segundo Jônatas Batista Neto (1989).

No curso da história, o Concílio de Trento (1545-1563), representava e talvez ainda represente o ideal da ortodoxia eclesiástica. Dessa forma, o celibato se fortaleceu, bem como o modelo de sacerdócio santificado, que no concílio tridentino ganha força, avançando ainda mais no contexto da Contra-Reforma. O Concílio tridentino, formalizaram as funções sacerdotais, ratificando a importância da obediência e da ordenação à hierarquia clerical, com intuito de estreitar ainda mais as relações entre clérigos e leigos. No texto tridentino se destaca o caráter privativo dos sacerdotes ordenados, que eram voltados para o sacramento e para os ritos sagrados (NETO, 1989).

Convém ressaltar, que a Igreja Católica contemporânea, ainda mantém os preceitos e as Ordenações tridentina. Porém, ocorreram mudanças efetuadas em seu interior e exterior, no Concílio Vaticano II (1962-1965), que alterou questões litúrgicas, mas manteve o celibato clerical, foi um desses momentos de transformação. Isso caracteriza o poder simbólico sob o prisma de purificação (NETO, 1989). Segundo Pierre Bourdieu (1989), se há uma relação oposta entre poder religioso e poder político, mas ao mesmo tempo essa relação se justaposta como destacamos anteriormente. O Campo mostrou que é no contexto de uma Igreja libertadora, embasada na Teologia da Libertação, é possível verificar as disputas dentro do campo religioso com as estruturas dominantes dentro e fora da igreja, como se pode observar em relação ao casamento dos padres na cidade de Andradina. A partir de suas experiências, estes padres indagaram o ministério, mais ainda deseja – dadas as devidas proporções – um retorno ao sacerdócio, segundo a entrevista com o padre Mieceslau:

[...] uma das razões de ter largado o sacerdócio foi essa, porque se você casasse você não podia ficar dentro do ministério mais, mais eu sempre falei se fosse permitido o casamento dentro da Igreja eu continuaria, eu continuaria como padre até hoje, eu não tinha largado, mais a gente tem que tomar uma opção, se tivesse casado não podia ficar mais exercendo o ministério, essa era uma questão, era a principal, a outra é que de certa forma na época estava muito difícil você trabalhar na pastoral que é mais comprometida e estar ligado a Igreja hierárquica, tinha muita tensão, muito conflito, muitos (Entrevista concedida 06/10/2015).

Como destacado, estar ligado a hierarquia da igreja aponta tensão e conflito, tendo em vista as normas e moralização em torno do celibato como vimos, na estreita relação entre clérigos e seculares. A fissura tende a libertação e ao mesmo tempo fere a vocação ao longo da história, o trabalho pastoral e os mecanismos da ação da base do catolicismo na atualidade, elucidando a conflito social na esfera do celibato é um fato presente ainda na vida desses sujeitos que compartilham tal experiência, um marcador social e institucional em relação ao padre casado, isto é, tais elementos disputam o domínio da conduta por meio da própria conduta.

3.2 A conduta religiosa sob o matrimônio

Tentando transparecer a inquietação, partimos em nossa compreensão de que o “[...] sagrado não é só de ordem psicológica (na medida em que atrai ou causa repulsa), mas também a ordem dos valores; o sagrado é, ao mesmo tempo, sagrado e profano” (ELIADE, 1949, p. 14-15). Desta maneira, acreditamos que o casamento não escapa a uma ação de dever com o próximo e está carregado do sentimento de honra, devotamento e de dever, que dão ao casamento a dimensão desse aspecto moral.

Pensar o casamento como forma de conduta por meio do processo de racionalização se faz necessário, segundo Weber (1979), a sexualidade e o erotismo escapam, a qualquer estratégia de racionalização, são irreconciliavelmente opostos a toda forma de orientação religiosa voltada para uma ética da convicção e, quase como experiências místicas, “[...] fugiam das frias mãos esqueléticas dos sistemas racionais, bem como da banal rotina cotidiana” (p. 58).

A irreconciliabilidade das formas de conduta erótico-estéticas com as realidades do nosso mundo moderno constituía para Weber um estado de tensão insuperável, que é necessário ser reconhecido como fato fundamental da existência humana. Consideramos que essa tensão entre sexualidade e religião se fez presente na região do Alto Paraná, especificamente na cidade de Andradina, com o casamento dos Padres René Parren; Pe. Mieceslau Kudlavicz; Pe. Giancarlo Oliveri e; Pe. José Vanin na década de 1970 com suas esposas Maria Lúcia Espicaski Parren; Belkiss Maria Maciel Kudlavicz; Maria Isabel Prates Oliveri; Ana Paula Vanin respectivamente. E na atualidade se estende aos membros do movimento de padres casados no Brasil (MPC).

A Igreja Católica postula sua ética de salvação em relação ao amor sexual, uma vez que existe – há muito – uma tensão entre sexo e religião. Weber (1979), explica que as relações sexuais dos padres eram presentes e aceitáveis na Igreja Católica desde o princípio, podendo ser consideradas íntimas em seu interior devido à frequência dessas relações no orgiasticismo mágico, a prostituição sagrada, no qual todo êxtase era considerado sagrado, nesse sentido nada é postulado sobre seu teor como promiscuidade. A transição da prostituição para o matrimônio legalmente constituído apresenta formas intermediárias; Nas palavras do autor:

Concepções do matrimônio como uma disposição econômica para garantir a segurança da esposa e a herança legal para os filhos; como uma instituição importante (devido aos sacrifícios mortais dos descendentes) na vida no além; e tão importantes para a procriação – essas concepções do casamento são pré-proféticas e universais. Nada têm, portanto, com o ascetismo em si. E a vida sexual, *per se*, teve seus fantasmas e seus deuses como qualquer outra função (WEBER, 1979, p. 393).

Como a visão econômica e institucional sobre o matrimônio, como evidenciado acima, é universal e profética, se faz necessário entender que o ponto de partida são as vivências e as representações subjetivas dos sujeitos, ou seja, o “sentido” dado à ação pelos sujeitos (Weber, 2001, p. 245). O “sentido”, presente desde as primeiras manifestações da religião e da magia, é o elemento religioso que ainda se encontra entranhado nos outros aspectos da vida cotidiana. No que se referem à ruptura do celibato clerical, pelos padres da Igreja Nossa Senhora das Graças, nos parece presente esse estranhamento, ou seja, os próprios fantasmas na vida dos clérigos da igreja em relação à vida sexual, ao amor sexual, levando a ruptura da ordenação.

Cabe destacar que no senso comum, o ascetismo religioso, os ascetas religiosos, deveria viver uma vida com austeridade dos prazeres mundanos, com o intuito de atingir o máximo domínio e elevação espiritual. Os prazeres carnavais, que são tão naturais aos seres humanos, seriam considerados pecaminosos e deveriam ser renunciados.

Estes elementos foram incorporados na constituição das normas institucionalizadas posteriormente pela igreja, negando assim o direito de escolha aos padres. Já o ascetismo laico é um conjunto de representantes religiosos propostos por Max Weber; No conceito do ascetismo mundano, Weber (1979) destaca em síntese, uma concepção de comportamento social em que os seguidores das doutrinas religiosas se dedicavam à aplicação profissional, sem se importar com os prazeres que o acúmulo de riquezas poderia trazer. O autor pontua, que as definições de ascetismo

intramundano, incidem na aceitação de uma religiosidade racional, com práticas seculares dentre outras e; O extramundano propõe uma ideia de que as “coisas de Deus” são paralelas e distintas às “coisas do mundo”.

Nesse sentido, interpretar as regras do celibato é interpretar as regras de extramundana, colocando-as no contexto mais vasto de toda a gama de perigos possíveis num dado universo; Universo este católico, construído de maneira distinta no passado por meio de seus concílios, e que teve em sua elaboração, como destacamos no século XI o direito Canônico definido de forma clara quanto à proibição ao casamento dos padres. Porém, esta proibição não era totalmente cumprida como dito e, observo com a pesquisa que ainda não é.

Ainda hoje, se mantém a proibição de padres constituírem matrimônio, porém, alguns padres – como os padres do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) no passado e os inseridos no MPC como militância política e religiosa, atualmente – se desencantou com a religião Católica, acabando por romper o celibato clerical e, automaticamente, com este “mundo das coisas de deus”.

Dessa forma, segundo Weber:

Tudo se passa, portanto, exatamente como se passava no mundo antigo, que se encontrava sob o encanto dos deuses e demônios, mas assume sentido diverso. [...] A religião tornou-se, em nosso tempo, “rotina quotidiana”. Os deuses antigos abandonam suas tumbas e, sob a forma de poderes impessoais, porque desencantados, esforçam-se por ganhar poder sobre nossas vidas, reiniciando suas lutas eternas (WEBER, 2001, p. 42).

Esses poderes impessoais, como é a tácita celibatária no catolicismo, é a meu ver, o desencantamento de mundo destacado por Weber, que surgiu a partir da racionalização em que foi retirada do ser humano toda a credence de aceitar a existência de deuses e demônios como seres vivos no meio social, o que gera uma diferente forma de aceitar as coisas na vida prática, levando os indivíduos a romperem com as imposições religiosas, dando vazão aos desejos sexuais dos clérigos na atualidade.

A reflexão da Teologia da Libertação na América Latina transplantou sementes em relação ao fim das credences dos religiosos em relação ao interior da igreja, principalmente no que se refere à excomunhão dos iniciados na secreta esfera erótica. O homem, o padre, o sacerdote, através do seu processo de desenvolvimento pessoal e de sua capacidade intelectual na reflexão do social, do político e do econômico, provavelmente tenha refletido também sobre si, e, se destacando por ser um ser dotado de razão, encara a realidade mundana inserindo a reflexão racional e enfraquecendo o

encantamento que dominava, fazendo a ruptura com a estrutura da igreja e se libertando, do outro lado, não há libertação, pois existem os demônios do mundo, tendo em vista o poder simbólico e a dominação em forma de carapaça que encobre o tema e os textos religiosos, ainda permanecem em voga.

Os “demônios” estão presentes na tensão entre sexo e religião, desde quando se destacaram, de acordo com Weber (1979), com o culto temporário dos sacerdotes, e assim, a sexualidade foi facilmente dominada pelos “demônios”. Dessa forma, as ordens de vida foram regulamentadas, as relações sexuais e todos os frenesim irracionais em favor do matrimônio foram instituídos. Weber destaca ainda, que no lado da sexualidade, a tensão levou da sublimação ao erotismo, e assim a uma esfera cultivada consciente e não-rotinizada, no sentido de ser estranho às convenções, convenções essas que foram regulamentadas, disfarçando as bases naturais e ulterior da sexualidade (Weber, 1979).

Nesse sentido, o erotismo consistiu precisamente, segundo Weber (1979) num afastamento gradual do naturalismo ingênuo do sexo, ou seja, do sexo enquanto procriação, a razão disso seria a racionalização e a intelectualização da cultura Ocidental. O Ser, o homem, o padre – dadas as devidas proporções – está alienado, talvez ainda hoje, no ciclo da vida camponesa, ou seja, foi clivado através do estrangulamento do valor da vida sexual, e de seu sacerdócio, um detrimento a iniciação do erotismo, por algo dado, como é o caso do matrimônio, e automaticamente, do celibato clerical da Igreja Católica. Ou seja, o gozo consciente que pontua Weber, parecia, portanto, a essência mais irracional e real da vida, nos sentimentos incontidos, que a igreja regulamenta a “*ansiedade mortal do amor sexual*” (p. 395) dos seus clérigos.

A conotação do valor da sensação erótica se desenvolveu condicionada às noções feudais de honra, desta forma, o erotismo recebeu uma conotação de valor, quando a fusão de vassalagem e das relações eróticas se deu. A partir disso ocorreu uma combinação da mesma, com a religiosidade cripto-erótica, ou diretamente com o ascetismo durante a Idade Média com intuito de evitar os deveres casuístas (WEBER, 1979). A ênfase de valor na esfera erótica se intensifica, quando esta se colide com o traço ascético do homem especialista vocacional, ou seja, sob a tensão entre esfera erótica e a vida cotidiana sacerdotal, que havia sido afastada das coisas cotidianas,

necessária para que os sacerdotes se emancipassem da fonte natural da origem da vida, o sexo, que tinha existência na vida do camponês.

A rejeição inevitável, a relação do espírito sobre o corpo encontra seu clímax e a vida sexual adquire o caráter de ligação necessária com a animalidade. Essa sensação reinterpreta e glorifica para a igreja toda a animalidade inerente à relação sexual como caráter terreno sendo talvez um sentimento baixo e/ ou menor, ao passo que a religião salvadora adquire o caráter de uma religião de amor, fraternidade e amor pelo próximo como um caráter sublime e/ ou elevado. Porém, esse caráter salvador não vale para situações em que os membros de seu clero sintam amor, diga se de passagem: fraternal e sexual, por outro indivíduo. Nesse sentido, a relação erótica parece oferecer o auge insuperável da realização do desejo de amor na fusão direta das almas entre si, ato que a igreja condena (WEBER, 1979).

Tais elementos são destinados aos seculares, porém, também são clivados ao mesmo tempo e com efeito aos clérigos, sob a luz anêmica da esfera irreal. O conteúdo de valor da própria relação tem fundamento na possibilidade de uma comunhão completa, e assim há o desaparecimento do “tu”. Ou seja, o desaparecimento da informalidade entre as partes, considerada como um sacramento: o amante se vê preso à essência da vida por completo que é inacessível a qualquer empresa racional, como percebemos ser a Igreja Católica. Isso ocorre não somente devido à necessidade da experiência do amante, mas também à imediação da realidade possuída. Desta forma, sabendo que a vida está nele, o amante se coloca em oposição à experiência sem objetivo do místico, como se enfrentasse a luz mortífera da esfera do irreal (WEBER, 1979).

Assim, para nosso colaborador da pesquisa, o padre Mieceslau Kudlavicz, legitima as observações teóricas que estou tecendo – dadas as devidas proporções – ao postular que:

[...] tem essa questão do sexo, como eu falei é uma questão pecaminosa muitas vezes, sexo só em determinada circunstancia e muito bem definidas, então essa é uma questão, a outra questão é [...] que a gente as vezes levanta que teria a vê com a questão de heranças, questão da riqueza material e tal, porque se o padre não se casa [...] não tendo herdeiros, o dinheiro fica mais, não vai usar tanto o dinheiro da Igreja para manter sua família, só você mesmo não é, essa é uma questão, tem a vê com a questão de dinheiro, a outra questão que a Igreja fala é que quem casa não tem muito tempo para o serviço da Igreja, fica muito preso com a família e tal, mais se você pega os irmão aqui da Igreja protestantes, luteranos, metodistas, presbiterianos, muitos são casados e desenvolvem os ministérios com um tipo de organização que funciona perfeitamente, mais eu acho que tem a vê muito

com essa questão do dinheiro, essa questão também um tanto sexual, da relação sexual, como se fosse uma coisa não muito santa. A argumentação maior é que é para ser livre para o serviço, que a família não impeça, tem uma liberdade maior para desenvolver o ministério, mais eu acredito que não seja isso, que do ponto de vista bíblico, ideológico não tem nada contra que um casado possa exercer um ministério, não tem nada na bíblia que proíba isso, é uma criação da Igreja na época da Idade Média, a gente cisma que tem a vê com essa questão da nobreza, da riqueza, igreja é cheia disso (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, emana à ética religiosa, a relação erótica deve manter-se ligada, de forma requintada, à brutalidade, quanto mais sublimada for a sexualidade, tanto mais brutal será. Tendo em vista que a coação existe por que não é percebida por muitos participantes. Como é o caso de muitos padres no Brasil: pretendendo ser uma dedicação extremamente humana, constitui o gozo sofisticado de si mesmo no outro, numa destinação para com o outro, e com isso legitima a relação (WEBER, 1979). Porém, esse destino é o incêndio fortuito da paixão que a idiossincrasia frente às variações de perspectivas à religião da salvação a toda servidão a Deus. Sendo assim, a euforia do amante feliz é considerada boa, tendo a necessidade cordial de poetizar todo o mundo com características felizes ou entusiasmo ingênuo para a propagação da felicidade. Porém, com os membros da igreja, encontra sempre zombaria fria sob a ética radical religiosa, na questão das heranças e da riqueza material em meio à relação sexual.

Aos olhos da ética religiosa, o erotismo é o polo oposto de toda a fraternidade orientada pelo catolicismo, pois esta deve, necessariamente, ser exclusiva em sua essência interior, deve ser subjetivo no mais alto grau imaginável e deve ser incomunicável. Dessa forma, parece a sexualidade à religião da fraternidade algo indigno, uma vez que foge do autocontrole e da orientação no sentido da racionalidade e sabedoria das normas desejadas por Deus ou da posse mística da santidade. Já para o erotismo, a paixão autêntica, *per se*, constitui o tipo de beleza, e sua rejeição é blasfêmia (WEBER, 1979).

Dessa forma, a aceitação do ato do matrimônio, segundo o autor, da *copula carnalis*, como sacramento da Igreja Católica, seria uma concessão a esse sentimento aos seus fiéis, mas não aos membros da igreja, este fato se configura como a problemática. O erotismo entra numa relação inconsciente e instável de substituição ou fusão com o misticismo exterior e extraordinário e o ascetismo é voltado para o mundo interior e racional (ascetismo vocacional), só podendo aceitar o matrimônio racionalmente regulamentado. Esse tipo de matrimônio é aceito como uma das

ordenações divinas dadas aos homens, como uma criatura amaldiçoada em virtude de sua ‘concupiscência’, ou seja, o anelo de prazeres sexuais.

Assim, dentro dessa ordem divina, é dado ao homem, exceto ao padre, o direito de viver de acordo com as finalidades racionais que a igreja impõe e somente de acordo com elas, os homens podem procriar e educar seus filhos, e assim estimular-se ao estado de graça. Dessa forma, o ascetismo racional interior deve negar e/ ou rejeitar a sofisticação do sexo transformado em erotismo, dado que o ascetismo racional voltado para o mundo exterior (ascetismo ativo do monge) também rejeita os elementos apaixonados, como o padre (porém, o padre não tem escolha), e com eles toda a sexualidade, que é vista como um poder diabólico que põe em risco a salvação. Do ponto de vista interior, nas palavras do autor:

De um ponto de vista exclusivamente interior, somente a ligação do matrimônio com o pensamento da responsabilidade ética de um pelo outro – daí uma categoria heterogênea à esfera exclusivamente erótica – pode encerrar o sentimento de alguma coisa única e suprema poderia estar encerrada no matrimônio; que ele poderia ser a transformação do sentimento de um amor consciente de responsabilidade, através de todas as nuances do processo vital orgânico, “até o pianíssimo da velhice”, e uma garantia mútua e uma dúvida mútua (no sentido de Goethe). Raramente a vida oferece um valor em forma pura. Aquele a quem é dado, pode falar da graça e fortuna do destino – e não do seu próprio “mérito” (WEBER, 1979, p. 400).

Entretanto, o amor consciente é clivado ao sacerdócio, no aspecto sociológico a distinção nasce entre o secular, o sacerdote e a magia. Dessa forma, Weber (2004) destaca que fluidamente os sacerdotes são aqueles funcionários profissionais de muitas religiões, incluindo a cristã, e inclui precisamente a qualificação mágica; Ou denominam-se sacerdotes, os funcionários de uma *empresa* permanente, regular e organizada sob uma base de tipos puros unívocos⁴⁵ com uma existência de lugares de culto, em combinação com algum aparato material de culto, tudo isso pode ser considerado característica do sacerdócio.

Os padres como empregados ou funcionários desta igreja e no interesse interior de seus membros, opondo os sacerdotes aos magos, que exercem uma profissão liberal. Ou fazem a distinção dos sacerdotes como aqueles capacitados por seu saber específico,

⁴⁵ Weber como instrumento metodológico utiliza o construto de tipo ideal. Nas palavras do autor: “Qual é, em face disso, a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, ‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do ‘exemplar’. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico” (WEBER, 2004, p. 107, grifos do autor). O saber nomológico consiste em conexões regulares entre típicos elementos da realidade concreta.

sua doutrina regulada e sua qualificação profissional, daqueles que atuam em virtude de dons pessoais (carisma) e da prova destes por milagres e revelação pessoal, ou seja, os magos de um lado e do outro os profetas.

Nesse sentido, considera-se característica da doutrina como um fator distintivo do sacerdócio. Entretanto, na irracionalidade de suas normas impostas que recaem sobre os indivíduos, o *tabu* se mostra em geral tanto para o padre casado quanto para a mulher do padre, e coloca a religião a serviço de interesses extra-religiosos, evidenciando assim que “[...] a ação religiosa obedece a uma legalidade própria extremamente persistente” (idem, p. 294).

3.3 Tabu: construção da pureza e impureza

Cabe nos aprofundarmos sobre o conceito de *tabu*, analisando até que ponto o celibato clerical e a proibição da esfera erótica, na Igreja Católica podem ser considerados *tabus*, mitos fundadores que se rearranjam no jogo das verdades. Convêm ressaltar que as normas com caráter de *tabu* foram definidas principalmente em vista das opiniões de importantes círculos sociais, de certos espíritos que habitam determinados objetos. Nas palavras de Weber:

A racionalização do tabu leva eventualmente a um sistema de normas segundo os quais, de uma vez por todas, certas ações são verdadeiros sacrilégios que reclamam alguma expiação – em certas circunstâncias, a morte daqueles que o comeu – para que o malefício não atinja o povo todo, e assim nasce um sistema de ética garantida na base do tabu: a proibição de determinados alimentos, do trabalho em “dias aziagos”, designados pelo tabu (tal como o era, originalmente, o sabá), ou do matrimônio dentro de determinado círculos de pessoas, especialmente entre parentes (WEBER, 2004, p. 299).

Podemos pensar que a instituição do celibato consiste na base do sacrilégio que os padres do IAJES enfrentaram e hoje os padres do MPC enfrentem, sob a proibição de poderem se casar e continuar os trabalhos pastorais e eclesiásticos. Já que o matrimônio foi cunhado como *tabu* dentro da igreja, em particular e principalmente a regulamentação da vida sexual. Os membros da igreja são clivados de ter o direito de opção deste voto. As formas de dominação se inculcam nas esferas intocáveis da igreja, como permanências tradicionais e institucionalmente estruturadas e regulamentadas, recaindo nos ombros dos sujeitos em forma de pecado. De acordo com a colaboradora Bel do PT, uma questão é “[...] eu penso que pode ser essa a questão dentro da Igreja,

aquela coisa de que a Igreja tem que ser pura, ninguém é puro, eu acho que ainda pesa isso” (Entrevista concedida 06/10/2015).

No âmbito da impureza e do pecado, as infrações cometidas por seus adeptos secretamente ou não iniciados à esfera erótica, das ordens éticas religiosas por ele (padre) protegidas, estão segundo Weber (2004, p. 302) em um tipo de “código de conduta”, que é um “[...] complexo de mandamentos e proibições cuja infração constitui o “pecado” é muitas vezes extremamente heterogêneo, derivado de motivos e ocasiões muito diferentes [...]” e a contravenção dessas provocaria a ira de Deus.

Podemos dizer que o fenômeno ocorrido na Igreja Nossa Senhora das Graças na cidade de Andradina, se configura numa dessas formas heterogêneas que se derivam em ocasiões atípicas, e ao romperem com as práticas celibatárias, atuaram e atuam politicamente, e após o momento de aceitação vem a negação, receberam da Igreja Católica *piiedade*, um conceito que opera continuamente, para uma “*condução da vida específica*” (idem, p. 302) reprimindo por meio do “pecado” (infração ao direito canônico) que os membros de seu clero cometeram na década de 1975 ao se casarem, bem como o MPC e os padres casados pelo mundo, cometem na sociedade contemporânea na visão da igreja, e de muitos seculares.

As concepções do pecado e da *piiedade* são “[...] substancias materiais, compreendendo a natureza que agem “bem” ou “mal” à maneira de um veneno ou de um soro curativo que atua contra este [...]” (ibidem, p. 302). Talvez a rejeição da esfera erótica seja para a igreja o ‘soro’ curativo, enquanto que para alguns padres é considerada o ‘veneno’. De outra maneira, para os padres o fim do celibato pode ser o ‘soro curativo’, e para Igreja Católica *per se* um ‘veneno’. Neste jogo dialético observo a manutenção do celibato nem como um soro, nem como veneno, mas perigoso a partir do momento que nega a existência do sexo na igreja, se deslegitima moralmente, tendo em vista os problemas que estamos levantando sobre o matrimônio e a tensão com a esfera erótica na igreja, bem como o êxodo⁴⁶ de fieis e sacerdotes se faz presente no Brasil em relação ao catolicismo, derivado a meu ver do não enfrentamento moral e

⁴⁶ O Encontro ocorreu no Palácio Arquiepiscopal São Joaquim, na Glória. Data: 27/07/2013 16:14 / atualizado 27/07/2013 17:43. Tendo em vista o próprio discurso do Papa Francisco; “Às vezes perdemos aqueles que não nos entendem, porque desaprendemos a simplicidade, inclusive importando de fora uma racionalidade alheia ao nosso povo. Sem a gramática da simplicidade, a Igreja se priva das condições que tornam possível “pescar” Deus nas águas profundas do seu mistério”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/papa-fala-sobre-desafio-da-igreja-catolica-do-brasil-em-conter-exodo-dos-fieis-para-outras-religoes-9225282#ixzz3g5oJ327S> Data de acesso 16/07/2015.

ético destas experiências sociais eclesiais de sexualidade pelo mundo, a igreja bebe hoje seu próprio soro e veneno, dadas cada uma sua dimensão política interdependente.

Segundo Mary Douglas (1976), o século XIX enclausurou as religiões entre os muros do horror se baseando na amplificação medo. Muitas ideias geradas nessa época eram confundidas com ideias de profanação e higiene. A origem dessas concepções seria os grandes desastres que incidiram sobre aqueles que cruzavam linhas proibidas, como ocorreu com os padres do IAJES, eles ou contaminaram-se com alguma espécie de impureza, como aqueles padres hoje iniciados na esfera erótica, rompendo com o celibato, o MPC dentre outros, ou entraram no reino do terror, caso de alguns padres que tiveram a razão obscurecida pelo contado com a “sujeira supramundana” regulada pela igreja e instituída como pecado. Por outro lado, tem o *status quo* militante religioso. Trata-se de um incessante jogo entre dominação e dominados. Nas palavras da autora:

[...] certos valores morais são mantidos e certas regras sociais são definidas por crenças em contágio perigoso [...] as crenças em poluição podem ser usadas num diálogo reivindicatório e contra-reivindicatório de *status* [...] as idéias de poluição se relacionam com a vida social. Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social (DOUGLAS, 1976, p. 14).

O “contágio” ao qual a autora se refere acima possui, implicações simbólicas para pensar a vida social, existem sociedades em que o contato sexual é perigoso para ambos os sexos, em outras para apenas um, e outra ainda para nenhum dos indivíduos. Essas noções refletem hierarquias e simetrias distintas na sociedade, e na estrutura católica enquanto instituição reguladora da vida social e da vida dos seus sacerdotes. Assim os padres no passado e no presente usaram e usam deste “contagio” como forma reivindicatória ao colocarem-se do outro lado do altar, pondo fim ao celibato em diferentes localidades, e a Igreja Nossa senhora das Graças, na década de 1970 faz parte deste contexto, formando sementes propulsoras de movimentos questionadores na sociedade atual, como o MPC, e este atuando de acordo com os interesses dos inseridos nesta realidade. Já que a reflexão sobre a impureza implica uma relação entre a ordem e a desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte apresenta-se no mundo da vida desses sujeitos. Dessa forma, “O fato de que a mistura sexual seja tolerada, sob a condição de não ser oficializada, mostra que a questão da interdição de casamento visa a manutenção de uma hierarquia social” (JODELET, 2005, p. 341).

Nesse sentido, o grupo não transgride a instauração legal e aberta de uma vida em comum, devido a possibilidade de exclusão e discriminação, pois o “contágio” da pureza e da impureza ao qual a autora se refere possui, contribuições e implicações simbólicas para pensar a vida social. Essas noções refletem hierarquias e simetrias distintas na sociedade, como observo operam na representação dos tabus sexuais enquanto celibato clerical.

Dessa forma, o comportamento defensivo, o segredo, estendida sobre a verdade cotidiana da vida das mulheres dos padres e sobre tudo aquilo que se contradiz a respeitabilidade da imagem do grupo, implica segundo a autora, na sensibilidade a reprovação e ao julgamento do externo, ao qual a identificação grupal, estigmatiza os desviantes, ou seja, o tabu afetivo e deslocamento temporal das emoções (medo) em defesa da culpabilidade, seja físico ou mentalmente, introduz uma censura radical ao sexo e ao matrimônio, transformando-os em tabus.

Assim as práticas significantes como o casamento destaca-se o simbolismo da sujeira, das transgressões sexuais e dos medos que ela desperta, seria segundo Jodelet (2005) a própria potencialidade do pecado social, tendo, portanto, o contato como uma forma perigosa e de não proteção com a diferenciação do outro.

Dessa forma, para o desviante e para o estranho impuro são afastados para a margem da esfera social, pois o grupo preserva sua ordem pelo interdito do contato preserva sua identidade coletiva. Seguindo a discussão, o risco age na sociedade e cria ameaças à ordem social, mas também à ordem do corpo – se a sociedade está em perigo, do mesmo modo, o corpo está em perigo. Dessa forma, Mary Douglas (1976) considera os modos simbólicos e rituais (exemplo, matrimônio) nos quais se classifica o mundo. O indivíduo, mais precisamente o corpo humano, seria constituído por fronteiras tanto para fora quanto para dentro, ou seja, as aberturas do corpo e a sociedade têm uma forma, com fronteiras externas, margens e estrutura interna. Assim, aquele que é “sujo” e “poluído”, como aqueles padres que contraem matrimônio e uma vida sexual ativa estaria de fora, tendo em vista que transcendem as barreiras e as classificações aceitas socialmente no corpo e no mundo, logo o de dentro condiz com os que desejam à permanência casto. A autora destaca ainda, sobre a pureza, poluição e perigo como o uso do risco como conceito de culpa e marginalização do “outro” e assim, manter a estabilidade significa controlar a desordem, a contaminação e a poluição.

Consideramos, portanto, que os casamentos dos padres da Igreja Católica sofrem as mesmas fissuras:

Tabu sexual, tabu de aliança, tabu de afeto, contágio orgânico e contágio psíquico se conjugam para multiplicar as partições protetoras. [...] aquela entre detentores da norma local e desviantes em relação ao plano da comunidade. O tabu sexual serve para evitar o “perigo da sujeira de sangue” (Morin, 1969), [...] Mas se o opróbrio social, a desconsideração evitam a transgressão do último, como a expulsão elimina o problema do casamento, não ocorre o mesmo com a transgressão sexual, que pode ficar secreta e não comporta outra penalização senão o desprezo, quando é conhecida (JODELET, 2005, p. 348).

O controle corporal seria equivalente ao controle social. As noções de impureza e limpeza são efeitos de interesses simbólicos. As crenças na poluição sexual emergem quando não há castigo concreto para as transgressões, quando a sociedade repousa sobre um paradoxo e uma contradição profunda. Para Douglas (1976, p. 14): “[...] a impureza é essencialmente desordem. [...] As ideias que temos da doença também não dão conta da variedade das nossas reações de purificação ou de evitamento da impureza. A impureza é uma ofensa contra a ordem”.

Assim, os ritos negativos domésticos não se limitam a uma falha privada que diante do desejo de igualdade à sua demanda de integração, que significaria ameaça de fusão, usa a poluição como justificativa legítima de segregação, para fundamentar a distinção. Dessa forma, as separações servem para manter e expressar o valor identitário grupal. Considero que essas práticas não são desprovidas de simbolismo religioso, nem no seu interior institucional. Convém destacar que nesses ‘ritos’ existem as esferas sexuais e as esferas simbólicas. O temor – dadas as devidas proporções – motiva um perigo concreto e a crença seria como um dispositivo simbólico.

Há de se destacar ainda segundo Douglas (1971) a poluição como “*função austera*” para reforçar as estruturas sociais existentes, em que a sujeira ritual e a sujeira secular existem na expressão de sistemas simbólicos e os comportamentos em relação à poluição variam e servem para exprimir a ordem social nos detalhes. Operam como reflexo de uma organização hierárquica que vale para o conjunto do sistema social. Tendo o corpo como base desse simbolismo, o poder da poluição seria inerente ao campo das ideias, pois o poder estrutural protege a si mesmo.

Talvez esta concepção não mobilize a função social do rito no cumprimento e valores do grupo e seu estado de inquietação e sensibilidade. Nesse sentido, o retorno à

noção de sujeito em uma nova abordagem da subjetividade no campo, nos fornece singularidades sociais em torno do padre e da mulher do padre.

3.4 A construção do sujeito e da subjetividade

Para pensarmos o sujeito e a subjetividade temos que entender primeiro os mecanismos que operam nesta construção. Primeiramente, os mecanismos que fazem o homem um objeto, referente aos processos disciplinares tornando o homem útil economicamente e dócil politicamente. Em segundo, os processos que fazem do homem um sujeito ligado a uma identidade atribuída como sua, isto é, os mecanismos de objetivação e subjetivação produzem o indivíduo moderno, o termo sujeito serve para designar o indivíduo a uma identidade que reconhece enquanto sua.

Assim, temos que pensar os processos de objetivação e subjetivação que antecedem à constituição dos sujeitos. Com a Genealogia desses processos Foucault (2004) destaca a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito, sujeito do conhecimento. Se o homem é alvo de objeto do poder, a necessidade de inserir nos corpos elementos de docilidade, “[...] um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Idem, p. 126). As formas são construídas por meio do adestramento, ferramentas de controle social, que agem para disciplinar, seriam as formas de dominação, o adestramento e controle social dos corpos dos clérigos da Igreja Católica Apostólica Romana que produzem e reproduzem formas simbólicas de dominação ideológica e representação negativa acerca dos rituais como visto acima, os transformando em tabu, como no caso do celibato.

Assim, temos a constituição e a modificação da articulação entre objetos e sujeitos mediante “modos de objetivação” e “modos de subjetivação” (Foucault, 2003, p. 632). Dessa forma, a constituição dos modos de objetivação, procuram definir de que modo o sujeito tornou-se historicamente um saber possível, isto é, não existem objetos naturais como o poder, rito ou tabu; eles se tornam mediante práticas históricas e sociais. Por isso, o autor evidencia uma análise da constituição histórica de articulações que fazem emergir, transformar ou desaparecer um objeto. Nesse sentido, Foucault não faz uma filosofia do sujeito, mas dos “modos de subjetivação”.

Deste modo, o indivíduo nesta pesquisa, numa prática histórica específica, torna-se sujeito, qual seu estatuto, sua posição, sua função e os limites do seu discurso. Para

tanto, Foucault (2003) postula que os “jogos de verdade” estejam inseridos na história crítica do pensamento, refere-se que aquilo que é normalmente reconhecido como verdadeiro não está no objeto, isto é, não preexiste, não é dado naturalmente, pelo contrário, torna-se tal em uma articulação específica, e nem no âmbito do sujeito é uma essência. Ocorre, entretanto, nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição. Portanto, a história das aquisições da verdade, do ocultamento ou da descoberta das coisas verdadeiras, existe em decorrência do aparecimento dos jogos de verdade que justificam racionalmente modos específicos de objetivação e de subjetivação. Assim, as “[...] regras segundo as quais, a propósito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer pertence à questão do verdadeiro e do falso” (Foucault, 1994, p. 632).

Ao pensarmos o sujeito a partir da teoria foucaultiana, temos que entender que o sujeito se constitui nesses “jogos de verdade” que fui apresentando no texto, aos quais se encontra assujeitado e com certa liberdade, podendo romper – dadas as devidas proporções – com o assujeitamento. Algo que considero semelhante em relação aos membros do MPC e do IAJES. Nesse sentido, jogos de verdade dizem respeito a um arcabouço de regras de produção da verdade e de alterações das regras que produzem tal verdade. São chamados de “jogos de verdade”, por remeterem a um conjunto de procedimentos pelos quais a verdade é instituída e também destituída pelos sujeitos por meio de tais práticas. Foucault, portanto, procurou “[...] sair da filosofia do sujeito fazendo uma genealogia do sujeito moderno, que aborda como uma realidade histórica e cultural: ou seja, como alguma coisa capaz de se transformar” (Foucault, 2004a, p.94). Noto que a modernidade do sujeito ocorre em microesferas e não em um macro realidade.

Assim, o trabalho de Michel Foucault auxilia entender a relação entre sujeito e verdade, analisando as maneiras pelas quais o sujeito pôde ser inserido, como objeto, nos jogos de verdade, ou também, como o sujeito tornou-se objeto de conhecimento que seria a “objetivação do sujeito”:

Uma história que não deveria ser aquela do que poderia existir de verdadeiro nos conhecimentos, mas sim uma análise dos 'jogos de verdade', dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado (FOUCAULT, 2004b, p. 195).

A partir de sua genealogia, o autor nos permite pensar a objetivação do sujeito no discurso científico, na formação das ciências humanas, como ser que fala, vive e

trabalha. Dessa forma, a objetivação do sujeito nas práticas divisoras, ou seja, como o sujeito pode aparecer do outro lado de uma divisão normativa e, assim, se tornar objeto de conhecimento, na qualidade de padre, mulher do padre ou filho do padre. Consideramos, portanto, a constituição do sujeito como objeto para ele próprio e assim pensar a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível. Em síntese: “[...] como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como sujeitos que ocupam diferentes posições nas relações de poder; e como sujeitos morais em nossas ações” (Foucault, 2004a, 2004c, 2004d, 1995).

Deste modo, interessa-nos, a problemática de experiência em Thompson e do sujeito em Foucault, e para alcançar tal objetivo, faz-se necessário a reflexão para compreender como o “si” se constitui, “[...] se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (Foucault, 2004d, p. 236).

Para uma pessoa conduzir bem a vida diária e praticar adequadamente a liberdade, era preciso, segundo o autor, ocupar-se de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os desejos que poderiam prejudicá-lo (um padre casar-se, por exemplo). Assim, a forma pela qual se submetem a um princípio de conduta, pela qual obedecem ou resistem um conjunto de valores, tais aspectos morais devem apontar de que modo os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema determinado, que pode ser explícita ou implicitamente de sua cultura, e qual eles tem consciência mais ou menos clara (FOUCAULT, 1983).

Isso nos remete a condição de “sujeito moral”, pois há diferentes possibilidades na elaboração do trabalho ético realizado sobre si mesmo, não somente para tornar o comportamento segundo uma regra dada, pronta e acabada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta. A relação consigo, Foucault identificou como as “técnicas de si” que permitem aos indivíduos conseguir por si mesmo “[...] um certo número de operações em seu corpo, em sua alma, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir uma modificação, uma transformação e a atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural” (Foucault, 2004a, p. 95). Dessa forma, para analisar a genealogia do

sujeito é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si. Assim na fala do padre Mieceslau:

[...] o que eu desenvolvi na pastoral da terra, grande parte eu desenvolvi quanto padre também, não teria problema nenhum, problema nenhum, muitas vezes nós em quanto casados fazíamos muito mais na pastoral do que os padres que não são casados, uma coisa não impede nada a outra, isso eu falo a partir da prática minha mesmo, tinha minha família e eu viajei fazendo os trabalhos aqui nas comunidades na organização, muitas coisas que eu fazia enquanto padre (Entrevista concedida 06/10/2015).

Cabe ressaltar que mesmo após o desligamento com a igreja, os padres atuam enquanto padres, exercendo práticas que fazem parte de si, em seu desenvolvimento e atuação. Outro fator que temos que considerar a partir de Foucault (2004) é que todas as ações morais implicam uma relação com o real, no tempo que se realiza, há uma relação com o código que se refere e também não é simplesmente 'consciência de si', mas nessas relações a constituição de si como sujeito moral, na qual o indivíduo não constitui sujeito moral sem modos de subjetivação e sem uma ascética ou práticas de si que os fundamentem. Ampliado o entendimento do conceito de subjetividade, o sujeito e a complexa construção do pensamento, Butler (1997) é uma das autoras que analisou como nos constituímos como sujeitos, a partir da incorporação de normas sociais, para a autora, a ideia de Foucault (1999) de que o sujeito é formado em sua sujeição. Dessa forma, o sujeito carrega o paradoxo da submissão a outros por meio do controle e dependência (sujeição), o assujeitamento permite concomitantemente a elaboração de uma identidade, pela consciência ou conhecimento de si mesmo. O que se torna objeto do pensamento não é a representação da realidade, mas o próprio pensamento sobre o objeto. O sujeito (o padre, a mulher do padre) se enquadra no espaço e no tempo e, está submetido ao pensar.

O assujeitamento segundo Foucault (1999), também é paradoxal, pois de um lado as normas aprisionam e de outro trazem consigo as possibilidades de resistência. Tendo em vista que o poder é um conjunto de relações, não tem efeito apenas repressivo, mas também produtivo e constitutivo. O autor considera que onde não existe possibilidade de resistência não há relações de poder, mas um estado de dominação. Tomamos como exemplo, as leis, que estão em constante transformação, por conter uma relação sobre o sujeito, pela transformação do tempo e do discurso constitui um sujeito simultâneo as formas de assujeitamento, as transgressões e às possibilidades de invenção de outros modos de lidar com as normas e valores sociais.

A subjetivação se refere ao cumprimento de determinadas regras estabelecidas e pelos discursos que permitem seu reconhecimento (Estado; Igreja). Já o processo de subjetivação seria como cada pessoa vivencia sua religiosidade, por exemplo, em relação com sua trajetória particular. Certamente ao pensar o poder, o saber e subjetivação, e como este produz sujeitos, práticas e saberes, pensamos os sujeitos e as relações de assujeitamento, “É certamente nesse campo da obrigação de verdade que é possível se deslocar, de uma maneira ou de outra, algumas vezes contra os efeitos de dominação que podem estar ligados às estruturas de verdade ou às instituições encarregadas de verdade” (FOUCAULT, 1983, p. 280).

Para tanto, segundo a colaboradora Bel do PT, “[...] a Igreja é entre aspas, pensa muito o poder ainda, pensa muito o poder, e abrir esse espaço para os padres significa abrir o poder também, significa que não é só o padre, é a mulher do padre, os filhos do padre, como é que vai ser essa relação (Entrevista concedida 06/10/2015). Nesse sentido, quanto às relações entre sujeito e poder, cabe refletir como um domínio de relações pensadas entre indivíduos ou grupos também são referentes à conduta do outro. Desse modo, analisar o micropoderes “[...] mais do que conceder um privilégio à lei como manifestação de poder, é melhor tentar determinar as diferentes técnicas de coerção que opera” (FOUCAULT, 2000, p. 71). Assim, as estratégias de poder que ocorrem no celibato a partir das micro-relações, é a ideia de um poder disciplinar com suas funções e instrumentos de autoridade, a partir de uma maneira de punir que mantém uma disciplina pautada em uma constante vigilância e controle dos corpos, para isso são indispensáveis que em:

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis (...): que o ‘outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo o campo de respostas, reações, efeitos, intervenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Convém ressaltar, que existe um sistema de diferenciações, esses sistemas permitem agir sobre a ação dos outros, como por exemplo, as diferenças linguísticas ou culturais, bem como pelo tipo de objetivos traçados por aqueles que agem sobre a ação dos outros. No outro ponto encontram-se as modalidades instrumentais, nas quais observamos os efeitos da palavra, os mecanismos de controle pela vigilância e pelas regras, ou seja, as relações de poder caracterizam-se pela ação sobre as ações, “[...] elas (as relações de poder) se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos” (FOUCAULT, 1995: 241). Dessa forma, consideramos

que o sujeito (o padre, e a mulher do padre) se constitui, portanto, pelos “jogos de verdade”, aos quais se encontram sujeito e assujeitado e com certa liberdade romperam o assujeitamento no espaço social.

3.5 A experiência de ser padre

Para entender a experiência na vida de homens e mulheres é preciso compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social. A partir da categoria experiência se “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). Dessa forma, grupos ou indivíduos definem e repensam suas práticas e representações sociais, pois a experiência proclama mortes, crises, guerras, desemprego, inflação, fanatismo religioso etc. Se pessoas individualmente ou em grupos estão esfomeadas, os que sobreviveram têm que pensar em novos modos de relação para com o mercado. Se “Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” (Thompson, 1981, p. 17).

As maneiras de pensar e agir em relação a economia, as leis, e as religiões por exemplo, propicia refletir por meio da experiência novas problemáticas e refutar antigas práticas e representações. Permite compreender, portanto, padres e mulheres, filhos crianças ou adultos como sujeitos:

...não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

A introdução da categoria experiência em articulação com a cultura nos faz entender a cultura como item não passivo de uma análise histórico-social. Temos que reconhecer que a experiência vivida pelos sujeitos que colaboram com a pesquisa, além de pensada é também sentida pelos sujeitos. Tendo em vista que os indivíduos não experimentam suas experiências apenas no campo das ideias (pensamentos e procedimentos), mas também experimentam suas experiências nas esferas culturais, como os sentimentos, as normas, as relações de reciprocidades, os valores, ou as ações mais elaboradas como as artes e as religiões.

A análise de Edward Palmer Thompson (1981) nos fornece elementos sobre os fenômenos sociais e culturais que se destacam e deixam de ser pensados somente como espelho imediato da vida econômica por exemplo. Abrindo espaço para reflexividade, por meio das evidências, investigar e analisar suas particularidades e especificidades é perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente e socialmente. Dessa forma, os valores, as normas e as religiosidades da região do alto Paraná são percebidos principalmente como resultado das experiências humanas:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (Thompson, 1981, p. 194).

É evidente e não podemos deixar de considerar que as experiências diárias dos sujeitos perpassam pelo econômico, tendo como conceitos históricos elaborados por Marx e Engels (1999), a classe está ligada à luta de classes, e esta é, conceitualmente, fundamentada no aspecto econômico das relações sociais. Entretanto, as relações sociais e culturais, na luta de classes, são experiências derivadas das relações econômicas de produção e/ ou dominação. Essa formulação é defendida por Thompson (1981) ao se referir à classe social em seu sentido heurístico, ou seja, para análise e investigação dos fatos.

Nesse sentido, o autor evidencia como prioridade a luta de classes, ao invés da classe. Acredita ser mais universal e evidentemente um conceito histórico, implica, entretanto, em um processo filosófico e sociológico. Assim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo, como por exemplo, as relações de produção. As pessoas suportam a exploração ou tentam manter seu poder sobre os explorados, “[...] identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe” (THOMPSON, 1977, apud NEGRO & SILVA, 2001, p. 274). Temos, portanto, as ligações entre os conceitos de Classe Social e de Experiência, fundamentais na obra de Thompson, nos auxilia entender a formação dos movimentos de base nas décadas de 1970 ao início da década de 1990, dentre esses movimentos o IAJES e o MPC.

A experiência, como termo ausente do conceito da ortodoxia marxista, é o lugar que os trabalhadores se reconhecem enquanto classe e também os define como sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, cabe ressaltar, que os trabalhadores não são definidos somente pela posição econômica que ocupam em uma estrutura – dadas as devidas proporções, pré-determinada e coercitiva – mesmos essas sendo marcantes, como são as relações de produção na história da luta de classes.

O autor faz ainda uma distinção entre consciência de classe e experiência de classe. A experiência de classe é determinada pelas relações de produção que se originaram, ou se inseriram mesmo sendo involuntário. Já a consciência de classe é a forma como essas experiências são pensadas em termos culturais arraigadas nas tradições, nos sistemas de valores, nas formas institucionais etc. (THOMPSON, 1997). Assim, a experiência aparece como determinada, não ocorrendo o mesmo com a consciência de classe, pois as experiências dos trabalhadores e os locais em que essas experiências são desenvolvidas e compartilhadas concebe um tipo de trabalhador autônomo, consciente de si mesmo, não necessitando de um guia para levá-los a adquirir a consciência de si. Essa visão representava uma crítica à tradição marxista ortodoxa do século XX.

Em relação a classe, no pensamento thompsoniano, constitui-se no seu fazer-se, num movimento que articula ação humana e condicionamentos sociais e, portanto, de “[...] experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade, que por sua vez, se coloca contra a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais que são opostos” (Thompson, 1997, p. 10). Ao tratar classe social como um fenômeno histórico, o autor destaca a concepção do materialismo histórico e da relação dialética entre sujeito e objeto no processo de construção de conhecimento. Criticando assim o idealismo e a concepção positivista de história.

Nesse sentido, o objeto real é epistemologicamente inerte segundo o autor, o real não está “lá fora” e o pensamento “aqui dentro”. O pensamento e o real habitam um único espaço, que são as pessoas. “Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria realidade palpável” (Thompson, 1981, p. 27). O fato de o objeto real ser epistemologicamente inerte não impede que seja parte determinante na relação sujeito-objeto, tendo em vista o exemplo dado por Thompson:

...minha mesa [...] Não se conhece nenhum pedaço de madeira que se tivesse jamais transformado a si mesmo numa mesa; nem se conhece qualquer marceneiro que tenha feito uma mesa de ar ou de serragem. O marceneiro se apropria da madeira e, ao transformá-la numa mesa, é governado tanto pela sua habilidade (prática teórica, nascida de uma história, ou “experiência”, de fazer mesas, bem como uma história da evolução das ferramentas adequadas) como pelas qualidades (tamanho, grão, amadurecimento) da própria prancha. A madeira impõe suas propriedades e sua “lógica” ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira (Thompson, 1981, p. 26).

Dessa forma, consideramos os militantes religiosos e políticos que estudamos entre sujeito e objeto, existe uma interação dialética no processo de construção do conhecimento que se forma por meio de duas interseções: “[...] primeiro, o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência; segundo, o diálogo entre a organização teórica (em toda a sua complexidade) da evidência, de um lado, e o caráter determinado de seu objeto, de outro” (Thompson, 1981, p. 42).

3.6 Transformações e permanências da igreja no Brasil

[...] você tinha dentro da Igreja dois grupos fortes, a Igreja conservadora que realmente estava a serviço da mídia, a serviço do governo militar, e atuava de acordo com os rumos que o país naquele momento da ditadura enfrentava, você tinha um grupo que estava começando a resistência dentro da Igreja, na verdade a Igreja Católica até tinha concordado com o golpe militar pensando que era uma coisa de dias e se assustou quando de fato eles decretaram a ditadura militar, eu não lembro o ato que eles decretaram mas o fato foi em abril, em abril de 1964, acho que foi em abril de 1964, e a partir daí quando a igreja percebe que o governo militar realmente se fechou e que não era só uma passagem, muitos que estava na Igreja se assustaram ne com aquilo e ao mesmo tempo começavam a surgir o grupo que desde 1968 se reuni em Medellín, faz a opção pelos pobres, faz a opção pelas comunidades eclesiais de base e isso você tem no documento de Igreja que se chama Medellín, documento de Medellín, então a opção de realmente organizar a população pobre, enfrentando, organizando a partir daí algumas resistência ao governo militar se da a partir daí, dessa opção feita pelo governo, você vai ter dentro da Igreja esse grupo mais aberto que mais a frente se ligam a Teologia da Libertação (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, a entrevista remete à contribuição de Ralph Della Cava (1975) sobre as transformações e permanências sociais se estendem para a compreensão de aspectos do catolicismo brasileiro, com ênfase nas relações entre a Igreja Católica Romana e o Estado brasileiro. Observo com a pesquisa uma relação permanente, mesmo havendo momentos de arrefecimento.

Assim, o autor aborda uma importante transformação do catolicismo agrário para o da igreja enquanto instituição, seguindo uma tendência mais geral que se pode

observar no conjunto da produção sobre o catolicismo na época. Esse autor busca compreender as formas pelas quais a instituição católica procura moldar sua atuação dentro de um quadro mais geral das mudanças que estão ocorrendo na sociedade brasileira. Destacam-se aí as questões relativas à modernização da política e da economia e o crescente processo de urbanização num contexto de repressão imposto pela ditadura militar no país.

O autor destaca a análise diacrônica das práticas religiosas em determinadas instituições, como o catolicismo. Trazendo o dualismo tradição e modernidade nessa leitura temporal. Dessa forma, a romanização do catolicismo era tomada como parte de um processo inevitável de adequação das práticas populares às determinações institucionais da igreja. Que na época do IAJES e da formação do MPC,

[...] o aspecto crucial da subsistência do catolicismo na sociedade brasileira é atribuído a sua qualidade de religião oficial *de facto* do Estado, da nação e das elites dominantes [...] o Estado brasileiro – a despeito de sua ideologia – aceitou esse arranjo e garantiu a Igreja Católica Romana um conjunto de privilégios (especialmente em assuntos educacionais e sociais) de que nenhuma instituição brasileira particular, religiosa ou de qualquer outro tipo gozou (DELLA CAVA, 1975, p. 10).

Assim, as concessões giram em torno da manutenção contínua do catolicismo como um sistema religioso total. A saber, envolviam a definição ideológica e a coesão primária da sociedade – a família e o sistema escolar – talvez não sejam visíveis na sociedade atual, mas considero que ainda existam, pautados principalmente na classe média e média-alta, afastando da igreja dos pobres e do engajamento político. Hoje o foco consiste na busca da graça a partir da oração, isto é, do louvor e não na ação.

Nesse sentido, o autor destaca ainda que a Ação Católica (AC) deve ser vista como uma inserção do catolicismo nas sociedades modernas – variantes da democracia e do capitalismo e contrapunha as classes média-baixa e os trabalhadores. Dentro dessas organizações emergiram um modelo intervencionista episcopal, de base elitista, hierárquica e corporativista da igreja, tendo a estrutura religiosa próxima, se configurando e relacionando com o poder do Estado. De outro lado estavam o que o autor denomina *grupos de interesse*. Que devido a não eficácia da estrutura em diversas localidades no Brasil em que o Estado não se faz presente, diversos grupos atuavam politicamente mais não como um partido católico, evitando assim a ineficácia dos partidos nacionais.

No Estado Novo e na Ditadura Militar de 1964, bem como na atualidade a Igreja e o Estado compartilha o ódio ao comunismo, ao socialismo e ao marxismo. Fato evidente ao menos nos meus estudos sobre o tema na monografia e principalmente nesta pesquisa, atrelada a minha experiência social. Talvez dom Paulo Evaristo Arns que veio a óbito em 14 de dezembro de 2016 também observe que o “Brasil: nunca mais” ainda não chegou ao fim tanto no campo religioso como no político.

Segundo Ralph Della Cava (1975), o triunfo do catolicismo *de facto* é a luta para manter a união *de facto* entre Igreja e Estado numa época de mudanças globais intermitentes. Assim, a transição da predominância da cidade sobre o campo, as disputas ideológicas, a ordem industrial, e o modo de vida político levou a sociedade brasileira segundo Octávio Ianni (1988), há alterações, dentre elas as mais decisivas foram uma estrutura de classe complexa; desafio dos trabalhadores aos estratos da elite política; e a utilização de recursos autoritários, militares e internacionais para manter o poder.

Segundo Octávio Ianni (1988), em especial depois de 1945, os sujeitos sociais começaram a participar de algumas decisões políticas e na formulação de projetos, para o progresso nacional. No jogo de diferentes classes sociais e grupos políticos ou econômicos, constatam-se quatro modelos de desenvolvimento e organização da economia brasileira que estavam em disputa. O primeiro modelo é o mais antigo e ao mesmo tempo o mais conservador, é o “modelo exportador”. Implica o predomínio do setor agrícola, por meio de relações de produção e técnicas de acumulação tradicionais. Em contrapartida, dar-se-á a importação de manufaturas, pois envolve dependências externas devidas o comércio internacional nodal do Brasil naquele contexto, que era o café. Dá-se então a acumulação primitiva do capital numa sociedade urbano-industrial. Dessa forma, os centros da política econômica do Brasil estariam no estrangeiro. Na época desse modelo, o poder político era exercido pela burguesia agrário-comercial, cujos núcleos principais de São Paulo e Minas Gerais ganharam força nacional. Porém, os grupos interessados nessa política econômica e da estrutura do poder, sofreram uma derrota com a vitória da denominada “Revolução de 1930”⁴⁷.

Em decorrência da inadequação do padrão exportador para atender exigências da economia e da sociedade nacionais, constitui-se o “modelo de substituição de

⁴⁷ Sabemos que a denominada “Revolução de 1930”, foi na verdade, a preparação social, política, econômica e ideológica para a Ditadura de Vargas, instaurada em 1937, com a implantação do Estado Novo.

importações”. Trata-se de encontrar de uma combinação dinâmica com o setor agrário, concatenando as exigências de mercado externo e interno da economia. Com base na política de massa e no dirigismo estatal, estabelecendo rupturas estruturais, buscava-se o Brasil como potência autônoma. Os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão na democracia populista desenvolvida pós 1945. Ou seja, esse é o modelo getuliano.

Com o conflito entre modelo exportador e de substituição, constitui-se o modelo de desenvolvimento e organização da economia que preconiza a associação de capitais e interesses políticos, militar-nacional e estrangeiro. Ou seja, o “modelo internacionalista”, que é a internacionalização crescente do setor industrial, ao lado da internacionalização do setor agrário tradicional, sendo um dos resultados inevitáveis entre os dois confrontos anteriores. Trata-se do desenvolvimento político e econômico internacional e nacional, em um jogo de interesses de classe e grupos sociais em luta pelo poder da política econômica. Surge então o padrão de desenvolvimento combinado, exigindo com isso, a liquidação da democracia populista, bem como da estrutura política nacional, da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política.

O quarto modelo é o “socialista”, resultado do antagonismo entre as classes e grupos sociais. Esse padrão constitui-se como o modelo de substituição, pois ambos estiveram em certos momentos associados estrategicamente. Ou seja, negavam os modelos tradicionais de exportação e o modelo internacionalista. Convém ressaltar, que o único modelo que não foi instaurado no Brasil foi o modelo socialista, os outros três apresentados tiveram em vigor na história do Brasil. O modelo internacionalista vence o modelo de substituição de importação no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A partir daí, no âmbito econômico, os militares trabalharam sob a perspectiva de se tornarem uma potência mundial, procurando transpor os demais países da América Latina, afirmando a autonomia brasileira perante o mundo, para isso, precisavam da Igreja Católica, devido a existência burocrática e institucional exercida no catolicismo por meio da ação do sacerdócio.

Dessa forma, para Della Cava (1975), a chave do catolicismo é nas palavras do autor:

A chave para a existência do catolicismo é o sacerdócio. Abre-se através dele uma vasta gama de papéis institucionais importantes, tais como: líder do culto, símbolo do poder e da influência da Igreja, agente burocrático

intermediário entre a clientela e a autoridade, ideólogo, recrutador de prosélitos, apenas para lembrar os essenciais. A manutenção do sacerdócio é crucial para a sobrevivência da hierárquica da própria Igreja, e é através das “vocações” que ela se reabastece de poderes e recruta novos (DELLA CAVA, 1975, p. 21).

Assim, as vocações são fundamentais a igreja, e a igreja neste contexto se torna fundamental ao Exército. Nesse sentido, a permanência do celibato clerical, vem se tornando menos atraente para aqueles que desejam sacerdócio, por outro lado, permanece atraente a igreja instituição. Atrelado a este fator, estão os seminários, no sentido de que a libertação caracteriza-se na época a visão de uma parte da hierarquia da igreja no Brasil, ou seja, os seminaristas se colocavam a favor da militância católica contra os militares e o Estado. Porém, as lideranças e a alta hierarquia da igreja se articulavam com os militares, afetando assim os interesses da própria Igreja e do Estado, e inquietando me parece os seminaristas. Hoje, devido a dissidência de grupos de padres casados e de outros por fatores políticos, a formação seminarística brasileira que se transforma neste contexto, não visa um sacerdote militante, mas um padre que tem por objetivo segurar o católico na igreja e torná-lo praticante, ou seja, não está interessada em trazer o povo a uma vida nova a partir do evangelho em Cristo como o grupo da Teologia da libertação defendia, e daí surgem os conflitos e fissuras vocacionais da igreja contemporânea.

Atualmente, a igreja é libertadora e opressora do secular e dos clérigos. Nesse sentido, cabe ressaltar que o protestantismo vinha em crescimento na América Latina no contexto militar a partir de 1964. Hoje os pentecostais e os neopentecostais são uma realidade na sociedade brasileira. Em relação a este fato, a saber, é a favor do casamento dos seus pastores, da união e formação de famílias religiosas e da alta política urbana, se opondo a intencionalidade católica em sua regulação na política quanto no celibato. Ou seja, o ecumenismo pronuncia um desgaste do monopólio religioso do catolicismo na atualidade.

A criação da CNBB ajudou a manter uma divisão no interior da hierarquia da igreja brasileira, isto é, os progressistas e os conservadores. Fatores ideológicos e concentração de poder estão em constantes rearranjos neste espaço social em relação interdependentes. Parece-me que pouco se alterou no campo do partidarismo e da política litúrgica, que o meio estudantil, operário e camponês sempre esteve em voga, mas com mentalidades distintas no tempo-espaço. Porém, na atualidade, a ação que ainda tem grande atividade me parece é o movimento agrário, principalmente pela

militância da CPT e talvez pela tradição do catolicismo popular que mantém grande religiosidade no campo.

O Vaticano II realizou-se entre os anos de 1962 a 1965, e a partir da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano que ocorreu em Medellín na Colômbia no ano de 1968 que trouxe uma igreja intitulada “Povo de Deus”, com aspiração de privar-se do poder em uma coesão universal e institucional, algo impossível. Nesse sentido, Della Cava (1975) destaca que surge uma terceira realidade da Igreja Católica brasileira, uma “Igreja Pastoral”. Igreja de filosofia militante, que em menor número e condições na atualidade se faz presente e sobrevive por meio das CEBs e de grupos como o MPC, CPT dentre outros, com a preocupação com os pobres e com os direitos humanos.

A situação na contemporaneidade na igreja, constitui a erosão do monopólio religioso do catolicismo em relação ao Estado e o declínio da vida religiosa se comparada ao contexto militar anelo ao Vaticano II, pois existem indivíduos como vimos que atuavam politicamente nas bases sociais por meio do espaço de igreja e das suas experiências de Teologia da Libertação análoga as suas experiências de militância política. Hoje, parte destes indivíduos atuam social e politicamente. No entanto, se distanciam da ação política e social de base religiosas, isto é, não atuam em prol da Igreja Católica.

Assim, no passado, segundo Kenneth P. Serbin (2001) o Grupo Religioso e o Grupo da Situação dos militares se encontraram-se nas sombras de um regime que governou sob ufania econômica, o medo e a violência. A Bipartite foi um diálogo secreto e um diálogo formal mantido informalmente entre a Igreja e o Estado. Nesse sentido, a “A Bipartite encaminhou assuntos religiosos, ideológicos, morais e políticos. Os três mais importantes temas sobrepostos eram desenvolvimento, resolução dos conflitos igreja X Estado e violação dos direitos humanos” (SERBIN, 2001, p. 414). Isto é, a Bipartite praticou a censura e repressão negociadas, tendo o ganho maior o diálogo, não garantindo docilidade de ambas as partes entre si, internamente ou externamente no social.

Considero que a partir deste contexto social que se vivia na época em meio as articulações e discursos políticos entre Igreja e Estado, surgem diversos movimentos embasados na Teologia da Libertação, como, por exemplo, o IAJES, o MPC dentre outros como a CPT promovem de certo modo as experiências religiosas como

militância política. E no caso dos casamentos ocorridos em Andradina, com ideias progressistas, que segundo Kenneth P. Serbin (2008), atuava como uma vanguarda modernizadora que impeliu a igreja para a esquerda, rompendo com os valores e normas oriundas desde o século X e ainda rompem na atualidade. Observo que a partir do contexto militar, o padre e a mulher do padre se tornam um militante social. Tendo em vista que a oposição política e a luta por reformas eclesiais se interligam na intersecção de liberdade e dominação destacado por Bourdieu (1989) que observamos no campo.

Portanto, a psicologia da libertação como pontua Kenneth P. Serbin (2008) livrou a pobreza do espírito e da mente como das estruturas repressivas do catolicismo e dos militares. Parece-me que a América Latina do movimento social da libertação e de sua expressão teológica é parte da articulação ou convergência entre a mudança interna e externa na igreja, no indivíduo e na sociedade.

Para os sujeitos desta pesquisa, pude observar nas entrevistas, como dito, que essa militância na atualidade ocorre no campo político e não no campo religioso, tendo em vista o afastamento dessas pessoas do espaço social de igreja, por não mais concordar com os caminhos projetados pela igreja contemporânea e nem a igreja para com elas, tendo em vista a conflito em torno do celibato e da sexualidade emancipada, e o grande avanço dos pentecostais a partir de 1960, de acordo com Mieceslau:

[...] tem essa redução bastante grande dos fiéis, que saem do catolicismo para outras religiões, principalmente para as religiões pentecostais isso é verdade, só que isso é um processo que tem na década de 1960, isso já era um processo que estava se iniciando, que muita gente estava saindo da Igreja Católica e estava indo para outras Igrejas, principalmente as pentecostais, e esse processo se inicia inclusive na época da ditadura militar para combate as CEBs e para combater a Teologia da Libertação, foi recomendação inclusive dos Estados Unidos, a CIA, tem dedo da CIA nisso, a vinda desses pentecostais para o Brasil foi incentivada muito pela CIA americana, para combater principalmente a Igreja progressistas aqui no Brasil e isso existe até hoje, para quem conheceu o golpe militar de 1964, tinha um padre americano que veio exatamente para isso aqui no Brasil, estava aqui, eu esqueço o nome dele, mais tem o nome por aí, um estadista aqui, e ele veio exatamente para combater essa Igreja que estava se voltando mais e valoriza as teorias marxistas e a leitura da realidade, e que as vezes estava misturando religião com marxismo, que era ateus, uma coisa não casava com outra e esse foi o grande articulador desse movimento, esses cristão fizeram passeata a favor do golpe militar, defenderam o golpe militar, ele estava no Brasil na época, muitos pentecostais que também vieram para o Brasil na época, foi inclusive encomendados pelos americanos e eles foram se multiplicando, então a um interesse, eu li um artigo um tempo atrás de alguém que estava tentando levantar um pouquinho essas transformações, que essa multiplicação grande de pentecostais que tem principalmente aqui no Brasil, tem a ver com os interesses americanos, de trabalhar um pouquinho a se contrapor a esses movimentos sociais mais progressistas que teriam aqui, mais revolucionários no Brasil, fazer aquela religião que defende o respeito a autoridade, a autoridade falou a água parou, se o político falou e é autoridade, tem que

respeitar a autoridade, não importa quem é, e se você for observar, os pentecostais vão muito nessa linha, é uma ideologia que está sendo colocada por meio dessa Igreja, que você tem que obedecer as autoridades, obedecer cegamente qualquer autoridade, umas das análises que tinha visto foi essa, que tem a ver muito com o interesse americano no tempo da ditadura, mais tem muitos, tem muitos [...] pastores aqui, principalmente na região amazônica que vem dos Estados Unidos, Canadá (Entrevista concedida 06/10/2015).

Assim, as mesmas forças modernizadoras que impulsionaram as CEBs, impulsionaram também os neopentecostais rompendo o monopólio político e religioso da Igreja Católica. No centro dessas iniciativas, que se consolida na atualidade em competição da oferta religiosa com os neopentecostais segundo Serbin (2008) está a Renovação Carismática Católica (RCC), baseada na espiritualidade tradicional e elementos da modernidade. Surgiu nos Estado Unidos na década de 1960, emergindo no Brasil enquanto desafio a Teologia da Libertação. Adotando estratégia empresarial moderna dos norte-americanos, pesquisa de mercado e o uso das mídias, a religião católica em alguma medida deixa de ser um ato somente político e passa ser econômico também.

Contudo, cabe destacar segundo Mieceslau, que sobre o celibato:

[...] esse papa aqui deu pequenas acenadas nesse sentido, mais ele não consegui avançar muito não porque se não calam a boca dele. Vai ser difícil romper, muito difícil porque isso está enraizado, agora está essa formação dos padres novos que tem também essa ideia, porque se tivesse só lá nos velho, a gente esperava passa essa fase aqui (risadas), que os velhos fossem indo para outra vida, e você poderia estar abrindo essa discussão, com a formação desses novos padres que tem essa mesma cabeça fica difícil, e o papa mesmo com a autoridade dele, ele não consegue fazer avançar isso [...] (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, Kenneth P. Serbin (2008) já demonstra a ascensão do ativismo dos seminários na época da teologia da libertação e ditadura militar. Entretanto, após o período militar há um declínio político frente os pentecostais, com isso, a igreja católica busca promover os seminários católicos sob linha de renovação carismática, na tentativa barrar o avanço pentecostal. Corroborando, com a fala do padre entrevistado Mieceslau, a formação pautada no celibato, na consciência, na experiência, das normas e da moralidade como citamos, enraíza a formação dos novos padres na sujeição ulterior e anterior neste caso ao próprio seminário, mais que nele se rearranja o capital intelectual, religioso e político, a lapidação da subserviência, negando o desejo do pensar, do libertar a partir do agir, o desejo de transformação, inviabilizando, por um lado, o avanço interior e exterior sobre o assunto.

Entretanto, por outro lado, mesmo havendo enfraquecimento nos seminários e internamente na igreja das propostas do concílio Vaticano II, como destacado por Serbin (2008) e pelo colaborador Mieceslau, temos que considerar que não levam a extinção na sociedade atual das CEBs, da CPT e da Teologia da Libertação. Ambas continuam seus trabalhos, em menor grau de atuação e articulação política dentro e fora da igreja, mas adquirem repercussão social via militantes religiosos da vanguarda modernizadora, como o MPC que se dispõe de via de libertação, assim a fala do padre Mieceslau é bastante reveladora para a análise, ao pontuar que:

[...] ainda existe, as CEBs não morreram, as CEBs existem, alguns lugares com maior força outros lugares com menor força, aqui na nossa região, as CEBs praticamente não existe mais, as CEBs aqui no Mato Grosso do Sul ainda quem tem uma força ainda maior é na região de Dourados-MS, que sempre teve uma igreja mais progressistas, Três Lagoas-MS hoje praticamente não existe mais um trabalho de CEBs, o trabalho mais social que existe é da pastoral da criança, que é um pouquinho mais neutra no envolvimento político e ideológico, é mais assistencialista, paternalista, trabalha mais nessa linha da caridade. Dourados-MS são os que tem ainda uma força maior da CEBs, mais ainda existe a presença da pastoral da terra (CPT) no Estado, também na região de Dourados-MS que tem uma presença maior, aqui na região de Três Lagoas-MS teve já um tempo mais forte, hoje praticamente não tem, tudo se resume as vezes aqui na minha pessoa, na minha presença aqui, que ainda atuo aqui na região. Ainda continuo com a pastoral da terra, coordenando as atividades, só não tem uma atuação firme, organizada, sistematizada da pastoral da terra aqui na região, aqui não temos uma equipe, se não tem equipe não tem muito sentido, tem que ter um grupo, um envolvimento maior, tem que ter recursos também, e não tem mais recursos, então acaba não tendo mais, por exemplo, mais ainda tem muita coisa daquele tempo que continua presente, movimento sem-terra está aí, o CIMI está acompanhado toda essa questão indígena que está explodindo aqui no Estado, o CIMI está na frente, quer dizer está com os índios, acompanhando, apoiando, denunciando. Mas sempre, sempre foi uma relação tensa e conflitiva, mesmo na época da teologia da libertação, com um setor da cúpula da igreja, sempre foi tenso, principalmente a CNBB que era um órgão máximo de organização da Igreja Católica no Brasil, a CNBB apesar de que no período da teologia da libertação sempre teve presidente, o secretário da linha vamos dizer de frente da teologia da libertação, mais a CNBB era composta por mais de trezentos bispos, então numa assembleia dos mais de trezentos bispos, na época nós tínhamos aí uns se eu não me engano, uns 60 bispos que eram da linha mais avançada e progressista da teologia da libertação, o resto era tudo crítico, então a tensão era muito grande, só que do ponto de vista do discurso, acabavam sempre tendo a maior força, mais numericamente o time foi menor, sempre foi bem menor, naquele tempo tenso, hoje muito mais difícil essa relação, o setor conservador está muito mais forte do que foi na época, inclusive dentro da própria CNBB. Os dois últimos Papas, com os dois últimos papas principalmente, o Bento XVI e o anterior a ele que foi uns dos papas que andou dando uns cortes muito grande na teologia da libertação, inclusive foram fechados vários seminários, seminários de formação, seminários mais ligados a teologia da libertação foram fechados, e deslocou bispos de áreas estratégicas para áreas sem importância, bispos combativos, que nem Dom Hélder Câmara que era o símbolo nosso da defesa dos direitos humanos, mais na época quando ele se aposentou, o bispo aproveitou e praticamente acabou com todas as pastorais que o Dom Hélder tinha criado, e foi um retrocesso muito grande. Eles

sempre quiseram o seguinte, que a igreja não deveria si envolver, que a igreja da teologia da libertação, primeiro estava se envolvendo muito com política, segundo que estava fazendo uma interpretação equivocada da bíblia, uma leitura equivocada, porque a teologia da libertação estava embasada numa leitura bíblica, era feita a partir da bíblia, a gente falava a partir da ótica do pobre, não a partir da ótica do rico, você pode fazer diferentes leituras do mesmo texto, depende quem leu e com que óculos você leu você tem um entendimento, e aí como nós da teologia da libertação procurávamos fazer a leitura da bíblia a partir do pobre, porque sempre entendemos que a bíblia, o povo da bíblia foi o povo pobre, o povo marginalizado, o povo sofrido, o povo escravo no Egito e tudo mais, a leitura tinha que ser feita a partir do pobre e não a partir do rico, então essa era uma das grandes questões, eles diziam que nós estávamos fazendo umas interpretações muito materialistas da bíblia, marxista, e estava desvirtuando a leitura bíblica, essas foi uma das grandes críticas, Leonardo Boff escrevia muito na época, ele foi proibido a escrever e falar em nome da igreja, por causa das posições, das interpretações teológicas que ele fazia os questionamentos, e quando ele questionou a estrutura do Vaticano, quando ele questionou as próprias falas do papa, que ele não era Deus, aí mandaram ele calar, que a coisa estava ultrapassando dos limites aceitos pela igreja. Na sociedade eu não sei, mais a teologia da libertação não acabou, a teologia da libertação continua existindo, os teólogos da teologia da libertação estão escrevendo, produzindo, talvez com menos intensidade, com menos repercussão, o Leonardo Boff continua, o Frei Betto continua, nós temos o Frei Carlos Mesters grande biblista que era daqueles anos de 1960, 1970, e ele não mudou nada, continua com mesmas leituras, nós temos aqui um beneditino Marcelo Barros que é outro biblista que também sempre foi da teologia da libertação e continua fazendo os escritos dele, e aí nós temos os grandes teólogos como Gutierrez, um dos fundadores da teologia da libertação, esses dias atrás, esses tempinho atrás o papa chamou ele e estava conversando com ele, dialogando, reabrindo, reatando relações com o Gustavo Gutierrez, isso para nós foi o entendimento que o Papa estava novamente reatando as relações, pelo menos abrindo um diálogo com a teologia da libertação, só que a teologia da libertação não morreu, os teólogos continuam escrevendo (Entrevista concedida 06/10/2015).

Esses traços destacados nos remete a percepção e distinção acerca da atuação política e da participação da pastoral social na igreja em sociedade, há uma alteração evidente, no contexto militar a presença e atuação da pastoral social, em relação a sociedade, se mostra mais ativa politicamente. Para nossa entrevistada Belkiss, a igreja:

Hoje, do tempo que eu estava participando, quando a gente começou a igreja era um braço, um dos braços que o povo encontrou para se organizar através das comunidades de base, o braço no meio da ditadura para se organizar e discutir, para falar através do evangelho, o pessoal tentava falar, faze um nova leitura da bíblia, que o Deus é o Deus dos pobres e dos oprimidos, a igreja abriu as portas, uma parte da igreja, vamos dizer uma ala, naquela época forte da igreja que abriu espaço para essa organização, que era o espaço que tinha, depois começaram os sindicatos, inclusive quando surgiu as greves, época que o Lula até chegou a ser preso e não só ele outros todos mais, era um braço de um lado os sindicatos, de outro lado a igreja que era um braço do povo. A igreja se abriu, eu acho que com o passar dos tempos depois que passo, veio a redemocratização como falam, veio a abertura, foi mudando um pouco essa conotação, a própria igreja depois começou ter, sempre teve na verdade, conflito dentro da igreja, de um lado os que escandalizava com esse tipo de trabalho de atividade, que achavam que a igreja era tudo na paz, no amor, porque quando começou a fala não, a opção de Jesus foi preferencialmente pelos pobres, e os setores da igreja começaram

pera ai, acha que ta sendo excluído, quando eles excluía os pobres não achava, quando eles se sente excluído a própria história mudou. Nesse meio tempo, a igreja depois de muitos anos já não foi o único espaço de organização que a população tinha, tinha outros espaços, acho que a igreja perdeu muito sabe, perdeu mais aquela época forte das comunidades eclesiais de base, dos encontros, deu uma parada, até por que vários movimentos hoje, o movimento ta meio [...] não sei talvez você tenha uma teoria que fala que quanto pior melhor, mais não sei, parece que quando estava pior, que quando estava sufoco, o povo queria si expressar, depois, hoje, é mais fácil se expressar, mais mudo muito, se você pega Três Lagoas-MS, mudou e não mudou totalmente, porque na época forte da pastoral, que tinha um bispo que sustentava, ele mesmo não era grande coisa assim, ele deu carta branca para uma equipe fazer o trabalho social, da pastoral social da igreja, ele dava carta branca então ele parecia como grande bispo de linha de frente, mais ele era daquele jeitinho dele muito bom, ele abriu muito espaço aqui, mais os padres aqui eram terríveis, sua maioria era conservadores, tivemos muitos enfrentamentos, tanto é que terminamos com a nossa saída das pastorais, terminamos assim expulsos (risadas) das pastorais quase que todo mundo, que uns padres era quase uma máfia aqui, eu acho que ainda são, hoje tão até menos porque não tem mais um trabalho para contrapor, antes tinha o trabalho da pastoral que eles queriam ver o capeta mais não queriam ver nós. A gente estava dentro da mesma igreja, participando das coisas juntos, mais era muito conflituoso, eu acho que era por conta da própria história na época, era época de repressão, não tinha espaço, era a igreja que estava mesmo naquela região de Andradina-SP, foi uma região onde teve o trabalho muito avançado em igreja, tanto de igreja mesmo, tanto de igreja em termos de pastoral, trabalho da diocese de Lins-SP e principalmente a região de Andradina-SP, foi um foco naqueles anos, as novidades surgiam ali, o foco de trabalho, de engajamento, de experiências, experiências de igreja, de fazer uma unidade de pastorais é uma coisa que não existe até hoje, cada paróquia é um feudozinho, aqui é minha paróquia, aqui é a sua, aqui é do outro, ali é do outro, cada um cuida do seu feudo e não põe o bico no do outro, lá em Andradina-SP acabamos com esse negócio de feudo (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, Bel do PT destaca que para ela a igreja atual teria novamente que

[...] abrir também esse espaço para o povo e isso é um confronto dentro da igreja, porque você tem esse grupo que realmente faz um trabalho muito bom dentro da Igreja, enfrenta, faz um trabalho de enfrentamento e de confronto contra o governo militar, e você percebe o crescimento da população, o crescimento das lideranças, um crescimento muito grande, e isso vem até 1980, acho que até 1985 esses grupos se engajaram com outros movimentos e organizações, organizações como a da pastoral da terra, aí você percebe a organização das mulheres em um nível mais amplo e esses grupos foram crescendo e a gente percebe a partir, eu sentia assim que a partir do momento que acontece um espaço mais democrático, que a partir da formação de todos os concílios, da nova constituição federal, você percebe que tem ao invés de uma grande atuação, você percebe um arrefecimento, uma baixa um pouco dentro dos movimentos sociais, dentro da própria igreja, a Igreja a partir desse momento acho que pensa assim, hoje o povo tem seu espaço e a igreja não vai ter que cuidar disso mais e, no entanto, você sente que houve um enfraquecimento muito grande das atuações da população, que foi um crescimento grande, se percebia uma organização enorme dentro da igreja, os direitos humanos, da luta pelos direitos humanos, as denúncias eram grandes, denúncias contra o trabalho escravo, denúncia contra a violência, denúncias de todos os lados, contra a questão da terra, e hoje você percebe que isso você não tem, isso tem um silêncio na igreja, eu falo a nível de igreja mais eu

sinto isso a nível de sociedade, você não sente? (Entrevista concedida 06/10/2015).

3.7 O Papa Francisco

Destaquei no segundo capítulo desta dissertação, item “2.2 Padres casados na imprensa”, algumas publicações da imprensa acerca do presente debate na esfera do padre casado e das mulheres casadas com clérigos. Nesse sentido, destaquei ainda na “Introdução” que o papa Francisco denota em sua fala que a problemática celibatária está presente em sua agenda. Porém, na medida em que o trabalho sociológico foi sendo tecido, surgiu a indagação sobre até que ponto o celibato está na agenda do papa, ou seja, o debate sobre a real situação de rompimento, abertura e aproximação dos padres casados à igreja, e da própria teologia da libertação, tendo em vista que a permanência já existe, ou melhor, de colocar na mesa de deliberações, e não apenas na agenda, as inúmeras visões sobre o tema, as situações, as famílias, os conflitos, os escândalos, as ideologias, isto é, o enfrentamento moral e ético, tanto para os leigos, quanto no interior da igreja.

Nesse sentido, em discussões anteriores sobre a teoria bourdiesiana, o campo do discurso para explicar o mundo social se encontram no exterior das consciências particulares, que o autor denomina de sistemas simbólico, visões de mundo e discursos que se encontram em oferta no mercado de bens simbólicos de campos específicos do espaço social e à disposição dos leigos consumidores. Dessa forma, as visões de mundo produzidas, isto é, os discursos políticos partidários e os discursos políticos religiosos se encontram e são produtos das lutas simbólicas que determinados agentes sociais travam entre si no campo político no espaço social.

Assim, pude perceber nos discursos utilizados pelo papa em 2016 e início de 2017 que de certa forma afaga a ala conservadora da igreja por um lado, e por outro enche os olhos de memória para a libertação do clero progressista da igreja. Selecionei cinco entrevistas, publicadas na mídia, contendo o posicionamento do papa Francisco que possibilita a análise de tal observação:

1. Papa Francisco tranquiliza os bispos: o celibato sacerdotal é intocável – 19/05/16⁴⁸.
2. Gays merecem pedido de perdão da Igreja Católica, diz papa Francisco – 27/06/2016⁴⁹.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.padrecasados.org/archives/45521/45521/> Data de acesso: 26/05/2017.

3. Proibição de padres mulheres deve ser para sempre, diz papa Francisco – 01/11/16⁵⁰.
4. Papa permite a padres perdoar aborto, mas preserva dogmas católicos – 22/11/2016⁵¹.
5. Papa exige 'tolerância zero' para padres pedófilos – 02/01/2017⁵².

A partir dos títulos das entrevistas nos periódicos, nota-se à primeira vista que ambas fazem parte da esfera da sexualidade e de gênero em torno dos dogmas da igreja, tendo como porta voz na atualidade o papa Francisco. Nesse sentido, a primeira entrevista, se refere à temática da pesquisa, já demonstra a preocupação do papa em atender a ala conservadora ao postular que o celibato sacerdotal seria intocável. Sendo que outrora havia aludido uma possibilidade de ruptura a ala progressista, ao proferir um diálogo, um questionamento. Porém, me parece que nem o diálogo foi aberto e já houve uma clivagem até o momento sobre o assunto, mascarando-o no jogo de poder. De acordo com a entrevistada Belkiss

[...] as Igrejas Evangélicas, os pastores são casados, porque se a gente pesquisar a história das Igrejas tem muita coisa sem vergonha e podridão, vamos falar a verdade [...] os bispos da cúpula sabem, sabem do caso mais não pode ficar público, coisa escondida, camuflada, na Igreja sempre teve isso, infelizmente a Igreja si fez de gente [...], infelizmente hoje cada vez a gente vai vendo mais isso, os interesses estão em todas as coisas, pessoas com muitos interesses eu acho (Entrevista concedida 06/10/2015).

Na segunda entrevista, ao abrir o debate para a presença de homossexuais na igreja, o papa postula que os “gays merecem um pedido de perdão” por parte da igreja e que também merecem o acolhimento pastoral e não a marginalização da via religiosa. Mais um ponto que agrada uns e não agrada outros da instituição católica. No momento atual que se encontra a igreja uma abertura plena e inserção social no espaço de igreja das comunidades LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), observo mesmo que incipiente, há um crescimento, mesmo que não seja totalmente desejado. Por outro lado, a igreja não aceita os clérigos com atividades heterossexuais, portanto, considero pouco provável neste contexto social que a igreja aceite relações conjugais homoafetivas, ou padres homossexuais assumidos. Há uma

⁴⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1786082-gays-merecem-pedido-de-perdao-da-igreja-catolica-diz-papa-francisco.shtml> Data de acesso: 11/01/2017.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/certas-palavras/proibicao-de-padres-mulheres-deve-ser-para-sempre-diz-papa-francisco/> Data de acesso: 11/01/2017.

⁵¹ Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1834278-papa-permite-a-padres-perdoar-aborto-mas-preserva-dogmas-catolicos.shtml> Data de acesso: 11/01/2017.

⁵² Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2017/01/papa-exige-tolerancia-zero-para-padres-pedofilos.html> Data de acesso: 11/01/2017.

existência velada. Nesse sentido, Bel do PT amplia o entendimento de família a ser atendida pela igreja:

Bom, hoje eu entendo isso que eu estava dizendo, hoje a família para mim é essa família organizada a partir dos vínculos de amor afetivo, dos vínculos afetivos, você pode ser filho, vou tentar explicar, você pode ser filho de outro pai vivendo com uma mãe e um padrasto, mas se você ali é bem recebido, você pode ser filho de dois companheiros gays, homossexuais ou duas mulheres que queiram realmente formar uma família, mais que elas tenha amor, carinho, afeto, e que oferece isso para sociedade, oferece isso para o ser humano e que vive no respeito, na dignidade, isso para mim é família hoje, e que tem que ser respeitado, eu não sei se isso é muito para frente em nível de Igreja, é com certeza (Entrevista concedida 06/10/2015).

A terceira entrevista, Francisco se apoia nos dizeres de João Paulo II, ao proferir que a ordenação de mulheres permanece como está, isto é, negada. O papa Francisco suscita a Eclésia, se justificando na eclesiologia católica por meio da dimensão episcopal, e da dimensão mariana, esta última ligada à missão maternal da igreja. A partir da fala “Não existe Igreja sem esta dimensão feminina, porque ela mesma é feminina”, pode-se pensar na lapidação do discurso institucional, político. Tendo em vista que ao mesmo tempo impele a mulher num envolto da mesmice e permanência, pois não existe igreja sem mulher, na mesma medida que não existe igreja com mulher, já que atuam secundariamente e como visto aqui anteriormente, sem perspectivas de mudanças internamente nos conventos, e pouco provável na atualidade e num futuro próximo, as mulheres serem ordenadas padres. Segundo Bel do PT, “[...] a Igreja aos poucos vai se abrindo, mais ainda é uma Igreja conservadora, dominadora, branca, poderosa, machista” (Entrevista concedida 06/10/2015).

A quarta entrevista, o papa permite e concede o perdão a mulheres e médicos que praticaram o aborto, e ao mesmo tempo devem ser respeitados e os dogmas permanecem. Para não dizer ser contraditório, o discurso no âmbito do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, concede os perdões da igreja, como o jubileu teve seu fim em dezembro de 2016, fim dos perdões, agora só em 2025, já que são realizados a cada dez anos, durante um ano. Cabe ressaltar antes deste perdão concedido, a igreja coloca o aborto como crime horrendo a vida, sendo um pecado grave. E ainda é e será, tendo em vista que o papa concedeu apenas “misericórdia” aos seculares. Porém, por outro lado, a de concordar com a entrevistada Belkiss, ao destacar que:

[...] ter um Papa surgindo da onde ele surgiu, um Zé ninguém, ninguém falava nem do nome do homem, e falar um monte de coisa como ele vem falando, da questão da mulher, da questão dos gays, ele tem falado umas coisas muito avançada para a Igreja Católica, ele é aquele tipo de gente que

está ali preocupado com o ser humano, com o mais fraco, com o que está sofrendo algum tipo de opressão, de discriminação, para esse ele está dirigindo de modo especial a palavra, acho que ele está indo no rumo de Jesus Cristo, que Jesus cristo veio para fazer isso, sem discriminar as pessoas, tem que olhar o povo diferente, o mundo está mudando, você vai discriminar os gays, vai discriminar e vai continuar pensando as mesmas coisas das mulheres hoje, o mundo está mudando, ta na hora de mudar coisas, e a Igreja e o Papa falarem certas coisas tem um peso, tem um peso eu acho, não sei se ele vai durar muito não (Entrevista concedida 06/10/2015).

Nesse sentido, ressalto, a partir da quinta entrevista, um ponto que agrada tanto os conservadores como os progressistas. Demonstrando que o papa não é santo nem revolucionário, mas politizado e diplomático como espera de um chefe teocrático. Mas não exime o medo de outros tantos clérigos que tenha praticado tal ação. Francisco declara tolerância zero para os padres pedófilos. A história mostra a tentativa de ocultamento de casos por parte da igreja sobre o assunto. E sobre esse fator o papa lamenta a brutalidade cometida a diversas famílias e suas crianças sobre o abuso de poder proferida e as circunstancia de dor que acometem os envolvidos com tal experiência.

Portanto, considero que os produtores de discursos, como o papa Francisco, atende por um lado às necessidades externas do campo, da mesma forma que outorgam às necessidades internas, inevitavelmente vem interferindo no conteúdo do discurso político que produz. Na medida em que os discursos se vêm constrangidos a atender às necessidades externas do campo político, adéqua o discurso ao *habitus*, destinando-o para o consumo da via religiosa aos seculares, aos conservadores e os progressistas, isto é, as transformações e permanências estão no discurso, nos jogos de poder arraigados na tradição, algo distinto é serem postos em prática. Nas palavras de Bourdieu “[...] é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc. [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Assim, o discurso não emite a verdade absoluta. Também não expressa que não seja dominante. A legitimidade depende do seu poder simbólico e a partir de relações objetivas e subjetivas dos interesses em jogo na luta política, isto é, a respeito do celibato clerical, da homossexualidade, da ordenação de mulheres padres, das mulheres dos padres casados, da pedofilia, do aborto, dos conservadores aos progressistas, “[...] servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 177). A posição do papa por via religiosa age no campo político, tornando-o um discurso que o faz dominante no campo social e na estrutura política

religiosa. Em resumo, o papa Francisco é revolucionário na mesma medida que é conservador, no que tange a esfera da sexualidade e da moralidade sexual, continua sendo consideradas para o papa e para a igreja, e para outros tantos seculares como intocáveis, blasfêmias.

Considerações finais

No desenvolvimento da pesquisa, abordei algumas peculiaridades que fazem parte do ser social de muitos indivíduos. Para tentar solucionar estes distanciamentos e desconexões durante o texto, este trabalho de sociologia da religião coaduna os dados gerados, as observações, considerações e o arcabouço teórico e metodológico, analisados e utilizados por meio do processo descritivo, chegando a algumas considerações finais. Assim, ao analisar as ações, o agir dos sujeitos do IAJES e do MPC, pensei suas experiências como portadoras de capital simbólico que intersecciona o passado e o presente, em meio às relações de dominação e libertação.

Tendo em vista que a ala progressista de igreja que surge na década de 1960, afinada com a Teologia da Libertação, posicionando-se a favor dos pobres e oprimidos, era a linha de embate entre libertação versus Estado e ala conservadora, daí surgiram grupos como o IAJES, o MPC dentre outros que se organizaram em outro aparato político-religioso. Considero como uma vanguarda modernizadora que impeliu à militância religiosa de libertação contra o Estado e parte da igreja. Utilizando a organização de base, contra as mazelas sociais, pensando o individual por meio do coletivo, do evangelho e da práxis pastoral, fornecendo o capital político aos seguimentos populares. Anelo a essas comunidades, deu-se a formação de lideranças políticas e religiosas nacionais e regionais, enfocando neste trabalho sobre a região noroeste do Estado de São Paulo: o padre René Parren; Pe. Mieceslau Kudlavicz; Pe. Giancarlo Oliveri e; Pe. José Vanin, e dentre as mulheres Maria Lúcia Espicaski Parren; Belkiss Maria Maciel Kudlavicz; Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT); Ana Paula Vanin, Maria dos Anjos dentre outras que – dadas as devidas proporções – militam politicamente. Tendo a militância católica em segundo plano, ou quase inexistente. Respondendo assim à pergunta de pesquisa. E na atualidade se estende aos membros do movimento de padres casados no Brasil (MPC).

Porém, convém destacar que a atuação e o enfraquecimento do IAJES e outras organizações semelhantes ocorreu concomitante ao enfraquecimento da teologia da libertação após o combate político da estrutura da igreja que calou diversos teólogos, dentre eles Leonardo Boff, e aos falecimentos e rupturas celibatárias e de igreja, bem como desarticulações como ocorreu em Andradina por parte CEBs. Entretanto, a formação de lideranças políticas e religiosas na região do alto Paraná conseguiu articular e criar certa unidade e diálogos entre os movimentos de libertação pelo Brasil nas décadas de 1970 a 1980 que perduram até o momento. Nesse contexto, por via desta articulação e efervescência das CEBs da Teologia da Libertação e da formação progressista dos sacerdotes, surgiu a ligação entre IAJES e MPC. Tendo em vista que compartilham experiências e ações em torno do padre casado.

Cabe destacar que o Franciscano Leonardo Boff é um expoente teólogo da libertação desde o Vaticano II. A sua obra “Igreja: carisma e poder” estremece e estremece na contemporaneidade a estrutura da igreja. Pelo mesmo motivo, foi acometido pelo “silêncio obsequioso”, ou seja, proibindo que o frade concedesse entrevistas, fizesse conferências, publicasse livros, dentre outras questões em nome da igreja por tempo indeterminado. Tal silêncio posteriormente foi revogado, possibilitando novas perspectivas ao teólogo e a liberdade do direito da fala outrora suprimido. Além de ser um teólogo ativo, Boff sempre foi um defensor do celibato opcional na igreja, tendo como companheira Márcia Monteiro da Silva Miranda. Assim, outros importantes teólogos e padres emergem com o mesmo engajamento e desejo, como Gustavo Gutiérrez Merino, José Oscar Beozzo, Pedro Paulo Koop, Paulo Evaristo Arns, Frei Betto, dentre outros como Giancarlo Oliveri, José Vanin, René Parrens, e Mieczslau Kudlavcz na região do alto Paraná.

Outra observação é que o celibato clerical, mais precisamente a ruptura do celibato na Igreja Nossa Senhora das Graças, no referido contexto adquire uma força em uma ruptura coletiva, que observo não ter ocorrido em outro momento da história, ao menos em números de solicitações de dispensas. O peso das normas, na forma de vida e da conduta de seus clérigos e dos leigos vem sendo constituído ao longo das reformas, concílios, ordenações e pautadas pelo Direto Canônico, que faz o pendular do poder pesar para o lado do sacerdote e recaindo na mulher do padre. No contexto que estudamos a formação dos seminários apresentavam e eram de base progressistas de libertação, atualmente a formação é influenciada pela Renovação Carismática, assim

como a linha da própria igreja em disputa religiosa com os pentecostais, enfraquecendo os movimentos de base. Essa é certamente a realidade em grande parte do Brasil, a despeito do pontificado progressista de Francisco.

Assim, a figura do padre casado ainda é vista no século XXI como contrária à ética católica. Isto ocorre mesmo sendo evidente a dificuldade na igreja de conter a vazão dos desejos sexuais dos sacerdotes. Esse fato mostra-se como prejudicial à moralidade, a legitimação da ética da própria igreja, um tabu, sobre o controle do corpo, da mente e da normatização e moralização da natureza humana. A Igreja Católica, mesmo sabendo que outras organizações religiosas não veem dificuldade em ter padres casados, com família e filhos - pois não adotam o celibato - têm ainda muita dificuldade para dialogar sobre tal assunto. O fato de os padres não poderem se casar, conforme o Direito Canônico, acaba por não interditar por completo a vida sexual deles, que ocorre veladamente, sendo motivo de escândalos e acusações judiciais.

O que mais chamou a atenção no desenvolvimento da pesquisa foi a representação social da *mulher do padre*. Vítima de culpabilização, uma mulher nessa condição acaba por ser estigmatizada. Por outro lado, as mulheres que colaboraram com a pesquisa, casadas com padres, adquirem outra característica a ser mencionada, seu engajamento político, religioso e social na região do Alto Paraná. Militância essa que perdura desde a década de 1970. Elas fizeram-se no agir, nas experiências dentro dos grupos religiosos de base, neste incessante jogo de liberdade e dominação. E há de se destacar a atuação do serviço social e do seminário em Lins, bem como o movimento de mulheres, que mesmo não sendo o foco da pesquisa, mostra-se como importante lócus de formação destes sujeitos que ainda atuam na região pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Outra consideração, especificamente no que tange os discursos produzidos pelo Papa Francisco, percebe-se a lapidação e a articulação do mesmo. Se por um lado, o pontífice atende aos anseios da ala progressista suscitando assuntos como celibato, homossexualidade, ordenação de mulheres, pedofilia, dentre outros, como a abertura do diálogo com teólogos da libertação, ou sobre o aborto, isto ainda está longe de chegar as bases da igreja no Brasil. De outro lado, existe a distorção destes mesmos posicionamentos, da parte dos mais conservadores do clero. Dessa forma, observo que o pontífice até o momento não pode ser considerado progressistas, pois seu progressismo fica no lado de fora da igreja, ou seja, por meio dos discursos como apresentei para

aqueles que desejam ouvir. Do outro lado, o lado de dentro da igreja, o papa mantém o conservadorismo, isto o torna conciliador, tendo em vista os discurso de permanência dos temas aqui analisados. Nesse sentido, cabe mencionar que o papa em seu pontificado enfrenta oposição dentro e fora da igreja, abrindo margem para estudos futuros sobre este assunto.

Percebo que a frente modernizadora da igreja, no período de apogeu da Teologia da Libertação, no que decorreu do Vaticano II, não conseguiu romper com o celibato. Entretanto, avança atualmente por meio do movimento de padres casados no Brasil (MPC) em militância contra a marginalização e a estigmatização do padre casado e de sua família. Além do Brasil, mais de trinta países pelo mundo, afora outros grupos que em maior ou menor número contestam social e politicamente (CEBs atuais, por exemplo) as bases religiosas da igreja no que tange a moral sexual, dentre outros assuntos inerentes ao catolicismo, com suas proibições renitentes. Esse empreendimento humano não findado está na ação, nas experiências do passado que carregam as práticas atuais na esfera do celibato clerical, na identidade e na formação do sujeito. Esse é um sujeito político, dotado de saberes no mundo vivido, mantendo vivas as esperanças dos padres casados e suas esposas em ver “o dia nascer feliz”, em ambos os lados do altar. E há de saber, que o presente tem um longo passado pela frente.

Referências bibliográficas

AFP. **Papa exige ‘tolerância zero’ para padres pedófilos.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2017/01/papa-exige-tolerancia-zero-para-padres-pedofilos.html> Data de acesso: 11/01/2017.

AGENCIA DE NOITÍCIAS FOLHA DE S. PAULO. **Gays merecem pedido de perdão da Igreja Católica, diz papa Francisco.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1786082-gays-merecem-pedido-de-perdao-da-igreja-catolica-diz-papa-francisco.shtml> Data de acesso: 11/01/2017.

ANJOS, Maria Aparecida dos. Entrevistada por Marcelo Brentan. Cidade: Andradina-SP, Brasil. Data da entrevista: 31/07/2009.

ARIÈS, Philippe. **O Amor no Casamento.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/55446829/Philippe-Aries-Casamento-e-Familia> Data de acesso: 10/08/2016.

ARIÈS, Philippe. **O Casamento Indissolúvel**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/55446829/Philippe-Aries-Casamento-e-Familia> Data de acesso: 10/08/2016.

ARNS, P. Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 25° ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BECKER, Howard. A História de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BEDOYA, JUAN G. **A luta dos 90.000 padres casados da Igreja Católica**. Disponível em:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/01/internacional/1446374179_827110.html Data de acesso: 26/05/2016.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. “The Desecularization of the World; A global overview” In: Berger (org), **The Desecularization of the World; Resurgent Religion and World Politics**. Grand Rapids MI: Ethic and Politic Policy Center and W. B. Eerdmans Publishing Company, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

BERNABUCCI, Claudio. **Francisco e os padres casados**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/887/padrescasadosnojardimdomundo> Data de acesso: 26/05/2016.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. 34. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

BOLETIM DO MPC, n° 1, 1981. Disponível em: <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/primeiro-boletim/> Data de acesso: 22/04/2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Lições da aula.** Tradução: Egon O. Rangel. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2003a.

_____. "**Gostos de classe e estilos de vida**". In: Ortiz, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **Coisas ditas.** Tradução Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis.** Ashgate publishing, 1979.

BRENTAN, Marcelo. **O IAJES e a militância católica sob a ditadura militar (1970-1985), na região do alto Paraná.** Monografia defendida na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), PIBIC-CNPq, 2010.

BUTLER, J. **The psychic life of power:** theories in subjection. California: Stanford University Press, 1997

CHAUI, Marilena. **Brasil:** Mito Fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLICIGNO, Gabriela. **Padre excomungado segue vivendo no celibato e realiza casamentos.** Disponível em:

http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/30/sociedad/1409426801_378427.html Data de acesso: 26/05/2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3ª edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEL VECCHIO, Angelo. **Política e potência no regime militar brasileiro.** In: Projeto História: revista do programa de estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 29, São Paulo: EDUC, (2004).

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX:** sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro - 1919-64. Estudos Cebrap, n. 12, p. 5-52, 1975.

DENZIN, N. K., & Lincoln, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teoria e abordagens (2ª ed., S. R. Netz, Trad.). Porto Alegre: Bookman, 2006.

DOCUMENTO 1: Boletim Informativo Internacional nº 1, '**Serviço Nacional Justiça e Não-Violência – SERPAJ** – Brasil, março de 1984, que se encontra no núcleo de documentação histórica 'Honório de Souza Carneiro', na UFMS – CPTL, nos arquivos do IAJES.

DOCUMENTO 2: **Caderno para debates sobre movimentos populares da ANAMPOS – POPULAR-SP**. Não consta a data nem o ano de publicação. Encontra-se no núcleo de documentação histórica 'Honório de Souza Carneiro', na UFMS – CPTL, nos arquivos do IAJES.

DOCUMENTO 3: **IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1969)**. Encontra-se no núcleo de documentação histórica 'Honório de Souza Carneiro', na UFMS – CPTL, nos arquivos do IAJES.

DOCUMENTO 4: **IAJES – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (1970)**. Encontra-se no núcleo de documentação histórica 'Honório de Souza Carneiro', na UFMS – CPTL, nos arquivos do IAJES.

DOCUMENTO 5: **Estatuto do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor**. Andradina-SP, 31 de maio de 1989. Encontra-se no núcleo de documentação histórica 'Honório de Souza Carneiro', na UFMS – CPTL, nos arquivos do IAJES.

DOUGLAS, M. **De La souillure** – Essai sur lês notions de pollution ET de tabou. Paris, Maspero, 1971.

_____. **Pureza e perigo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

DUARTE, Fernando. **Vaticano abre portas para padres casados e cria dilema**. Disponível em

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150203_gb_celibato_fd#orbbanner

Data de acesso: 26/05/2016.

DUPRONT, Alphonse, in: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). **História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

ELIADE, M., **Le Chamanisme** (Trad. 1964). Paris. 1958. Patterns in Comparative Religion, Londres, traduzido do Traitéd 'Histoire des Religions, 1949.

_____. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVERS, Tilman. **Identidade**: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos estudos Cebrap, São Paulo. V. 2, 4, p. 11-23, abril 1984.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Os corpos dóceis**”. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29^a ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

_____. **Dits et écrits**, IV. Paris: Gallimard, 1994.

_____. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, (1967).

_____. **Estratégia, Poder e Saber**. Org. e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Trad: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, (2003).

GARNEL, Maria Rita Lino. **A polêmica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911)**. Universidade Autônoma Luis de Camões, Lisboa. PENÉLOPE. N° 22, PP. 93-116, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet-APolemicaSobreOCelibatoEclesiastico18201911-2655563.pdf> Data de acesso: 27/12/2016.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Org.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIANSOLDATI, Franca. **Papa Francisco tranquiliza os bispos**: o celibato sacerdotal é intocável. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/555281papafranciscotranquilizaosbisposocelibatosacerdotaleintocavel> Data de acesso: 26/05/2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. Ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GRAMSCI, A. **Scritti giovanili**. Turim, Einaudi, 1975.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Trad. Álvaro Cunha. 2^o ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1984.

HOORNAERT, Eduardo. **Para além do padre casado**. Disponível em: <http://www.padrescasados.org/archives/45497/paraalemdopadrecasadoivparaalemdopadrecasado/> Data de acesso: 26/05/2016.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JIMÉNEZ, Carla. **Uma grande maioria se manteve silenciosa por muito tempo**.

Disponível em:
http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/08/sociedad/1391892873_627402.html Data de acesso: 26/05/2013.

LIBANIO, J.B. **Qual o futuro do cristianismo?** São Paulo: Paulus, 2006.

LODI, João Bosco. **A entrevista: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

LOPES, Reinaldo Jose. **Papa permite a padres perdoar aborto, mas preserva dogmas católicos**. Disponível:

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1834278-papa-permite-a-padres-perdoar-aborto-mas-preserva-dogmas-catolicos.shtml> Data de acesso: 11/01/2017.

LÖWY, Michael. **Política e religião na América Latina: a igreja brasileira e a política**. In: A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Célio. **Proibição de padres mulheres deve ser para sempre, diz papa Francisco**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/certas-palavras/proibicao-de-padres-mulheres-deve-ser-para-sempre-diz-papa-francisco/>

Data de acesso: 11/01/2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MEIHY, J. C. S. Bom; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINISTERIUM NOVUM, n. 25/1999 In: Associação RUMOS. Disponível em: <http://www.padrescasados.org/archives/238/uma-estatistica-inquietante/> Data de acesso: 30/06/2015.

MÜLLER-MEININGEN, Julius. **Mais exceções para o celibato, por favor!** Entrevista com Wunibald Müller. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/551481qmaisexcecoesparaocelibatoporfavorqentrevistacomwunibaldmueller> Data de acesso: 26/05/2016.

NASINI, Gino. **Um espinho na carne**. São Paulo, Santuário, 2001.

NETO, Jônatas Batista. **História da baixa idade média (1066-1453)**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina nos anos de 1990**. Dissertação de mestrado, UEM, 2006.

ORDAZ, Pablo. **26 mulheres apaixonadas por sacerdotes pedem ao Papa que acabe com o celibato**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/19/sociedad/1400518026_216417.html Data de acesso: 26/05/2016.

ORDAZ, Pablo. **O papa Francisco abre a porta para que os padres possam casar**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/27/internacional/1401143865_393693.html Data de acesso: 26/05/2016.

PANETTIERE, Giovanni. **Celibato dos padres: as diversas cartas na mão de Bergoglio**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540436celibatodospadresasdiversascartasnamaodebergoglio> Data de acesso: 26/05/2016.

PEREIRA, J. *apud FERNANDES, Sílvia*. **Catolicismo Estrutural**: interpretações sobre o censo da igreja católica e a mudança sociocultural do catolicismo brasileiro. Rev. Interd. In: Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 1, n. 1, p. 185-202, jul./dez. 2015.

PIERUCCI, A. F. **Reencantamento e dessecularização** – a propósito do auto-engano em sociologia da religião. Novos Estudos Cebrap, 1997.

PINTO, Luciano R. **A construção do celibato clerical: da influência “pagã” à disciplina do poder pastoral**. Disponível em: <http://www.novahistoria.com.br/artigos2009/celibato.doc> Data de acesso: 10/08/2009.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vol. 2, n.º. 3, 1989, p. 03-15.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de Souza. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRAND, Reginaldo ; SANTOS, Renan William dos. **Mudança religiosa na sociedade secularizada**: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCAR, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 351-379.

RAGIN, Charles. **La Construcción de la investigación social. Introducción a los métodos y su diversidad.** Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2007.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3a.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUMOS, Associação. **Estatuto MPC (1986).** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/estatuto/> Data de acesso: 22/04/2016.

RUMOS, Associação. **Manifesto MPC (1988).** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/manifesto-pelos-objetivos-originais-do-mpc/> Data de acesso: 22/04/2016.

RUMOS, Associação. **Primeiro encontro.** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/primeiro-encontro/>. Data de acesso: 22/04/2016.

RUMOS, Associação. **Relatório Primeiro encontro padres casados (1979).** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/primeiro-encontro/> Data de acesso: 22/04/2016.

RUMOS, Associação. **Relatório do IV Encontro padres casados (1982).** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/> Data de acesso: 22/04/2016.

RUMOS, Associação. **Relatório Primeiro encontro padres casados (1998).** Disponível em: <http://www.padrescasados.org/nossa-historia/primeiros-encontros/> Data de acesso: 22/04/2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SBARDELOTTO, Moisés. **La Repubblica.** Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540054-o-problema-dos-padres-casados-esta-na-minha-agenda-a-ultima-abertura-do-papa-francisco> Data de acesso: 30/06/2015.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra.** Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Padres Celibato e Conflito Social.** Uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHARPE, J. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Aline Pacheco. “**Conte-me sua história**”: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia. Vol. I, nº 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, A. C. L. F. da; LIMA, M. P. **A Reforma Papal, a continência e o celibato eclesiástico**: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). História: Questões & Debates, Curitiba, n. 37, p. 83-109, Editora UFPR, 2002. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2704/2241> Data de acesso: 27/12/2016.

SILVA, Edlene Oliveira. **Entre a Batina e a Aliança**: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil. Brasília, tese de doutorado da Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/33/TDE-2008-10-06T152235Z-3201/Publico/2008_EdleneOliveiraSilva.pdf Data de acesso: 08/10/2009.

_____. **Quem chegar por último é mulher do padre**: as Cartas de Perdão de concubinas de padres na Baixa Idade Média portuguesa. Cadernos Pagu (37), julho-dezembro de 2011, p. 357-386.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda, 1983.

SOUZA, A. R. **Igreja inconcert**: padres cantores, mídia e marketing. São Paulo, Annablume e FAPESP, 2005.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-14.

_____. **As peculiaridades dos ingleses**. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 1. (Coleção Textos Didáticos)

THOMPSON, Paul (1935-). **A voz do passado**: história Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1992.

VANIN, José. **Bodas de ouro de padre.** Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2016/01/1211966-a-1212016-bodas-de-ouro-de-padre.html> Data de acesso: 17/07/2016.

VATICANO. Papa (1963-1978: Paulo VI). **Carta encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*:** aos bispos, aos irmãos no sacerdócio e aos fiéis de todo o mundo católico, sobre o celibato clerical. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_24061967_sacerdotalis.html Data de acesso: 22/04/2016.

VATICANO. **Anuário Católico 2013.** Disponível em: <http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino.html> Data de acesso: 22/04/2016.

VATICANO. **Anuário Católico 2016.** Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/es/bollettino/pubblico/2016/03/05/estadistica.s.html> Data de acesso: 22/06/2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Trad. da versão inglesa de Talcott Parsons. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo, SP: Martin Claret, 2001.

_____. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: editora UNB, 2004.

_____. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima.** In: Cohn, Gabriel. *Weber.* São Paulo, Ática, 1986.

_____. “Rejeições religiosas do mundo e suas direções”. In: Weber, M. **Max Weber: Textos selecionados.** Trad. bras. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 237-268.